



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE



CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

KARINE TERESA DOS SANTOS SILVA

**MEMÓRIAS E DIÁSPORA NO ROMANCE CABO-VERDIANO
CAMINHO DE SÃO TOMÉ, DE ANA PAULA FONTAINHAS**

SÃO PAULO

2021

KARINE TERESA DOS SANTOS SILVA

**MEMÓRIAS E DIÁSPORA NO ROMANCE CABO-VERDIANO
CAMINHO DE SÃO TOMÉ, DE ANA PAULA FONTAINHAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Pires de Brito

Coorientadora: Profa. Dra. Alleid Ribeiro Machado

SÃO PAULO

2021

KARINE TERESA DOS SANTOS SILVA

**MEMÓRIAS E DIÁSPORA NO ROMANCE CABO-VERDIANO
CAMINHO DE SÃO TOMÉ, DE ANA PAULA FONTAINHAS**


Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Letras.
Orientadora: Profa. Dra. Regina Pires de Brito
Coorientadora: Profa. Dra. Alleid Ribeiro Machado

Aprovada em:

Banca examinadora



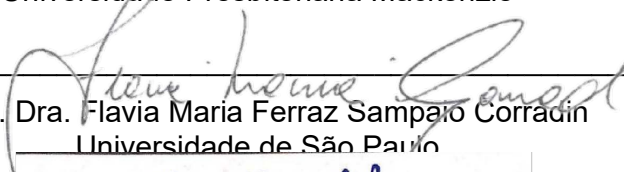
Profa. Dra. Regina Helena Pires de Brito (orientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dra. Maria Elisa Rodrigues Moreira
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Profa. Dra. Flavia Maria Ferraz Sampaio Corradin
Universidade de São Paulo



Profa. Dra. Marcella Iole da Costa
Colégio Pentágono



Profa. Dra. Alleid Ribeiro Machado (coorientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Ao Henrique, meu marido e companheiro, que quando eu pensava em desistir era ele quem estava comigo.

À minha mãe, meu pai, minha irmã e meu irmão que, com carinho, torciam por mim.

Aos meus verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por me direcionar e me fortalecer.

À minha queridíssima e especial orientadora Profa. Dra. Regina Helena Pires de Brito. Todas as palavras e elogios não caberiam aqui para descrever a orientadora e amiga que é. Além disso, me apresentou o apaixonante mundo da lusofonia.

À Profa. Dra. Alleid Ribeiro Machado, pois ela “abraçou-me” com orientações pertinentes e adequadas a esta tese.

Ao Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno, pelas contribuições significativas já no exame de qualificação.

Às Professoras Doutoras Flavia Corradin, Marcella Iole da Costa, Nancy dos Santos Casagrande e Lucia Vidal Soares, pela disponibilidade e cuidado na leitura deste trabalho.

Aos meus professores do programa de Pós-Graduação em Letras, por todo carinho, dedicação e conhecimento partilhado, e ao Pedro Zambon, pelos cuidados administrativos.

À Ana Paula Fontainhas, autora da obra trabalhada nesta tese *Caminho de São Tomé*, pela gentileza, disponibilidade e solicitude, que sempre me auxiliou em todos meus questionamentos, curiosidades e informações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX), e à Universidade Presbiteriana Mackenzie, pelo apoio à pesquisa e ao financiamento deste trabalho.

Essa lembrança que nos vem às vezes...
folha súbita
que tomba
abrindo na memória a flor silenciosa
de mil e uma pétalas concêntricas...
Essa lembrança... mas de onde? de quem?
Essa lembrança talvez nem seja nossa,
mas de alguém que, pensando em nós, só possa
mandar um eco do seu pensamento
nessa mensagem pelos céus perdida...
Ai! Tão perdida
que nem se possa saber mais de quem!

Mario Quintana

RESUMO

O presente trabalho aborda questões referentes à memória como recurso na construção da identidade cabo-verdiana, por meio da análise de alguns elementos culturais e linguísticos presentes no livro *Caminho de São Tomé*, escrito por Ana Paula Fontainhas. Somado a isso, por meio de pesquisas sobre a história da colonização portuguesa na África, pudemos perceber o sofrimento e a violência a qual algumas colônias africanas foram submetidas. Cabo Verde reflete o apego às tradições orais, manipuladas pela memória dos mais velhos, e é a partir desta manipulação que a pesquisa verteu na busca de uma identidade multilinguística e cultural. Além disso, a obra escolhida proporcionou uma discussão acerca da autoria feminina no espaço lusófono, além dos aspectos culturais que fazem referência às situações reais ocorridas nos anos 40 do século XX na ilha. Foram estudadas questões voltadas à construção e pertença identitárias africana lusófona por meio de sua língua materna, o crioulo, uma vez que o interesse em compreender a constituição e a manutenção da identidade desse povo tornou-se necessário devido às similaridades que o Brasil tem com a África, principalmente, no universo literário contemporâneo. Dessa maneira, levando em consideração o valor dos estudos a respeito da língua portuguesa no espaço lusófono africano, o objetivo da pesquisa foi caracterizar a identidade cabo-verdiana valendo-se da memória como recurso para sua construção, tendo como base o estudo linguístico do romance *Caminho de São Tomé*.

Palavras-chave: Identidade; Cabo Verde; memória; autoria feminina; lusofonia.

ABSTRACT

This work approach issues related to remembrance as a resource in the construction of Cape Verdean identity, through the analysis of some cultural and linguistic elements present in the book *Caminho de São Tomé*, written by Ana Paula Fontainhas. Added to this, through research on the history of Portuguese colonization in Africa, we were able to perceive the suffering and violence to which some African colonies were subjected. Cape Verde reflects the attachment to oral traditions, manipulated by the remembrance of the elderly, and it is from this manipulation that the research poured into the search for a multilingual and cultural identity. In addition, the chosen work provided a discussion about female authorship in the Lusophone area, furthermore to cultural aspects that refer to real situations that occurred in the 40s of the 20th century on the island. Issues related to the construction and belonging to the Luso-African identity were studied through their native language, Creole, since the interest in understanding the constitution and maintenance of the identity of this people became necessary due to the similarities that Brazil has with the Africa, mainly, in the contemporary literary universe. Thus, taking into account the value of studies on the Portuguese language in the Luso-African area, the objective of the research was to characterize the Cape Verdean identity using remembrance as a resource for its construction, based on the linguistic study of the novel *Caminho de São Tomé*.

Key-words: Identity; Cape Verde; remembrance; female authorship; lusophone.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Político do Continente Africano	9
Figura 2 – Mapa da Colonização Africana	11
Figura 3 – Propaganda do Estado Novo de 1936	22
Figura 4 – Coleção de Postais sobre o Domínio Colonial Português que circulou no ano de 1948 sob o regime do Estado Novo	24
Figura 5 – Revolução dos Cravos.....	28
Figura 6 – Frente do Complexo Prisional de Tarrafal.....	33
Figura 7 – Capa do livro “Caminho de São Tomé”	60
Figura 8 – Página 45 do livro “Caminho de São Tomé” de Ana Paula Fontainhas.	102
Figura 9 – Ana Paula Fontainhas.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS

ALUPEC	Alfabeto unificado para a escrita do Crioulo
ANANGOLA	Associação dos Naturais de Angola
ARA	Ação Revolucionária Armada
BR	Brigadas Revolucionárias
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO 1 O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA.....	8
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS	8
1.2 A COLONIZAÇÃO AFRICANA.....	9
1.3 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA.....	14
1.3.1. O tráfico de negros	15
1.3.2. A política colonial portuguesa	17
1.3.3. Portugal e as colônias da África: do Estado Novo à Revolução dos Cravos	22
1.4. CABO VERDE E SÃO TOMÉ: DA COLÔNIA AO PÓS INDEPENDÊNCIA	29
1.4.1. Cabo Verde.....	30
1.4.2. São Tomé	35
CAPÍTULO 2 A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA	40
2.1. PANORAMA DA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA	40
2.2. A AUTORIA FEMININA NA LITERATURA LUSÓFONA.....	48
2.3. A LITERATURA CABO-VERDIANA DE ANA PAULA FONTAINHAS.....	53
CAPÍTULO 3 A MEMÓRIA E A IDENTIDADE CABO-VERDIANA EM <i>CAMINHO DE SÃO TOMÉ</i>	59
3.1. A OBRA <i>CAMINHO DE SÃO TOMÉ</i>	59
3.1.1. Enredo	60
3.1.2. Tempo.....	63
3.1.3. Espaço.....	65
3.1.4. Personagem	67
3.1.5. Narrador.....	70
3.1.6. Discurso.....	72
3.2. POR DENTRO DE <i>CAMINHO DE SÃO TOMÉ</i>	74
3.2.1. Interior de Santiago.....	74
3.2.2. Praia Nossa Senhora da Graça	75
3.2.3. <i>Caminho de São Tomé</i>	76
3.3. A memória identitária e a diáspora presentes em “ <i>Caminho de São Tomé</i> ”	82
3.3.1. A memória identitária cabo-verdiana presente em <i>Caminho de São Tomé</i>	84
3.3.2. A diáspora cabo-verdiana	87

3.4. A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA CABO-VERDIANA, DO PORTUGUÊS AO CRIOULO- DO CRIOULO AO PORTUGUÊS.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO	117

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da África é composta de inúmeros conflitos étnicos, sociais e políticos, mas nem por isso deixa de ser grandiosa e fascinante. O continente é berço de importantes civilizações e surgiu, do ponto de vista geológico, a partir da divisão horizontal, em dois grandes blocos, de um supercontinente formados hoje pela América do Norte e Europa de um lado, e pela América do Sul, África, Índia, Austrália e as ilhas do Pacífico Sul do outro lado. Entre os séculos X e II a. C., o continente africano já possuía colônias atribuídas a diferentes povos, como os fenícios, gregos e romanos. A partir do século V d. C, passou a ser ocupado pelo Império Bizantino, pelos árabes e Omãs. Incessantemente, até o século XVI, o espaço africano sofreu com a exploração e ocupação de seu território feita, principalmente por portugueses, franceses e britânicos.

A presença portuguesa em território africano foi atribuída pelo processo de colonização, que trouxe consigo as marcas de sua cultura e, naturalmente, a presença da língua portuguesa, imposta, muitas vezes, de forma violenta pelos colonizadores. Apesar dessa ação impositiva, fato é que houve o redesenho de todo o quadro linguístico, econômico e social na África em razão da integração do português com as diversas línguas locais, redefinindo o que hoje se constitui como um espaço lusófono de integração linguística com outros países e espaços diaspóricos que falam português fora do espaço africano.

Nesse contexto, o desenvolvimento desta pesquisa, inserida na linha de pesquisa “Estudos lusófonos, relações culturais, linguísticas e identitárias”, e vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPq Cultura e Identidade Linguística na Lusofonia¹, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, se justifica pela necessidade de um melhor entendimento a respeito das construções identitárias que se apresentam no quadro da população da África de expressão oficial em língua portuguesa. Especificamente neste estudo, interessam as construções acerca das memórias identitárias para constituir a identidade linguística cabo-

¹ O GP-CILL – Cultura e Identidade Linguística na Lusofonia tem Regina Brito por líder e Neusa Bastos por vice-líder.

verdiana, por meio da língua, cultura e diáspora, marcas presentes na obra *Caminho de São Tomé*, de autoria da escritora cabo-verdiana Ana Paula Fontainhas.

Assim sendo, para a realização deste estudo, é importante que entendamos os quase cinco séculos que Portugal permaneceu na África, principalmente para Cabo Verde, lugar rico linguisticamente e culturalmente, e com grande destaque na importância que dá à tradição oral, sobretudo à memória como recurso na busca identitária de seu povo, o que nos dá certeza do valor e da relevância que trará este trabalho.

Atualmente, os estudos voltados à pertença identitária africana lusófona vem crescendo, uma vez que o interesse em compreender a construção e a manutenção da identidade desse povo se torna necessária devido, não só no compartilhamento de um mesmo idioma, mas também, pelas similaridades que o Brasil tem com a África, principalmente no universo literário contemporâneo. Nesse sentido, assinala-se:

[...] O interesse do público brasileiro em geral pela literatura africana de língua portuguesa também tem crescido e nomes como dos angolanos José Eduardo Agualusa, Ondjaki (que vive no Brasil desde 2007), Valter Hugo Mãe e dos moçambicanos Mia Couto e Luís Carlos Patraquim são presenças constantes em jornais de grande circulação e em eventos literários pelo país afora. (BRITO e BASTOS, 2013, p.7)

Vale ressaltar que o papel desta pesquisa não é mostrar questões sobre a lusofonia que nos remete a problemas e conflitos acerca da imposição da língua portuguesa na África, particularmente em Cabo Verde. A intenção é a de colaborar, mesmo que minimamente, com estudos sobre a construção da identidade linguística cabo-verdiana, para o qual recorreremos à memória e a diáspora como recursos, tendo como eixo de apoio a obra *Caminho de São Tomé*. Dessa forma, o tema que sustenta e dá título à esta pesquisa é **Memórias e Diáspora no Romance Cabo-Verdiano *Caminho De São Tomé* de Ana Paula Fontainhas.**

A autora do romance é a cabo-verdiana Ana Paula Fontainhas, possuidora das memórias herdadas por seus familiares que viveram as duas fases da seca e da fome em Cabo Verde nos anos 40. A obra ainda retrata a busca identitária da personagem Rosária que, baseada nas memórias de seu avô, retorna à sua terra natal São Tomé, por meio da diáspora da seca e da fome, para entender sua história. Fontainhas irá retratar exatamente a época das grandes secas em Cabo Verde, com base em marcas da identidade cultural e linguística do povo cabo-verdiano. É importante destacar

ainda que, mesmo a obra se passando tanto em Cabo Verde como em São Tomé, levaremos em conta o fato de a autora ser cabo-verdiana para as pesquisas de identidade linguística apenas em Cabo Verde, uma vez que é traço da literatura da ilha, como em outras literaturas, a utilização da memória como recurso essencial para a edificação da identidade de seu povo.

Tal memória identitária será representada na obra, principalmente, pelo uso da língua crioula cabo-verdiana. O crioulo resgatará memórias afetivas, culturais, pertencentes a uma nação que precisará traçar outros caminhos devido a dificuldades enfrentadas por causa da seca e da fome. Nesse aspecto, o presente trabalho trará uma breve análise sobre o processo emigratório em Cabo Verde, fazendo com que essa diáspora tenha um sentido mais específico do que somente a fuga de um lugar sem vida, mas também, se torne a diáspora de uma esperança sem garantias, mas mesmo assim, é uma esperança.

Temos ainda, a autora como uma das mais novas representantes da literatura de autoria feminina lusófona. Ao trazer uma literatura em que a personagem principal representa muitas mulheres que quebram paradigmas contra o patriarcado, transcendendo a representação de uma mulher independente, forte e segura de seus objetivos.

Dessa maneira, será apresentada a protagonista Rosária, uma jovem santomense de origem cabo-verdiana e angolana, que é criada pelo avô em Cabo Verde e deseja conhecer e compreender a sua própria história. Depois do falecimento de seu avô, a moça foge da fome que assola a ilha indo para São Tomé em uma longa viagem de barco. No entanto, nessa busca identitária, ela só pode se apoiar nas memórias de seu avô que levava consigo e na solidariedade dos amigos que fez ao longo de seu caminho. Mesmo protegida, Rosária, além de sofrer diversos tipos de violências, conhecerá a diversidade cultural, social e linguística, nos vários espaços geográficos que percorrerá até descobrir suas origens.

Dessa maneira, levando em consideração o valor dos estudos a respeito da língua portuguesa no espaço lusófono africano, o objetivo geral da pesquisa é caracterizar a identidade cabo-verdiana se valendo da memória diaspórica como recurso para sua construção, usando como estudo linguístico o romance *Caminho de*

São Tomé, para a partir dele, levantar marcas específicas caracterizadoras dessa identidade. Para isso, são objetivos específicos:

- A. Apresentar uma perspectiva concisa acerca da literatura de autoria feminina lusófona, enfatizando a de Cabo Verde, especificamente a obra de Ana Paula Fontainhas;
- B. Analisar trechos da obra acerca de seus aspectos culturais e linguísticos, levando em consideração o recurso da memória, tão presente na literatura cabo-verdiana.
- C. Contextuar multilinguisticamente o crioulo cabo-verdiano;

Este estudo apresentará como hipótese ao leitor o fato de que, o uso da memória como recurso na construção da identidade, ao longo dos anos, assegura a Cabo Verde uma posição de nação lusófona na literatura. Temos como problema central de pesquisa saber em que medida as questões diaspóricas de memória cultural e linguística que emergem da obra *Caminho de São Tomé* podem auxiliar na compreensão do processo de construção identitária da população cabo-verdiana retratada em sua literatura.

Para que os objetivos apresentados sejam atingidos, o estudo se estruturará da seguinte forma:

Considerações Iniciais: Apresentação dos objetivos e intencionalidade da pesquisa.

Capítulo I: *O Contexto da Colonização Portuguesa na África*. Este capítulo tratará de questões gerais sobre a colonização da África, partindo das grandes navegações passando pelo domínio cultural e linguístico. O percurso da colonização portuguesa no continente africano, contando com a expansão marítima desse período pelo continente africano. A questão do tráfico de negros, principalmente para mão-de-obra de trabalho em lavouras de algodão e cana-de-açúcar. Passando pela política colonial portuguesa, perceberemos que após a independência do Brasil em 1822, muitos portugueses acreditaram que as outras colônias estariam abaladas, dessa forma, conseguiram, através de tratados e decretos, manterem a supremacia portuguesa em suas colônias em África. À medida que o tempo passava, Portugal entrou em um período de caos, vários conflitos econômicos, políticos e sociais desencadeando assim crises cada vez maiores. O governo acabou tendo que lidar com uma população

insatisfeita, sua participação na guerra e com grupos políticos de oposição. Na década de 1930 do século XX, ditadura militar e a instauração do Estado Novo, ditam um período complexo para as colônias portuguesas e mesmo para Portugal, pois será iniciado a ruptura do liberalismo e se estabelecerá o regime autoritário e antiparlamentar de Antônio Salazar construído às custas de muita repressão e clima amedrontador. Com o Estado Novo, também constituiu a exploração colonial, ao mesmo tempo no que se refere ao trabalho forçado, tributação da produção agrícola e a venda dos contratos dos trabalhadores migrantes. A queda do colonialismo português se deu apenas entre 1974 e 1975 para as colônias portuguesas africanas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique. Porém tal queda ocorreu de uma forma nada amigável, sendo violenta e sangrenta, uma verdadeira guerra de libertação. O Estado Novo à Revolução dos Cravos, além de entender com mais cuidado o papel da colonização de Cabo Verde e São Tomé. Analisando, por fim, aspectos particulares e peculiares de Cabo Verde e São Tomé, desde o descobrimento até o pós independência de ambas.

Capítulo II: A Literatura de autoria feminina. Esse capítulo abordará um panorama sintetizado a respeito do papel da literatura de autoria feminina, no qual serão citados grandes nomes femininos que fizeram história em sociedade. Na literatura não será diferente, as obras produzidas por mulheres trazem um panorama dos lugares possíveis para se traçar o papel exercido pelas mulheres de modo cultural e social através dos séculos, que mesmo com todas as dificuldades e julgamentos, se mostra por meio de sua escrita. A autoria feminina apresenta, mesmo que de forma sutil, um sujeito que representa uma consciência quase que coletiva de outras mulheres, resultando assim, uma afirmação feminina que antes não se tinha. Tornando dessa forma, a escrita de autoria feminina menos invisível e marginalizada, apresentando quase tradicionalmente um texto proveniente de suas próprias experiências de vida, tornando-se sujeito de sua própria escrita. Nessa perspectiva, valer-se-á de alguns nomes da literatura mundial de autoria feminina como Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir. Já a autoria feminina na literatura lusófona se fará presente não somente pelo compartilhamento do mesmo idioma, mas também pelo compartilhamento de mesmos ideais identitários presentes nessa literatura. Mas, antes de serem abordadas questões acerca dessa literatura, se fará necessária uma pequena contextualização do que venha ser lusofonia. Sempre considerando aspectos que a distingue como

diversas nações falantes devido a pluralidade linguística e cultural de cada comunidade de falantes, além das inter-relações linguísticas. Como demonstra Brito (2008, s/p) “A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra”. Assim, este capítulo mostrará que a ideia de identidade lusófona é construída a partir da relação identitária que cada escritora vai ter com as particularidades e especificidades de uma língua portuguesa diversa, porém única. Além de abordar aspectos gerais da literatura de autoria feminina lusófona, será exposta ainda, os aspectos literários presentes na literatura cabo-verdiana de Ana Paula Fontainhas, trazendo pontos que serão discutidos sobre pertença identitária da mulher, relatando a figura da mulher, em suas personagens, que questionam, subvertem e criticam as convenções da sociedade patriarcal. As personagens femininas cabo-verdianas, em geral, ora se apresentam como mulheres fortes, decididas a encarar dores e sofrimentos relacionados a opressão e resistência vividas por elas, ora se apresentam confinadas em aceitar seu destino de subalternidade e submissão ao sistema patriarcal de uma época. Será abordada, ainda, a voz que a escritora dá à historicidade da mulher em sua obra.

Capítulo III: *Caminho de São Tomé*. Neste capítulo serão abordadas questões referentes à obra em si. Será feita uma análise narrativa mais específica sobre o tempo, espaço, enredo, personagem, narrador e discurso, no qual se conhecerá a especificidade de cada item relacionando-se à obra. Além disso, será destacado a verossimilhança que se faz presente em *Caminho de São Tomé*. A obra ficcional traz parte do sofrimento vivido pela população cabo-verdiana que sofreu com a grande seca que assolou o arquipélago, no final dos anos de 1940 do século passado. Seguindo o capítulo, passaremos por “dentro da obra em si”, no qual se apresentará um resumo de cada capítulo da obra respeitando a ordem original dos capítulos no próprio romance. Será estudado as memórias identitárias cabo-verdianas presentes na obra, uma vez que, na obra, os cabo-verdianos (re)constróem as memórias e as suas identidades a partir das representações sociais que têm de si e dos seus pares e de como acreditam que os outros os veem. Isso se dá, principalmente, pela diáspora que enfrentaram para sobreviverem. O recurso utilizado pela autora para caracterizar a preservação dessa memória identitária será a conservação do crioulo cabo-verdiano

e de algumas tradições relacionadas à: dança, religiosidade, culinária, música e tradição oral de contar histórias, fazendo com que, as novas gerações tenham acesso ao conhecimento ancestral, tão importante para a cultura de Cabo Verde. Além disso, se analisará o processo da diáspora cabo-verdiana e suas implicações para com a sociedade e as memórias de sua população. Por fim, será apresentada a reafirmação da identidade linguística cabo-verdiana, do português ao crioulo- do crioulo ao português, tomando por base a origem do crioulo cabo-verdiano, passando por uma breve análise linguística do sistema fonológico do crioulo cabo-verdiano percebendo-se particularidades, e semelhanças com o sistema fonológico da língua portuguesa, destacando os cortes e desvios linguísticos presentes na fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa, dando origem a variante do crioulo cabo-verdiano.

Seguem-se as Considerações Finais, Referências e como apêndice, uma pequena entrevista com a autora do livro *Caminho de São Tomé*, Ana Paula Fontainha.

CAPÍTULO 1

O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA

*[...] Mãe, minha Mãe África
das canções escravas ao luar,
não posso, não posso repudiar
o sangue negro, o sangue bárbaro que me legaste...
Porque em mim, em minha alma, em meus nervos,
ele é mais forte que tudo,
eu vivo, eu sofro, eu rio através dele, Mãe!
Noémia de Sousa*

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS

A África é um dos seis continentes existentes, o terceiro em território e o segundo mais populoso do mundo, além disso, possui 54 países divididos em duas regiões: Norte da África e África subsaariana, subdividindo-se em África Central, Meridional, Setentrional, Ocidental e Oriental. É um continente que sofreu como colônia de exploração europeia e com a extração de seus recursos naturais, além da divisão tendenciosa de seu território feita pela Europa, uma vez que o processo de colonização foi feito de modo arbitrário, forçando a uma submissão por parte dos colonizados. Dessa forma, emerge desta conjuntura uma identidade africana que decorre da construção do “outro”. Tal construção identitária, na verdade, se deu em decorrência das ameaças cometidas pelas potências colonizadoras. Abaixo, o mapa do continente africano para entendermos melhor sua dimensão territorial e como se divide seus 54 países.



Figura 1 – Mapa Político do Continente Africano

Fonte: Domínio Público

1.2 A COLONIZAÇÃO AFRICANA

De forma concisa, será apresentado neste capítulo, o processo de colonização do continente africano a partir do movimento das Grandes Navegações, que se deu a partir do século XV com a exploração econômica, territorial e o domínio político exercido pelos europeus, se alongando, em alguns países até a segunda metade século XX. Entretanto, cabe assinalar que o movimento exploratório da África se desenvolveu antes mesmo de ocorrer sua divisão territorial pela Europa, uma vez que a exploração do comércio marítimo estava bem intensa devido às especiarias advindas da Índia, como mostra Branco (2006, p.62):

[...] Assim, verificamos que a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de se encontrarem rotas alternativas para o Oriente, o que por conseqüência levaria à criação de novos mercados produtores e consumidores. A descoberta do caminho marítimo para a Índia facilitou esse intercâmbio econômico.

Ao falarmos a respeito de divisão territorial africana, podemos desenhar tal partilha a partir do contexto em que Portugal instaura feitorias, enclaves e portos por

toda a faixa litorânea oeste. Além disso, a obtenção “forçada” de pedras e minerais preciosos, especiarias e claro, escravos, por meio de capturas. Desta forma, por meio de um processo que pode ser entendido como “devastador e predatório”, os países representados por Portugal tiveram um atraso em seu desenvolvimento comercial, fazendo com que quase toda a agricultura fosse abandonada.

Já a Espanha tem por espaços de colonização as Canárias no século XV e a costa africana, justificando que a ocupação da Espanha se limitou ao litoral, porém não pratica qualquer ato colonizador no território africano.

Só nos finais do século XIX se activa a presença da Espanha na corrida encetada entre as potências europeias. Assim, a Espanha declarou sob sua protecção a região do Rio do Ouro e em 1885 durante a Conferência de Berlim², a Espanha vê reconhecida a sua protecção aos territórios do Saara e em 1886 surgem as primeiras negociações entre a Espanha e a França para demarcar as zonas de influência na África Ocidental. (BRANCO, 2006, p.62)

Vale ressaltar que a Conferência de Berlim ocorreu no período entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 e determinou, durante a ocupação da Europa no continente africano, regras e acordos que se referiam, principalmente, na divisão das colônias europeias na África. A seguir, o mapa da divisão colonial europeia na África para melhor visualizarmos a partilha.

² A ideia de uma conferência internacional que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck, que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-la. A conferência realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885. À notícia de que seria realizada, a corrida à África intensificou-se. A conferência não discutiu a sério o tráfico de escravos nem os grandes ideais humanitários que se supunha terem-na inspirado. Adotaram-se resoluções vazias de sentido, relativas à abolição do tráfico escravo e ao bem-estar dos africanos. (UZOIGWE, 2010, p.32)



Figura 2 – Mapa da Colonização Africana

Fonte: Domínio Público

Durante os séculos XVIII e XIX, detentora de uma poderosa estrutura econômica e naval para a época, a Inglaterra se animou em participar de acordos e negociações marítimas, assim, assumindo a liderança na corrida colonial africana. Diante disso, os ingleses percebem que a escravidão não representa algo rentável a eles, proporcionando assim a exploração e a exportação de animais exóticos, marfins e ouro, fazendo com que representantes brancos da coroa inglesa administrassem todo esse processo comercial.

Em seguida, ao tomar amplitude, o movimento em prol da abolição da escravidão permitiu à Inglaterra, cuja supremacia marítima se afirmava cada vez mais, intervir na África o quanto queria, sob o pretexto de uma missão a cumprir. Em 1807, o Governo inglês proibiu o tráfico de escravos aos mercadores ingleses e fez da cidade de Freetown, fundada por escravos alforriados, uma colônia da Coroa e a base de uma campanha naval dirigida contra o tráfico ao largo da África Ocidental. (AJAYI, 2010, p. 07 – 08)

Não diferente dos espanhóis, ingleses e portugueses, os franceses também participaram desse processo de partilha africana. Pelo mesmo motivo que os demais europeus foram atraídos, a França começa a explorar a África interessada em seu ouro, marfim, óleo de Palma etc., acompanhando a tendência da expansão marítima e capitalista para estabelecer laços comerciais também com a costa africana.

Buscando exercer influência no continente africano, a França estabeleceu um porto para trocas comerciais em Saint Louis, no atual Senegal, já em 1659. No entanto, sua participação na costa oeste da África não aumentou de maneira significativa até o século XIX. (SENA, 2012, p. 14)

Ao longo dos séculos, os franceses deram continuidade a suas iniciativas individuais de expansão no território africano, a França se expande do norte da Argélia para o oeste, chegando ao Marrocos ao leste até a Tunísia, anexada em 1881.

Assim, a dominação francesa, em sua maior parte, se expande até o começo do século XX, em consonância aos interesses franceses de dominação econômica, que abrangia as áreas de Benin, Mali, Senegal, Costa do Marfim, Burquina Faso, Niger e Guiné.

É sabido dizer ainda que outros países europeus também fizeram parte da colonização africana, países como Bélgica, Alemanha, Holanda e Itália, disputavam, cada um, seus interesses ora baseados em exploração escravista, ora com exportação de especiarias ou com transações altamente rentáveis.

A ação de Portugal e França entre 1876 e 1880 indicava claramente que estavam comprometidos na exploração colonial e na instauração de um controle formal na África. Isto obrigou finalmente o Reino Unido e a Alemanha a abandonar sua preferência pelo controle informal em favor de um domínio efetivo, o que os levou a anexar territórios na África oriental, ocidental e meridional a partir do final de 1883. A Alemanha, por exemplo, anexou o Sudoeste Africano, o Togo, Camarões e a África Oriental Alemã, contribuindo com isso para acelerar o processo da partilha. (UZOIGWE, 2010, p.32)

Por outro lado, para que uma supremacia europeia ocupasse um Estado africano, bastava constituir um acordo entre o país europeu interessado com as

demais potências europeias, caso não houvesse nenhuma contestação tal nação se tornava beneficiária da parte africana preterida, reconhecendo ali, pouco a pouco sua soberania. Porém, era comum as esferas de influência serem contestadas, mas os problemas de ordem territorial e as disputas de fronteiras acabavam resolvidas através de acordos entre as duas ou mais potências europeias presentes na mesma região, (UZOIGWE, 2010).

Todos os tratados territoriais eram precisamente definidos, eventualmente era levada em consideração as fronteiras políticas do país. Tais tratados denominados afro-europeus dividiam-se em dois tipos: o primeiro em referência ao tráfico de escravos e ao comércio, por apresentar conflitos constantes precisou de intervenção política europeia, o segundo, por sua vez, eram os tratados políticos através dos quais os dirigentes africanos eram forçados a renunciarem de seus cargos em troca de proteção ou se comprometiam em não assinarem com nenhum outro país europeu que lhes oferecessem interesse.

Todavia, o grande questionamento aqui é, por que alguns países europeus, ditos potências europeias conseguiram conquistar a África com relativa facilidade?

Em primeiro lugar, os europeus conheciam mais sobre a África do que qualquer nativo daquele território, eles dominavam o conhecimento da economia, recursos naturais, população, debilidades e outras características atenuantes necessárias para a negociação das terras no continente. Outro ponto é que, devido a vários conflitos entre os próprios países do continente, a Europa podia concentrar-se militarmente nas atividades ultramarinas imperiais, uma vez que a África estava fora destas atividades por estar concentrada exclusivamente em suas batalhas internas. Em terceiro lugar, devido a seu alto poder econômico, a Europa podia ostentar e gastar milhões em campanhas ultramarinas, sem que a África tentasse ou tivesse alguma condição de levantar qualquer tipo de conflito ou resistência a ela.

Além disso, as potências europeias conviviam pacificamente, conseguindo resolver os problemas coloniais que as dividiam no decorrer da era da partilha e até 1914 sem recurso à guerra. Não obstante uma intensa rivalidade e numerosas crises na África, as potências europeias envolvidas na partilha demonstraram notável espírito de solidariedade, que não só preveniu qualquer guerra entre

elas, como também impediu os dirigentes e as comunidades da África de jogarem, de modo eficaz, os países da Europa uns contra os outros. (UZOIGWE, 2010, p.44)

Nesse período, ao se falar de domínio cultural, temos uma importante fase de africanização das religiões vindas de fora, com o islamismo e o cristianismo. Igrejas cristãs independentes fizeram sua aparição, afirmando sua identidade com maior autoconfiança, particularmente na África Central e Meridional (MAZRUI, 2010).

Por outro lado, no que diz respeito ao domínio linguístico, a África deve levar em consideração a influência direta das línguas europeias e o uso do alfabeto latino no processo de codificação das línguas nacionais. Vale ressaltar que tal herança linguística foi menos traumatizante comparada à imposição política da época, ou seja, africanos sentem-se menos frustrados pela preponderância das línguas da Europa do que pela supremacia política dela (MAZRUI, 2010).

1.3 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA

A relação entre Portugal e África se fortifica no século XV, baseada nas grandes navegações do país lusitano à procura por novas rotas de comércio e, pela ânsia de desbravar novas terras, que até então não haviam sido exploradas.

A expansão marítima pela África foi um dos destaques neste período, juntamente com a apropriação de alguns territórios africanos que perdurou até o século XIX. Portugal se firmou, em território africano, especialmente em Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e além de toda dominação política e econômica, Portugal também exercia um certo controle cultural sobre seus parceiros comerciais africanos, fazendo com que esses parceiros participassem do comércio como os europeus durante todo o século XV até o início do século XVI.

O comércio com a África, e mais tarde com a Índia, acelerou fortemente a ascensão da classe dos negociantes portugueses, que, no século XV, ainda se encontravam, relativamente, pouco favorecidos. Ao longo deste primeiro quarto do século XVI, poder-se-ia pensar que Portugal entrou em uma fase duradoura de expansão econômica e política. (MALWIST, 2010, p.4).

Cabe aqui dizer que a ideia de expansão é múltipla, acontecendo em várias épocas como consequência de diversos incentivos e características históricas específicas abarcando vários territórios africanos. A exemplo do que foi dito, os portugueses, durante a primeira metade do século XV, exploraram a costa africana do Atlântico, a costa brasileira e a africana do Índico. No século XVI ampliaram a rota do Índico ao Pacífico.

Não se pode deixar de salientar que, a África para os europeus, também era fonte de mão-de-obra fácil, principalmente para a produção de açúcar, além do comércio de escravos negros mantido pelos árabes que os conduziam para o mediterrâneo. É neste período que o tráfico árabe aumenta e apresenta um segundo eixo de comércio escravista promovido pelos europeus, conforme aponta Tall (2010):

[...] os portugueses, que levavam cada vez mais negros para Portugal, habituaram-se a trocar cavalos por escravos (no começo, um cavalo valia oito escravos, número que em pouco tempo se elevou para quinze). As relações comerciais alteraram-se rapidamente, em detrimento dos africanos. (TALL, 2010, p. 198)

1.3.1. O tráfico de negros

Atraídos à África negra pelo ouro abundante e que era exportado anteriormente pelos países islâmicos, Portugal não tardou em identificar que a África possuía outro atrativo tão valioso quanto o ouro atraindo os europeus: os escravos. Uma vez que havia a tradição de se exportar escravos para os países árabes, e tal prática fosse corriqueira, essa tradição auxiliou Portugal a conseguir regularmente escravos, boa parte advindos da África Ocidental, já que mantinham boa relação comercial. Sabendo disso, Portugal sabia que teria que se mostrar cauteloso para não intensificar um conflito mais grave. Nas palavras de Malwist (2010):

Os portugueses não ignoravam que isto pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos, os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio, mas eles deixaram muito cedo de se opor às objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, eles acreditavam que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se eles ficassem em seus países. (MALWIST, 2010, p.8)

É importante frisarmos ainda que o interesse pela escravização dos africanos não partiu somente pelo fato de servirem de mão-de-obra forte e barata, também há o contexto religioso como influência, pois os cristãos (europeus) afirmavam que os negros, por terem pele escura eram pagãos e devido a isso, reforçavam o mito bíblico de que todos eles eram descendentes de Ham³ e, dessa forma, eram amaldiçoados a viverem em escravidão eterna. Por isso eram considerados “selvagens” ou “inferiores”.

Em Portugal, principalmente, eram habituados a trabalhar nas minas, nas explorações agrícolas ou na construção; eram soldados, guardas, serviçais domésticos, correios, lenhadores, artesãos, operários nas fábricas, e no caso das mulheres, concubinas (Harris, 2010). Mesmo aqueles ou aquelas que não eram escravos ocupavam sempre os mais humildes e difíceis empregos. A venda e a exploração de escravos constituíam um fenômeno essencialmente urbano, nada indica que eles desempenharam um papel relevante na agricultura, sobre a qual se apoiava a economia europeia (MALOWIST, 2010).

Assim, durante todo o século XV e no início do XVI, o tráfico negreiro na Madeira, nas ilhas de Cabo Verde e, mais particularmente, na ilha de São Tomé teve início devido a introdução da cana-de-açúcar e algodão, da forma que não se tinha mão-de-obra para fazer a colheita. Mais tarde, o território africano se torna um local de provocações para os europeus, sobretudo os portugueses, pois como constantemente mudava-se de governo nessas terras e a maioria destes novos governantes queriam desenvolver plantações em terras americanas, mas claro, baseados em explorações de mão-de-obra negra, logo, não se tinha a extração de negros somente para a Europa, mas também, para outros países de domínios portugueses, deixando a África a própria sorte. Não dá para negar que os territórios em que se localizavam os portos foram as mais afetadas. Já no século XVIII, a

³ De acordo com o texto bíblico, Genesis 9, Ham, filho de Noé, encontrou certo dia o seu pai, deitado, ébrio e desnudo. Ao invés de o compôr, Ham correu a chamar os seus irmãos Sem e Jafet que cobriram o pai, afastando o olhar deliberadamente do seu corpo. Quando acordou da sua nudez e tomou conhecimento da atitude do seu filho, Noé terá amaldiçoado Canã, o filho de Ham, “ait maledictus Chanaan servus servorum erit fratribus suis” (Genesis 9:25). Uma história longa e complexa de sucessivas exegeses foi moldando um texto, ele próprio ambíguo e de significado obscuro, e carregando sobre ele significações diversas até o converter num instrumento duradouro de justificação de uma visão negativa e segregacionista sobre África e os africanos. Durante essa história tortuosa, várias derivações e evoluções de sentidos foram-se produzindo, que, a um tempo, deslocaram a maldição, de Canã para Ham, e estabeleceram o nexo entre a negritude e a escravidão. (ALMEIDA, 2018)

demanda por escravos foi enorme, e assim foi necessário adentrar mais ao interior das terras para adquiri-los. Segundo Malowist, (2010), “estima-se em 274.000 o número de negros transportados através do Atlântico entre 1541 e 1600. Em alguns anos, este número chegou a 1.341.000 pessoas, atingindo 6 milhões, no século XVIII”.

Com a efetivação da abolição legal na África em 1850, Portugal ainda insistia na escravização mesmo com o início do declínio econômico de várias potências europeias e principalmente com o surgimento de um movimento abolicionista influenciado pelo iluminismo. Este movimento ganhou notória força no século XIX.

1.3.2. A política colonial portuguesa

Após a independência do Brasil ocorrida em 1822, e de seu reconhecimento por parte de Portugal em 1825, a maioria dos portugueses acreditava na inevitável decadência do império. Depois das lutas liberais, que se estenderam até 1834, o governo lusitano pode então se concentrar no exercício de colonização de seus territórios continentais africanos. Desta forma, durante o período de 1822 a 1825 Portugal expandiu ainda mais suas colônias, principalmente depois da conferência de Berlim, conseguindo manter além de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, também Timor-Leste e enclaves na Índia (Goa) e na China (Macau).

Em 1836, o governo português regido por Sá da Bandeira, no que se refere à política ultramarina, instituiu por decreto através da Carta Orgânica do Ultramar de 7 de dezembro de 1836 governos gerais para Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Três dias depois, por outro decreto, proibiu o tráfico de escravos por todas as colônias portuguesas, indo de encontro à deliberação tomada em 1815, durante o Congresso de Viena. Porém, contradizendo tal decreto sobre o tráfico de escravos, fazendeiros brasileiros e os senhores de escravos angolanos concordavam com a possibilidade de prosseguirem com o trato negreiro, conforme Zilhão (2006):

[...] Na verdade, a tentativa levada a cabo por Sá da Bandeira falhou em Angola e em Moçambique, por estas colônias continuarem muito ligadas ao continente americano devido ao tráfico negreiro com o Brasil e com Cuba, apesar do governo, por meio dos tribunais, atuar contra os mercadores de escravos. (ZILHÃO, 2006, p. 22)

Entretanto, existia em Portugal um ideário de supremacia que considerava que o decreto pelo fim da escravidão prejudicava suas transições comerciais e, desta forma, extinguir o decreto seria o correto a ser feito, uma vez que, dar ao negro condições de trabalho e de subsistência familiar, tirando-o da condição de selvagem e civilizando-o, era inconcebível.

Mesmo que seja um traço da tradição histórica africana a luta por liberdade e a oposição ao domínio estrangeiro, nem sempre foi assim. Durante os primeiros anos de colonização, mesmo contrárias à ocupação, as colônias portuguesas na África não tinham forças suficientes para lutar, restando-lhes, apenas, submeterem-se aos seus desmandos de Portugal. Sá da Bandeira deu continuidade a sua política ultramarina, selecionando, em 1838, governantes que tinham por função dar um novo salto à colonização dos territórios dependendo da necessidade de cada um deles.

Vale lembrar que, mesmo com a proibição do tráfico em 10 de dezembro de 1838, Portugal apresentou algumas aplicações diplomáticas com fortes repercussões no plano histórico e certa dificuldade em respeitar essa determinação. Assim sendo, com dificuldades em controlar os navios negreiros pela sua armada, a Inglaterra apreende esses navios e os coloca sob sua jurisdição em 1839. Entretanto, em 1842 ocorrem mudanças, como lembra Zilhão (2006):

Em virtude dos protestos do governo português, em 3 de julho de 1842 foi assinado um tratado entre os dois países que determinou o fim do tráfico de escravos nas possessões de além-mar de ambas as nações; autorizava os navios de guerra dos dois países a abordar as embarcações suspeitas, sendo os escravos encontrados nos navios apreendidos declarados livres e os negreiros julgados segundo as leis dos seus países. (ZILHÃO, 2006, p. 25)

Em 1854, Sá da Bandeira decretou a abolição da escravatura parcial. Dois anos depois, porém, comunicou a liberdade dos escravos que pertenciam às câmaras e às misericórdias, além de alforriar os religiosos, e ainda, decretou que os filhos de todos os escravos nasceriam livres a partir de então. Quatro anos mais tarde, Bandeira previu que todas as formas de escravatura seriam extintas num prazo de vinte anos.

Por fim, foi necessária a criação de um registro sobre a política de apropriação, outro aspecto importante da colonização portuguesa em África. Tinha por ideal o uso

da língua portuguesa de forma gradual pelo africano obedecendo ao seguinte contexto:

O seu objetivo final consistia em trazer os Africanos e Timorenses não civilizados para a civilização europeia e para a nação portuguesa, mediante uma transformação gradual nos seus costumes e nos seus valores morais. (...) Logo que os indígenas se considerassem europeizados eram-lhes garantidos, em teoria, os direitos de qualquer cidadão português (MARQUES apud ZILHÃO, 2010, p. 47)

Após 1910, Portugal se praticava na África uma política de segregação, que desprezava e depreciava toda a estrutura social e “nativa”. Os indígenas pouco tinham seus direitos respeitados, sendo submetidos assim ao trabalho obrigatório beirando a condição de escravidão. A situação de dominação colonial não oferecia aos africanos possibilidade alguma de escaparem ao duplo controle, da administração e dos colonos, os quais formavam uma frente contra os autóctones. (DIOP et al., 2010)

Com exceção de capitais regionais como Luanda, Bissau e Lourenço Marques, onde já se registrava certo desenvolvimento industrial, as demais colônias portuguesas tinham que suportar uma exploração intensa, com abuso de trabalhos forçados, especialmente por parte dos mercadores brancos, que compravam os produtos dos camponeses.

Entretanto, uma esperançosa autonomia financeira e administrativa de cada colônia portuguesa chegaria em 1914, criando-se assim dois comissários da República pela primeira vez, um para todos os domínios ultramarinos da África Ocidental (Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe) e o outro para Moçambique.

O advento da Primeira Guerra Mundial foi antes de mais nada um confronto entre potências da Europa, em que a África se viu envolvida direta e indiretamente, uma vez que, na ocasião, se apresentava quase toda dominada pelos europeus. No entanto, as batalhas que ocorriam em solo africano apenas serviam para dizimar quem lutava ali, não tinha relevância para a guerra em si. Outro momento importante neste período foi o envio da primeira expedição militar de Portugal para as colônias, devido a divergências políticas com a Alemanha, claramente interessada em Angola e Moçambique.

À medida que o tempo passava, Portugal entrou em um período de caos, vários conflitos econômicos, políticos e sociais desencadeando assim crises cada vez maiores. O governo acabou tendo que lidar com uma população insatisfeita, sua participação na guerra e com grupos políticos de oposição.

Ao findar a guerra em 1918, Portugal intensificou sua dominação. A política republicana (1910–1926) deu lugar a um governo mais repressivo e conservador, formado por banqueiros, industriais, a hierarquia católica e os militares, principalmente das forças armadas, estabelecendo uma ditadura militar em 1926. Dois anos depois, António Carmona é eleito presidente de Portugal e nomeia António de Oliveira Salazar como ministro das finanças, atribuindo-lhe a pasta de todas as colônias ativas de Portugal.

Com seu alto cargo no poder, Salazar instituiu, de um modo bem autoritário, sua política colonial, propondo o *Acto Colonial*⁴, aprovado em 1930, que de forma geral, baseia-se de modo geral em constituir uma “missão civilizadora portuguesa”, ou seja, o exercício de civilizar as colônias portuguesas ultramarinas. O Ato Colonial deu fim às já limitadas autonomias administrativas e financeiras das ainda colônias de Portugal. Como revelam os artigos 2º, 3º, 5º, 33º e 47º:

Art. 2º É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Art. 3º Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.

Art. 5º O Império Colonial Português é solidário nas suas partes competentes e com a metrópole.

⁴ O Ato Colonial é o primeiro documento constitucional do Estado Novo, promulgado a 8 de julho de 1930, pelo decreto n.º 18 570, numa altura em que Oliveira Salazar assumia as funções de ministro Interino das Colónias. É um documento composto por 47 artigos, repartidos por quatro títulos: o I trata "das garantias gerais", o II "dos indígenas", o III "do regime político", e o IV "das garantias económicas e financeiras". Disponível em: [www.infopedia.pt/\\$ato-colonial-1930](http://www.infopedia.pt/$ato-colonial-1930)

Art. 33º É supremo dever de honra do governador, em cada um dos domínios de Portugal sustentar os direitos de soberania da Nação e promover o bem da colónia em harmonia com os princípios consignados no Acto Colonial.

Art. 47º A autonomia financeira das colónias fica sujeita às restrições ocasionais que sejam indispensáveis por situações graves de sua Fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a metrópole.

A partir daí, temos um prelúdio do que seria depois que Salazar assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 1933, cargo esse com o peso de chefe do governo, uma vez que o Presidente da República exercia meramente funções cerimoniais, posição também ocupada sempre por um apoiador do Presidente do Conselho de Ministros. Assim sendo, como Presidente do Conselho, Salazar garantia a harmonia social e a dominação colonial perpetuando a ideologia corporativista e ultranacionalista:

Salazar contemplava os regimes coloniais, exatamente como o governo da metrópole, empregaram vasta gama de instrumentos de opressão. Censura, delação, polícia secreta e força militar serviram para reprimir toda oposição que se manifestasse, negra ou branca. (DAVIDSON, ISAACMAN, PELISSIER. 2010, p. 815)

Não podemos deixar de citar neste estudo que, quando a ditadura militar as instaura em Portugal, a resistência por parte de intelectuais angolanos já estava rompida. Surge aí a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) que defendia a exaltação da cultura e costumes angolanos. Em 1931, a ANANGOLA e mais outros movimentos pan-africanos se fundem criando-se o Movimento nacionalista Africano, mas extinguiu-se rapidamente pelo impiedoso poder de Salazar:

Os africanos tinham se tornado estrangeiros em seu próprio país e sua única função aparente, aos olhos dos europeus, era sua capacidade produtiva. Em tais circunstâncias, as poucas greves em que eles participaram nos portos (1928) ou nas estradas de ferro (1933) não passaram de fogos de palha que deram em nada, já que não havia mais unidade duradoura entre os trabalhadores brancos e a mão de obra negra sem qualificação. Por outro lado, os operários negros não

contavam com o apoio dos soldados negros alistados no exército colonial e não podiam cogitar de uma aliança com os assimilados, os quais haviam sido reduzidos ao silêncio pelas autoridades. (DAVIDSON, ISAACMAN, PELISSIER. 2010, p. 821)

1.3.3. Portugal e as colônias da África: do Estado Novo à Revolução dos Cravos

No início da década de 1930, Portugal era considerada uma sociedade periférica, que tinha como principal atividade a agricultura. Com a nomeação de António Salazar em 1932 como chefe de Estado pelo partido União Nacional⁵, deu-se, a partir daí, o período que ficaria conhecido como salazarista, que se estendeu até 1968, quando, afastado por motivos de saúde, Salazar é substituído por Marcelo Caetano que fica no poder até 1974.

O começo da ditadura militar e a instauração do Estado Novo compreende um período um tanto complexo para as colônias portuguesas e mesmo para Portugal, pois é nesta época que será iniciado a ruptura do liberalismo e se estabelecerá o regime autoritário e antiparlamentar de Antônio Salazar construído às custas de muita repressão e clima amedrontador.

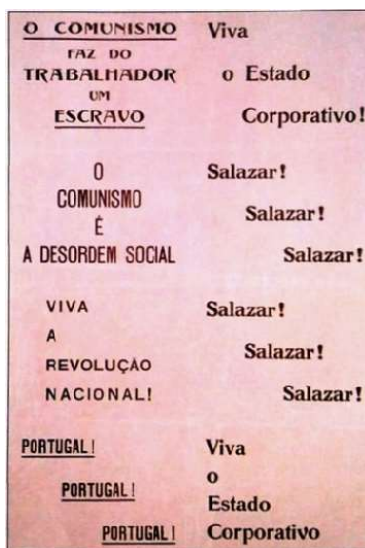


Figura 3 – Propaganda do Estado Novo de 1936

Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/02/propaganda-do-estado-novo.html>

⁵ Frente partidária de apoio ao regime de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano.

O Estado Novo foi um regime político autoritário, autocrata e corporativista, ou seja, uma ditadura civil semifascista, fundada juntamente com a nova Constituição lusitana, e que vigorou por mais de quarenta anos. Além disso:

O Estado Novo – [...] consistia em subordinar os interesses econômicos das colônias aos interesses da metrópole. Para enfrentar a grande crise econômica mundial e a interrupção do fluxo de remessas de fundos dos portugueses de além Atlântico, Portugal reduziria radicalmente os serviços da administração metropolitana e imporá com todo o rigor uma nova política cujo objetivo era extrair a riqueza da África. (DAVIDSON, ISAACMAN, PELISSIER. 2010, p. 73)

Neste período, o governo de Salazar lançava “propagandas” nacionalistas em todos os meios de comunicação no intuito de criar um sentimento patriótico a toda população liderada por ele. Anos mais tarde, Portugal lança uma série de cartões postais com representações de suas colônias africanas, um bom exemplo de como Portugal ainda enxergava essas colônias, como podemos ver nas figuras abaixo uma das “propagandas” patrióticas e a coleção dos postais.



Figura 4 – Coleção de Postais sobre o Domínio Colonial Português que circulou no ano de 1948 sob o regime do Estado Novo

Fonte: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/02/propaganda-do-estado-novo.html>

Com o Estado Novo, também era constituída a exploração colonial sobre as práticas mais duras e simples, ao mesmo tempo no que se refere ao trabalho forçado, tributação da produção agrícola e a venda dos contratos dos trabalhadores migrantes para a África do Sul. Lisboa era quem definia a conduta interina da política colonial. Nesse sentido,

[...] O sistema era semelhante ao sistema francês, contando com uma hierarquia administrativa comportando desde o governador-geral até os chefes de circunscrição, todos submetidos às leis e diretrizes decididas pelo governo de Lisboa e dotados de poderes similares àqueles dos seus colegas franceses. Autocrata e antidemocrata na metrópole, o “fascismo” português reforçava os métodos dirigistas em vigor nas colônias. (DAVIDSON, ISAACMAN, PELISSIER. 2010, p. 73)

Entre 1935 a 1945, as colônias portuguesas mergulharam em consideráveis crises econômicas devido ao regime fascista e pela Segunda Guerra Mundial. No que se refere às ilhas cabo-verdianas, a crise econômica configurou-se pelo retorno de alguns milhares de trabalhadores emigrados e repatriados pelos Estados Unidos.

Nos dois primeiros da década de 40, uma grande seca assolou Cabo Verde matando uma parte considerável de seus habitantes (20.000 mortos de 180.000 mil habitantes), dessa forma, sua população tomou a consciência de que, na verdade, não era integralmente “portuguesa”, uma vez que em nenhum momento a metrópole enviou qualquer tipo de ajuda a eles. Nas palavras de Canale e Boahen (2010):

Nas ilhas do Cabo Verde, super habitadas e devastadas por fomes periódicas (20.000 mortos entre 1940- 1943 e 30.000 mortos entre 1944- 1948, para uma população equivalente a menos de 150.000 habitantes na época), a população originária do continente estava inteiramente “assimilada” e Portugal lá recrutava os quadros subalternos a serem alocados nas suas outras colônias da África. Haja visto o limitadíssimo número de estabelecimentos de ensino superior, não havia classe média ou burguesia para conceder a quem quer que

fosse impulso ou inspiração. E, como os portugueses estavam determinados a reprimir qualquer agitação anticolonial, pelos meios mais extremados, foi somente ao fim dos anos 1950 que partidos políticos começaram a aparecer na África portuguesa. (CANALE E BOAHEN, 2010, p.219)

Para Portugal, por exemplo, as ilhas de São Tomé e Príncipe representavam a colônia de “plantação” por excelência, assim algumas companhias acabam dividindo a maior parte das terras cultivadas enquanto a administração da colônia preocupava-se somente em prover mão de obra local para trabalharem nestas plantações.

Este problema agravou-se sob o regime fascista. Os autóctones repugnavam o trabalho nas plantações e foi preciso trazer mão de obra de Angola e de outras colônias, entretanto esta operação mostrava-se de mais em mais difícil: entre 1920 e 1940, o número de trabalhadores caíra de 40.000 para 30.000 indivíduos. No mesmo período, com a baixa da fertilidade natural das terras e em consequência deste quadro, aconteceu uma forte quebra das exportações de cacau e as ilhas perderam a sua posição privilegiada no mercado mundial deste produto, constituindo assim uma nítida ilustração da ineficácia do regime português. (DAVIDSON, ISAACMAN, PELISSIER. 2010, p. 74)

A grande preocupação por parte do ministro das colônias, Armando Monteiro, em 1933, era o movimento de “branqueamento” da África portuguesa, sendo assim, o governo “sugeriu” a imigração massiva de brancos proletários desempregados em Portugal rumo às colônias portuguesas na África, o que consistiu em manobra do governo fascista de Salazar.

No entanto, a política imigratória foi vedada, devido às más condições financeiras dos colonos privados de conhecimentos técnicos e recursos, estes sobreviviam somente se pudessem explorar os nativos, que por sua vez, ocupavam empregos medíocres, enquanto os portugueses obtinham colocações em escritórios e em usinas, criando assim, entre os africanos e os europeus uma barreira social que reforçou um racismo visto até os dias de hoje.

Por outro lado, para melhor garantir sua dominação, o regime de Salazar precisava de parceiros e assim acordos foram sendo firmados com a Santa Sé, e uma das muitas missões católicas da época tornou-se uma ramificação do Estado na educação da população africana. Tal prática não apresentou maiores problemas com São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, porém Guiné se manteve bem resistente por ser apegada às tradições do islã.

A década de 1960 é marcada pela decadência do regime salazarista, pois, além de Portugal ser economicamente defasado em relação a outros países da Europa, o país participa de guerras coloniais, agravando ainda sua situação. As guerras coloniais se davam pelo último esforço português de impedir a conquista da independência de suas colônias, principalmente de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau.

Em 1961, Angola apresenta três grupos armados que lutaram contra a exploração colonial de seu país, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Cada grupo mantinha o interesse mútuo de libertar sua nação, mesmo apresentando posições políticas divergentes entre si, já Moçambique se organizou com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962, Guiné-Bissau e Cabo Verde lutaram com o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1965:

Os nacionalistas africanos das colônias portuguesas de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau, das ilhas do Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe, estavam também chamados a modificar o curso da própria história de Portugal. Essas são as tensões criadas pelas guerras anticoloniais que se desenrolavam nessas dependências portuguesas, desembocando, finalmente, no golpe militar de Estado ocorrido em abril de 1974 em Portugal, com o qual teve fim a era do fascismo na história moderna de Portugal. Os nacionalistas africanos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau contribuíram para o surgimento da democracia em Portugal, bem como para a modernização política do país. A cultura política portuguesa saiu reumanizada. (MAZRUI, 2010, p.27)

A queda do colonialismo português se deu apenas entre 1974 e 1975 para as colônias portuguesas africanas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Porém tal queda ocorreu de uma forma nada amigável, sendo violenta e sangrenta, uma verdadeira guerra de libertação. No ano de 1968, por motivos de saúde, Salazar é afastado do governo português e em seu lugar assume Marcelo Caetano, antigo ministro das Colônias e fiel aos fundamentos do Estado Novo. Diferentemente de seu antecessor, Marcelo Caetano visita as províncias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau com a vã esperança em manter o domínio português sobre elas, recusando-se a negociar com os líderes dos movimentos em prol da independência desses países.

Em 1973, Portugal amargava a queda de sua economia que se agravou devido à continuidade da guerra colonial; uma parte considerável da sociedade adere aos grupos de contestação e a maioria dos universitários, incomodados com as inúmeras adversidades do país, principalmente com a guerra, iniciaram um movimento de resistência contra o sistema colonial. A Ação Revolucionária Armada (ARA) e as Brigadas Revolucionárias (BR) organizaram ataques não armados, principalmente, contra a logística portuguesa da guerra colonial (CIRIACO, 2015, p.33).

Dessa forma, o regime ditatorial salazarista evolui a passos largos para sua finalização, uma vez que o governo não contava mais com o apoio da sociedade, da igreja e também das forças armadas.

Em 25 de abril de 1974 chega ao fim a ditadura de Antônio Salazar. A população portuguesa vai às ruas comemorar tal acontecimento, principalmente pelo fato de que o movimento em prol da queda do regime não contou com violência. António Spíndola, general do exército português assume a presidência, Marcelo Caetano, o ex-presidente é deposto, embarcando assim para o Brasil. Todo esse movimento foi batizado de Revolução dos Cravos, levando este nome pelo fato de as pessoas saírem às ruas distribuindo cravos aos soldados e rebeldes que contribuíram pelo fim do regime como forma de agradecimento, como destaca a figura abaixo.



Figura 5 – Revolução dos Cravos

Fonte: Domínio Público

A Revolução dos Cravos julgou-se ser a última desse tipo no século XX em continente europeu, tendo se inspirado na ideologia de duas outras revoluções: a Francesa (1789 – 1799) e a Russa (1917 – 1923). Entretanto, todos seus participantes, rebeldes e militares, almejavam três pontos apenas: o fim da ditadura, o resgate do prestígio das Forças Armadas e o término da Guerra Colonial em território africano. Sobre a Revolução dos Cravos, Secco (2004) afirma:

A Revolução dos Cravos, ocorrida no último dos impérios coloniais, teria reservado a este pequeno grande país da Europa um lugar novamente destacado na história? De fato, não sabemos se ela foi a última revolução do velho modelo ou a primeira tentativa de uma nova revolução que garantirá o pluralismo socialista. Os capitães de Abril tinham como seus objetivos a liberdade e a igualdade, mas sua prática foi a fraternidade. (SECCO, 2004, p.12)

Com o fim da ditadura em Portugal, as lutas pela independência de suas colônias africanas se fortaleceram. Em 1974, os portugueses reconhecem a independência de Guiné-Bissau e ainda, fecham um acordo denominado de “Acordo de Alvor” que reconheceu a independência de Angola a partir de 1975. Ainda em 1975, Portugal também reconheceu a independência de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Por fim, com a independência das colônias portuguesas africanas, em 1979 é criado o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com o objetivo de ser um espaço de cooperação político-diplomática e de solidariedade.

1.4. CABO VERDE E SÃO TOMÉ: DA COLÔNIA AO PÓS INDEPENDÊNCIA

O processo da expansão portuguesa pela África, a partir do século XV, não foi nada tranquilo para o povo africano, pois tiveram que lidar com a imposição cultural, linguística, introduzida com violência pelos colonizadores.

A partir do processo de colonização portuguesa, o processo de crioulização⁶ em ambientes insulares ocorreu de um modo bem diferente dos processos de aculturação europeia em sociedades continentais. Tal processo de aculturação representava a integração dos europeus em sociedades já existentes, porém nas ilhas, a expansão marítima esteve presente no nascimento de novas sociedades. Assim sendo, os primeiros habitantes de São Tomé e Cabo Verde eram desconhecidos e o processo da crioulização no novo território ocorreu em circunstância de desigualdade entre os brancos e os africanos.

As duas ilhas, além de carecerem de recursos naturais, ainda apresentava um clima insalubre que contribuía, além da distância entre Portugal, de uma política imigratória considerável de brancos, distinguindo assim São Tomé e Cabo Verde das demais colônias portuguesas que foram povoadas por brancos em relevante número. Em Cabo Verde, era difícil fixar moradia tanto para africanos ou europeus devido às chuvas irregulares e o clima árido ou semiárido, entretanto São Tomé, mesmo apresentando uma vegetação exuberante, clima tropical e abundância de chuvas, devido ao ar quente e úmido era comum a proliferação de doenças tropicais, ainda desconhecidas pelos europeus, como a malária por exemplo.

⁶ “Crioulização” remete com maior autoridade às formas dinâmicas de transformações culturais dentro de processos contraditórios de justaposições, combinações, fusão (não genérica) e reestruturação, criação e recriação sociocultural religiosa e política. E segundo este pesquisador a categoria “crioulização” se corporifica como mais adequada para analisar processos contraditórios nos contextos das relações sociais e culturais entre escravos africanos, senhores escravistas e suas descendências durante o período da escravidão no Novo Mundo (MATHIAS, 2011 apud CARVALHO, 2016, p. 8).

1.4.1. Cabo Verde

Localizada no Oceano Atlântico, cerca de 500 km da costa ocidental africana, a República de Cabo Verde é um território insular composto por dez ilhas e oito ilhéus, divididas em dois grupos e que, devido à sua posição geográfica, permitiram seu povoamento uma vez que, o arquipélago se apresentava despovoado quando os portugueses ali desembarcaram, sendo necessário levar pessoas, gado e plantas para dar início a um processo “construção social” iniciada em 1462.

Sua população, a princípio, foi formada por colonos europeus e escravos trazidos da costa ocidental africana, permanecendo assim como uma sociedade escravocrata até o final do século XIX. Porém, outra parte de seus habitantes provinham da Guiné, pois era de lá que os portugueses traziam mão de obra para trabalhar nas plantações de tabaco, café, cana-de-açúcar, algodão e sisal, além da criação de cabras, que, mais tarde, levou o solo cabo-verdiano a se tornar improdutivo em várias áreas.

Durante os primeiros séculos de sua existência, a ilha de Cabo Verde desempenhou o papel de ser importante rota de navegações atlânticas no que diz respeito às trocas comerciais entre Europa, África, América e Índia. Ao longo de sua história, o arquipélago teve sua economia e administração geridas pelos interesses da metrópole portuguesa, tendo presente em seu círculo econômico e social graves crises.

Carvalho e Sá (2007) reforçam as afirmações acima:

Essa importância é válida até hoje porque continua sendo importante no circuito Europeu e Americano. Ao longo da sua história, a administração do Arquipélago e toda a sua economia foram geridas em função dos interesses da Metrópole. A atividade econômica foi dominada por vários ciclos históricos que sempre terminara em graves crises de ordem social e econômica: o comércio de escravos, a criação de gado, o cultivo da cana-de-açúcar, o algodão, a apanha da urzela, as atividades salineiras e portuárias. Registra-se que foi no âmbito da ocupação das ilhas da Macaronésia que os europeus experimentaram o sistema de agricultura de plantações que posteriormente foi levada para outras regiões tropicais. (CARVALHO e SÁ, 2007, p. 124)

O sistema de aculturação em Cabo Verde se dará não só da imposição portuguesa, mas também a partir da contribuição cultural africana que tentava sobreviver em função do grau de instrução e urbanização do meio e na contribuição dos valores europeus que se impunham e se generalizavam, possuidores de maior capacidade de resistência. (ANDRADE, 1975, p. 5)

O cabo-verdiano surge do encontro de europeus e africanos. O europeu trouxe uma cultura dinâmica que, aliada ao sentido de radiação e integração dos africanos, proporcionou uma miscigenação étnica e linguística, cultural e social, implicando assim, em uma metamorfose, numa individualização, que ao final dessa combinação servirá como base para outro homem, outra língua e outra cultura (CANIATO, 2006, p. 134). Sucedendo a fase da miscigenação, iniciou-se a fase da integração dinâmica, surgindo assim um novo homem o crioulo.

Mesmo herdando características culturais tão diferentes do lado africano e europeu, a cultura cabo-verdiana é individualizada, ou seja, a partir dessa herança Cabo Verde construiu uma maneira própria de pensar e agir.

Sua população, por outro lado, passou por fases bem complicadas devido às atividades insustentáveis na agricultura e criação de caprinos, gerando assim períodos de fome com alta mortalidade populacional nos séculos XVI, XVII, XIX e na primeira metade do século XX. A primeira grande crise que se tem registro aconteceu entre 1580 a 1583, morrendo muitos habitantes e outros voltando para Guiné. Outras crises foram registradas ao longo dos séculos:

[...] ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. No século XIX, em 1809 - 1811, uma grande fome dizimou muita gente da ilha de Boa Vista e também animais domésticos: cabras, jumentos, vacas, bois, cavalos e éguas. Nas crises do século XX, destaca-se a de 1921 - 1922, em que o povo se achou no "último estágio de miséria nua", por ter consumido roupas, terras e jóias, acrescido por um obituário de 1921 de mais de 23 mil pessoas; também, a de 1941 - 1943, em que houve mortalidade pela fome de mais de 24 mil pessoas; e a de 1947 - 1948, cujas perturbações causadas pela deslocação de famintos impossibilitaram o controle do obituário. (CANIATO, 2006, p. 135)

Vale ressaltar que as duas piores crises de fome no arquipélago se deram em dois períodos: 1941-43 e 1947-48, matando cerca de 45.000 pessoas. As localidades mais atingidas de 1941 a 1943 foram as ilhas de São Nicolau e Fogo, onde aproximadamente 28% e 31% respectivamente da população perderam a vida. Já entre 1946 a 1948, a ilha de Santiago perdeu 65% de sua população. Toda essa situação fez com que milhares de cabo-verdianos emigrassem, por exemplo, aceitando contratos de trabalho nas plantações de cacau de São Tomé e Príncipe. Entre 1900 e 1970, cerca de 80.000 cabo-verdianos foram enviados para São Tomé e Príncipe. Portugal por sua vez, em nenhum momento se mostrou interessado em ajudar a colônia com o envio de alimentos ou com medidas de melhorias ao acesso de água potável.

Todos esses problemas em consequência da fome e da seca provocaram em Cabo Verde um processo migratório iniciado no século XVII. Segundo Carreira (1983 apud Carvalho e Sá), esse processo migratório foi caracterizado em duas vertentes: emigração espontânea e emigração forçada.

O processo migratório cabo-verdiano se divide em três fases: a primeira fase compreendendo de 1900 – 1920 e objetivava na procura de melhores condições de vida para o emigrante devido à seca, fome e desemprego, sendo exclusivamente direcionada aos Estados Unidos motivados pelos contratos de trabalho direcionados aos navios baleeiros americanos; a segunda fase compreende de 1927 a 1945, tendo o continente africano como território de interesse devido aos Estados Unidos não receberem mais indivíduos analfabetos em seu país; a terceira fase se deu de 1946 a 1973 e foi direcionada especialmente para a Europa.

Enquanto que a emigração forçada compreendeu de 1902 a 1970, e teve como destino São Tomé e outros países africanos. Objetivou-se, por iniciativa do governo, no recrutamento de mão-de-obra braçal para trabalhar nas roças⁷ de café e cacau desses países.

⁷ A roça aparece como elemento intrínseco à cultura são-tomense da época colonial, constante no cotidiano dos seus moradores, e constitui uma fonte de inspiração para os artistas e escritores são-tomenses, mas também angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos. Além disso, o cacau e o sistema agroeconômico colonial em vigor vão se tornar progressivamente o epicentro econômico de STP. Vale lembrar que São Tomé e Príncipe - "país-plantação" - foi qualificado por Pinto de Andrade (1997: 26) como "colônia de plantação", mas o nome até hoje mais comum para definir os latifúndios são-tomenses é a palavra "roça", utilizada localmente. (BERTHET, 2012)

A lembrança da primeira metade do século XX ainda é motivo de tristeza para a população de Cabo Verde, incluindo as gerações mais jovens, não só devido às adversidades do clima, mas também pela construção de uma colônia penal na Vila do Tarrafal em Santiago. Esta colônia penal também foi chamada na época de “Campo de concentração” fazendo referência à Auschwitz. A seguir, a entrada de Tarrafal atualmente.



Figura 6 – Frente do Complexo Prisional de Tarrafal

Fonte: Domínio Público

Durante este período, Cabo Verde ainda era colônia portuguesa e vivia sob o domínio do Estado Novo, regido por Antônio Salazar. Nesse cenário, entre 1936 a 1954 funcionou a Colônia Penal situada ao norte da ilha de Santiago. Esse complexo prisional foi exclusivamente criado para prender portugueses, guineenses, cabo-verdianos e angolanos que contrariassem o regime ditatorial de Salazar.

Tarrafal ficou conhecida como “Campo da Morte Lenta”, uma vez que ali era praticado várias formas de tortura. Trinta e dois portugueses, dois angolanos, dois guineenses perderam ali a vida pouco tempo depois da sua inauguração. Outros morreram já depois de libertados, mas ainda em consequência do que ali tinham passado. Algumas famílias chegaram a fazer cerimônias fúnebres em homenagem a entes queridos que sumiram misteriosamente.

A escolha deste espaço pelas autoridades portuguesas foi pura e simplesmente intencional, visto que ficava situado numa zona que

apresentava um clima de insalubridade, com muita falta de água potável, muitos mosquitos na época das chuvas, favorável ao aparecimento de muitas doenças que provocaram a morte de muitos presos. (BORGES, 2014, p. 42)

O complexo prisional de Tarrafal, para muitos, teria sido inspirado nos campos de concentração nazistas, tendo como objetivo não assumido a eliminação dos opositores ao regime salazarista de Portugal. As condições de vida das pessoas encarceradas eram as mais precárias e deficientes possíveis, destacando alimentação escassa, trabalhos forçados e ausência total de medicamentos.

Os dois primeiros anos na prisão eram os mais marcantes na memória dos ex-encarcerados, pois havia duas fases que essas pessoas teriam que passar, a primeira fase chamada de “Brigada Brava”, consistia em que o preso fosse forçado a trabalhar durante 45 dias ininterruptos, perante altas temperaturas, na construção dos muros ou de estradas ao redor do complexo. Já a segunda fase, chamada de “Período Agudo”, acontece a partir de 1937, e foi o período em que surgiram as primeiras doenças infecciosas. Até então não se tinha médico para se tratar os problemas de saúde dos presos, só no final do mesmo ano que o primeiro médico chega, porém, como não se tinha medicamentos no local, limitava-se a só passar as certidões de óbito, (TAVARES 2007 apud BORGES 2014).

A tortura era agravada pela falta de alimentação, pois esta limitava-se a pão e água, dia sim, dia não. Devido a estes castigos, no período de 1937 a 1944, morreram 30 presos e 67 adoeceram com biliosas, dos quais 14 morreram e 52 tiveram doenças pulmonares. Era desta maneira que o campo de concentração cumpria o seu intento, a eliminação física e psicológica dos presos antifascistas. (BORGES, 2014, p.44 – 45)

Em 1954 o complexo prisional fecha, mas suas funções se encerram por definitivo somente em 1956. Cinco anos mais tarde, em 1961, reabre como um centro de acolhimento para os nacionalistas africanos que lutaram a Guerra Colonial (Guineenses, Angolanos e Cabo-Verdianos), encerrando suas atividades em 1974 com a Revolução dos Cravos.

Após a independência de Cabo Verde em 1975, passou a sofrer com especulações a respeito de seu espaço, passando a ser por 10 anos um centro de recrutamento militar, por exemplo. Porém a grandeza de seu papel na história de Cabo Verde é imensurável, o papel que desenvolveu no processo de emancipação e da conquista pela liberdade, de sua e de outras nações africanas, depois de tanto tempo sob o colonialismo português imerge na urgência da preservação da memória histórica deste lugar, sendo assim, em 2006 o governo cabo-verdiano decreta as instalações de Tarrafal com patrimônio nacional da República de Cabo Verde (Borges, 2014, p. 47).

Atualmente, no antigo local onde se encontrava o complexo prisional se concentra o Museu da Resistência de Tarrafal, que valoriza o espaço em memória das vítimas que por ali passaram, tornando um importante ambiente de informação e formação dos valores humanos.

1.4.2. São Tomé

Ao se falar da ilha de São Tomé sempre nos vêm à memória a ilha de Príncipe, uma vez que se tratam das duas maiores ilhas do arquipélago de maneira que fica, muitas vezes, difícil desassociá-las.

Oficialmente conhecida como República Democrática de São Tomé e Príncipe e localizada na costa ocidental africana. Tais ilhas até a época de seu descobrimento pelos portugueses por volta de 1470, não possuía sinais de população, estando plenamente desabitada. Ao longo do século XV, sob o domínio de seus colonizadores portugueses, constituiu durante muitos séculos um entreposto de grande importância para o comércio transatlântico de escravos. Além de ser rota de exportação e comercialização de produtos para a Europa como cana-de-açúcar, café, cacau, mas vale lembrar que todo esse comércio de exportação era sustentado pela mão de obra escrava vinda do continente africano, mas o papel do escravo não se limitava apenas em trabalhar nas plantações. Para Silva (2009):

[...] Além dos escravos serem o suporte principal nas plantações de cana de açúcar em São Tomé e Príncipe, eles também eram usados no comércio regional com Elmina. Deste modo, o tráfico de escravo

tornou-se fator importante na economia de São Tomé e Príncipe no início da implementação da cultura de cana de açúcar. [...] no início do século XVI havia cerca de 1000 moradores, dos quais a maioria era composta por degredados, 2000 escravos nas casas e nas plantações de cana de açúcar e cerca de 5000 destinados ao comércio regional com Elmina e vendidos para os Akan. Anualmente São Tomé importava cerca de 2000 escravos do Reino do Congo e Delta do Níger, dos quais 500 eram reexportados para a Elmina. Portanto, os que não eram reexportados eram empregados nas casas coloniais e trabalhavam na indústria de cana de açúcar, tornando-se, assim, a classe mais baixa na sociedade santomense. (SILVA, 2009, p. 21-22)

De modo geral, o modelo administrativo aplicado por Portugal em São Tomé e Príncipe era parecido com o modelo aplicado em Cabo Verde durante os séculos XV e XVI, porém eram distintos na posição geoestratégica uma vez que a diferença no meio ambiente e no clima entre os arquipélagos constituiu duas economias diferentes, além da mestiçagem biológica. Isso resultou em padrões de escravaturas divergentes de outras culturas com a chegada de um grupo de escravos que se refugiaram ao sul da ilha de São Tomé, armando uma grande revolta, considerada a maior do país até hoje. Segundo Silva (2009), essa revolta durou cerca seis dias, sendo que no último dia mais de dois mil escravos travaram uma forte batalha com soldados e colonos portugueses, destruindo mais de 60 engenhos de açúcar, culminando com a morte de cerca de 200 escravos e o enforcamento de seu líder.

A partir do século XVII, devido aos sucessivos ataques de outros países da Europa e a tomada do café feita pelo Brasil, a indústria de açúcar em São Tomé, que era o principal eixo econômico da ilha, entra em declínio, fazendo com que muitos fazendeiros se mudassem para o Brasil em busca de melhores negócios, deixando o controle econômico nas mãos de indígenas, nativos da ilha e os forros, filhos dos colonos portugueses, nascidos ali. Nesse momento, São Tomé dependia quase que exclusivamente do cultivo de produtos para alimentar sua população:

Os engenhos de açúcar remanescentes eram usados na produção de aguardente para suprir os navios negreiros. Além disso, devido à crise do comércio de escravos, o tráfico com o Brasil prosseguiu em pequena escala, tendo em vista que o país perdera para Luanda a sua posição como entreposto no final do século XVII. Assim sendo, em

busca de uma recuperação da economia de plantação que sofrera colapso, surgem novas culturas, como cacau, café, gengibre, as quais proporcionaram nova aposta agrícola e geraram nova situação de dependência. (SILVA, 2009, p.27)

No período que compreende do século XVII até início do século XIX, a ilha de São Tomé se manteve esquecida, inclusive por seus colonizadores, preocupados com o comércio ultramarino e pela instabilidade política que enfrentavam. Entretanto, Portugal percebe a necessidade de tomar o controle de São Tomé e, assim, praticamente a recoloniza no século XIX, introduzindo novas culturas de rendimento trazidas do Brasil.

A retomada do controle português resultou na marginalização econômica e política dos forros, estes perdendo o posto de liderança que tinham, sendo desprezados pela nova hierarquia colonial composta majoritariamente por brancos. Todo capital investido para o restabelecimento econômico da ilha se deu a partir do comércio brasileiros e também de antigos traficantes de escravos:

O restabelecimento da economia de plantação, na segunda metade do século XIX, criou, em São Tomé e Príncipe, uma sociedade plural, em que os grupos viviam separados segundo regras sociais diferentes. A segunda colonização, a marginalização dos forros e o aparecimento de uma sociedade plural impediram uma consolidação da sociedade crioula são-tomense. (SEIBERT, 2014, p. 61)

O século XIX fica marcado em São Tomé pela ascensão do cacau, além da exportação do café durante a segunda metade deste século. O volume de negócios na ilha se tornou crescente e, desta forma, nos anos de 1880 a exportação de cacau se tornou algo importante e inovador, mas este novo ciclo também trouxe alguns problemas de caráter social e até de âmbito internacional.

Foi neste período do “cacau” que a colonização portuguesa sofre maiores pressões devido ao método que usava na contratação de mão de obra, para termos um parâmetro no período correspondente a 1885 e 1903 adentraram na ilha com a função de serviçais cerca de 56.189 angolanos, porém neste período a abolição já havia acontecido de forma formal e todo trabalhador respeitava um contrato de

trabalho, que mais tarde se descobriu que era a colônia que não cumpria com sua parte contratual, prevalecendo ainda um sistema escravista velado.

Adentrando às primeiras décadas dos anos de 1900, a ditadura e o Estado Novo impuseram a necessidade de força policial e administrativa na resolução de conflitos entre nativos e europeus, tudo isso sempre em prol da paz social e racial.

A crise de 1929 também se abate em São Tomé, trazendo-lhe problemas de cunho agrícola e divergências entre colonizadores e produtores das roças principalmente de café e cacau. O governo socorre a ilha trazendo mão de obra das outras colônias, mas sem o cumprimento legal dos direitos dos trabalhadores. Ressalta Nascimento (2001):

Apesar do abandono dos métodos de cultura intensivos e dos terrenos de produtividade marginal, os quantitativos de braços rapidamente se tornaram de novo insuficientes para o empenho nas várias tarefas das roças, ao tempo apostadas numa diversificação das produções, mormente das oleaginosas. Ao rombo nos contingentes causado pela massiva repatriação de 1931-32, juntava-se a incapacidade de exigência produtiva acrescida a pessoal a um tempo progressivamente exausto, acomodado e desanimado pela sua repatriação e sobre quem, por si só, a coerção extraeconômica deveria ser cada vez menos profícua. (NASCIMENTO, 2001, p. 16)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, começaram especulações referentes à descolonização, forçando Portugal a rever algumas políticas coloniais. No início da década de 1960 algumas colônias portuguesas como Angola e Moçambique travaram batalhas em prol da independência colonial, mas não afetou São Tomé e Príncipe diretamente.

Finalmente, em 1975 o arquipélago de São Tomé e Príncipe é declarado independente de Portugal, deixando para trás cinco séculos de submissão aos portugueses, um ano depois da Revolução dos Cravos que proporcionou a queda do Estado Novo e a era ditatorial de Salazar. A partir de sua independência, São Tomé começa a praticar sua autonomia se excluindo totalmente das camadas portuguesas.

Consumada a independência, a pluralidade social foi entendida como avessa ao desenvolvimento. Independentemente da sobrevivência

das agremiações tradicionais, privilegiou-se a organização hierarquizada tutelada pelo Estado no qual se tentou corporizar todas as formas de expressão social e identitária. Progressivamente, o regime de partido único significou a exclusão das largas camadas da população da participação da vida ativa. (NASCIMENTO, 2001, p.26)

Atualmente, São Tomé e Príncipe tem grande destaque na área agrícola e na agricultura principalmente para exportação; além disso, o arquipélago entrou em um período de evidência com o petróleo, sua exploração fez com que as receitas da ilha subissem consideravelmente.

CAPÍTULO 2

A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

O fato de que sou escritora: uma mulher escritora, não uma dona-de-casa que escreve, mas alguém cuja existência, em sua totalidade, é comandada pelo ato de escrever.

Simone de Beauvoir

2.1. PANORAMA DA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

Muito se fala sobre o papel das mulheres em sociedade e suas lutas por igualdade de gênero em um campo social em que, historicamente, elas não possuíam visibilidade. É certo que, de forma mais ampla, nunca chegaram a ser donas de si, pois, durante muitos séculos, sempre foram classificadas no contexto do patriarcado como inferiores física e mentalmente, por uma sociedade que denominava ao homem a alcinha de provedor e “proprietário” das mulheres de sua família.

Diversos discursos veiculados socialmente reverberaram ao longo do tempo o pensamento excludente masculino, nesse sentido, podemos destacar a título de exemplo o discurso religioso, em que se observa o papel do homem como o de superioridade, fazendo com que as mulheres sejam entendidas como um ser reprodutivo e que deve obediência a seus maridos. Esser (2014) nos mostra que:

O poder masculino era confirmado em discursos religiosos que pregavam a culpa da mulher decorrente do mito da criação, onde Eva, caindo em tentação, comeu a maçã e conferiu naquele momento a superioridade masculina. Assim, a mulher passa a ser condenada eternamente pelo erro cometido por Eva no Éden. Nas cerimônias religiosas, constantemente, passagens bíblicas incitavam a inferioridade feminina e promulgavam a sua afirmação enquanto submissa aos poderes masculinos. São Paulo, na Epístola aos Efésios, não deixava dúvidas quanto a isso: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja... Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos maridos. (ESSER, 2014, p. 04)

É importante contextualizarmos as passagens bíblicas descritas por Esser dentro da lógica judaico-cristã, a fim de compreendermos de forma mais cuidadosa a própria formação e origens destes discursos excludentes do feminino no mundo ocidental. Entretanto, apesar da prevalência desta visão de mundo, em vários momentos importantes da história, tivemos importantes mulheres que contribuíram, de alguma forma, para que o universo feminino fosse visto com seriedade. Como por exemplo, Joana D' Arc, que liderou as tropas do rei Carlos VII na França no século XV, ou a polonesa Marie Curie, primeira mulher a ganhar o prêmio Nobel de física em 1903. Mas, para essas mulheres e tantas outras serem reconhecidas, por seu trabalho e contribuição social, houve um trabalho de revisão da própria história, que acabou sendo adjuvante para desconstruir os estereótipos seculares criados em torno das mulheres.

Mesmo de um modo velado, as mulheres ainda enfrentam certo “rebaixamento” por parte de alguns homens, estes se apegam nas supostas condições femininas de modo geral para justificarem conclusões infundadas a respeito delas, por exemplo, relacionadas às capacidades profissionais de uma mulher. Machado (2017) analisa bem a formação do conceito masculino de inferiorizar as mulheres:

Para embasar seus argumentos, os homens buscavam na natureza feminina o argumento necessário para inferiorizar as mulheres, pois as consideravam seres de paixão e de imaginação, sendo seu intelecto menos capaz. Rousseau foi um dos teóricos que utilizou esse argumento ao dizer que às mulheres caberia apenas conhecer aquilo que estava ao seu entorno para torná-las uma companheira melhor para o homem”. (MACHADO, 2017, p. 54)

Uma breve volta ao passado nos mostra que, em algumas sociedades no mundo, a situação da mulher era de subserviência ao pai, irmão mais velho e, depois do casamento, ao marido. Tal obediência a impedia de estudar e, para aquelas que tinham a sorte de aprender uma ocupação, só restavam aprender as obrigações do lar como o bordado, costura, etiqueta e bons modos de esposa, além de se manterem virgens para o casamento, e nunca, em hipótese nenhuma se separarem dos maridos. Além disso, não seria de bom tom, ou visto de bom grado para a sociedade, uma mulher prover o sustento de sua família. Tal condição era atribuída aos homens. Machado (2012) nos mostra que:

Aos homens, de um modo geral, obviamente, sempre couberam as atividades intelectuais e a vida de aventuras longe de casa. Além disso, deve-se, sobretudo a ele a liderança familiar, o provimento das necessidades da casa, dos filhos e de sua mulher. (MACHADO, 2012, p. 50)

No Brasil, por exemplo, as mulheres só tiveram o direito à escolaridade básica (alfabetização, operações matemáticas básicas e ciências da natureza) em 1827 e apenas em 1879 que as mulheres adquiriram o direito em matricularem-se em uma Universidade, porém, a matrícula deveria ser efetuada pelo pai ou marido.

Mais tarde, já no século XX, a mulher munida da vontade de construir um novo capítulo social, moral e cultural para si, tenta romper um poder patriarcal bem predominante na sociedade. Tal poder usava-se de argumentos voltados às diferenças biológicas entre homens e mulheres para que as diminuíssem ou se valessem da máxima de que mulher não pode se igualar, profissional e intelectualmente, ao homem.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002) a dominação masculina, o tal sistema de patriarcado, começa no seio familiar e na escola, através de um discurso, às vezes inconsciente, de pais e professores aconselhando as meninas que as carreiras científicas são mais fáceis para os meninos. Tal discurso só acentua a posição imposta às mulheres de submissão e subalternidade.

A posição das mulheres na literatura não é diferente. Durante muito tempo, grandes escritoras como a inglesa Mary Ann Eliot (George Eliot) usavam pseudônimos masculinos para poderem lançar suas obras e terem alguma visibilidade editorial. Mesmo no século XXI tivemos um exemplo de privação de autoria feminina, a própria escritora da saga Harry Potter, Joanne Rowling, acatando seu editor, publicou seus livros usando somente as iniciais de seu nome “J. K. Rowling” pois assim, não deixaria explícito que era uma mulher. Machado (2012) aborda as diferenças de gênero no campo editorial quando diz:

Paulatinamente construídas ao longo dos séculos, as desigualdades de gênero veículas como inerentes à natureza humana fizeram-se presentes em diferentes esferas socioculturais, sendo profundamente assimiladas pelas muitas formas de arte, como é o caso da literatura,

que, não raro, acabou por refletir ideologias de opressão face às supostas diferenças naturais entre homens e mulheres. (MACHADO, 2012, p. 47)

A literatura produzida por mulheres traz um panorama dos lugares possíveis para se traçar o papel exercido pelas mulheres cultural e socialmente através dos séculos, que mesmo com todas as dificuldades e julgamentos, se mostra por meio de sua escrita. Porém, os primeiros registros de obras de autoria feminina não eram vistos com bons olhos pela sociedade, como nos mostra Esser (2014):

Os primeiros registros de escritos afirmados como de autoria feminina não obtiveram muito sucesso. Mulheres envolvidas com política, protestos sociais e agora com a criação literária, não eram vistas com bons olhos pela sociedade do século XIX, ainda enraizada pelos pensamentos patriarcalistas e subalternos nos séculos anteriores. Assim, excluídas de uma efetiva participação nas decisões sociais, as mulheres sentiam-se cada vez mais distantes de ocuparem cargos públicos ou desempenharem qualquer atividade que fosse até então realizada por homens, inclusive a educação lhes era negada. (ESSER, 2014, p. 10)

O uso de pseudônimos masculinos por algumas escritoras ressalta um pensamento equivocados de que, não existe uma escrita exclusivamente feminina ou masculina em relação ao estilo e sentimento. No caso de obras literárias, o autor ou autora é aquele (a) que se assume como autor ou autora, usando seu próprio nome ou um pseudônimo adotado para esse fim. Tal pseudônimo pode ser feminino ou masculino. Se quem assina a autoria for uma mulher, essa obra será de autoria feminina, sendo importante não estereotipar que, as palavras escritas por uma mulher, obrigatoriamente, deverão ser romantizadas, doces ou conter nuances de fragilidade.

Mas, de qualquer forma, a literatura de autoria feminina, nos mostra a necessidade de uma “minorias” social que ainda sofre com julgamentos estereotipados, mas que encontra na escrita uma forma de expor toda a opressão vivida, tecendo assim, a visão de mundo sobre suas experiências culturais, emocionais, sociais sobre si mesma e de outras tão iguais na busca por reconhecimento.

Mesmo que, cada vez mais, as mulheres vêm alcançando espaço no âmbito literário, no qual, muitas autoras tenham tido certo destaque nas últimas décadas,

encontramos ainda uma certa resistência no estímulo a sua produção, publicação ou divulgação, não reconhecendo, mesmo que veladamente, habilidades intelectuais das mulheres, principalmente no campo literário. Em 1991, Nelly Novaes Coelho já questionava que o valor literário das obras não possui gênero:

Note-se, ainda, que a atenção que a produção literária das mulheres vem exigindo da Crítica, como fenômeno específico que é, em meio à produção literária geral, não se identifica com uma intenção justificativa. Não se trata de saber se a literatura "feminina" é melhor ou pior do que a "masculina". Obviamente já não têm mais sentido as discussões que se centravam na questão do "valor" maior ou menor de um ou outra; pois já é ponto pacífico o fato de que valor literário não tem sexo. (COELHO, 1991, p. 92)

Para Calegari (2005), a literatura de autoria feminina percorreu um caminho de evolução em sua escrita devido aos avanços relacionados à emancipação da mulher na sociedade. Além disso, essa evolução pode ser considerada em três momentos: a fase feminina (1859 – 1944): em que as mulheres “imitavam” os modelos literários masculinos publicados nesse período que espelhavam os valores patriarcais da época; a fase feminista (1944-1990): marca a luta das mulheres pelos seus direitos questionando os valores patriarcais vigentes; e a fase fêmea (1990-atual): fase de amadurecimento literário feminino. A literatura de autoria feminina cria uma identidade, deixando assim, de seguir temáticas voltadas exclusivamente às relações de gênero.

Nesse cenário, nasce assim, a crítica literária feminina com a responsabilidade de cessar o discurso patriarcal tradicional. As mulheres começaram a requer seu lugar na cultura, arte e assim também, na literatura. Iniciaram o reconhecimento da diferenciação de um EU feminino frente a um EU masculino, certificando-se do sentido opressor da voz masculina presentes nos discursos históricos de modo geral (filosofia, política, religião, antropologia, literatura etc.). Nelly Novaes Coelho explora a faceta acerca da linguagem feminina e masculina na literatura:

Uma das perguntas mais frequentes que se colocam hoje nas discussões sobre a Literatura Feminina, diz respeito à especificidade da voz que ali fala. Haveria um discurso essencialmente "feminino"? Existiria uma linguagem feminina na Arte? Evidentemente, não são

perguntas ociosas ou gratuitas e têm sua razão de ser, uma vez que em passado recente acreditava-se em diferenças de ordem biológica que determinariam a criação artística do homem e da mulher: o primeiro, sendo ativo, forte e dinâmico seria dono de uma arte idêntica à sua natureza viril; enquanto a segunda, sendo sensível, frágil, psicologicamente sutil, afetiva, ingênua, etc. criaria uma arte também delicada e frágil... (como vemos, já nessa diferenciação está patente a presença do modelo-de-comportamento que se considerava ideal para a mulher...) (COELHO, 1991, p. 94)

Com as publicações de obras de autoria feminina crescendo, outras temáticas começam a despontar. A desconstrução da imagem de pureza e candura da mulher romântica e do lar, infeliz e depressiva, dá lugar a força e a sagacidade de mulheres decididas em contar suas histórias através de personagem que personificam um determinado sofrimento de outrora que, agora serve de pilar para histórias de superação e resistência.

Nely Novaes Coelho (1991) nos mostra que o “Amor” começa a fazer parte de múltiplos sentimentos nessa literatura feminina:

Na nova ficção feminina, o Amor (embora sempre latente no universo ali construído) deixa de ser o tema absoluto para ceder lugar às sondagens existenciais; ao ludismo da invenção literária; às fantasias intertextuais; ao questionamento político; à redescoberta do Mito ou da História, - células primeiras do mundo hoje em transformação; e principalmente ao Erotismo. (COELHO, 1991, p. 98)

A tangente literatura contemporânea de autoria feminina vem trilhando caminhos diversificados, mesclando temáticas comuns do passado como frustrações amorosas ou proibições sociais com temáticas atuais como desigualdades sociais, preconceito racial ou política. Machado (2012) abordará bem esse assunto.

Já desfrutando das conquistas feministas do passado, uma parte da produção literária de autoria feminina contemporânea, tem deslocado os assuntos relacionados à agenda feminista para questões de outro quilate. Isto se explica porque a abordagem temática dessa produção, por sua amplitude, vai muitas vezes para além de questões estritamente concernentes às mulheres, ao abrir-se para contextos

igualmente desviantes, como, por exemplo, o corpo (inclusive o masculino), a etnia e a classe, além de se estender para temas que se relacionam a questões próprias da sociedade contemporânea, como a fluidez do tempo e do espaço, o hibridismo cultural, a emigração, a diáspora (quer física ou não) e situações que colocam em pauta o colonialismo e as culturas pós-coloniais. O que se tem, ao fim, é uma produção que, ao refletir acerca dessas e de outras questões, mais gerais, universais e humanas, volta-se, como em um espiral, para aspectos e espectros mais particulares da vida comum. (MACHADO, 2012, p.48)

A autoria feminina apresenta, mesmo que de forma sutil, um sujeito que se encontra através da palavra, representando uma consciência quase que coletiva de outras mulheres. Resultando assim, de uma afirmação feminina que antes não se tinha. Tornando dessa forma, a escrita de autoria feminina menos invisível e marginalizada, apresentando quase tradicionalmente um texto proveniente de suas próprias experiências de vida, tornando-se sujeito de sua própria escrita. Geralmente, o discurso feminino literário construído a partir do patriarcado é consolidado pelo rigor das relações de gênero. A partir disso, escritoras empregavam estratégias discursivas como ironia e sarcasmo, favorecendo uma aceitação no meio literário.

Falar de autoria feminina é falar de uma escrita de resistência e ao mesmo tempo de singularidades do universo feminino, partindo principalmente de escritoras do século XVIII até o final do século XX. Como um dos destaques da ficção de autoria feminina temos Virgínia Woolf (1882 - 1941), que foi uma das precursoras do feminismo negando as questões acerca das diferenças entre o masculino e o feminino. Como uma autoridade no assunto, Woolf, além de explorar temas em suas obras que vão contra a natureza dogmática da mulher impostas pela sociedade como o casamento e a obediência subalterna ao marido, faz através de sua luta em prol da mulher o direito ao voto e à educação. Simpatizante de movimentos feministas, ajuda a estimular a sociedade feminina a refletir sobre liberdade e respeito. Senem (2008) nos mostra que:

Virginia Woolf traz as mulheres espectadoras e leitoras para o centro da discussão com a construção de uma “verdade” mais compatível com sua realidade, incumbindo-a de concluir ela mesma o sentido das

reflexões apresentadas. A validade do discurso proferido por Woolf permite que o mesmo possa se situar no campo de leitura de cada um que o lê e o entende. A verdade a priori, aqui, possui o caráter de descentramento do sujeito autoral, o que permite que seja discutido por qualquer mulher em qualquer contexto desde que lhe seja possibilitado o entendimento, criando uma dialética atemporal que serve de panteão não só para a autora, mas para qualquer movimento feminista e suas subjetividades distintas. (SEMEM, 2008, p. 113)

Virgínia Woolf ainda acompanha a necessidade de que a mulher tenha independência (dinheiro, moradia, e sustento próprio) e se desvincule do sistema patriarcal e da hierarquização construída em que a mulher não tem voz nem capacidade de escolha. A escritora compara a mulher inglesa que, até o final do século XIX, era “poupada” de problemas de cunho financeiro ou estratégico, sendo restrita apenas aos afazeres domésticos e procriação.

Outro destaque no cenário de grandes escritoras foi Simone de Beauvoir (1908 – 1986), a escritora apresenta em seus escritos que a subjetividade feminina é diferente da masculina. Além disso, Beauvoir refletia sobre o corpo feminino, ou seja, a mulher como única autoridade de seu próprio corpo. Tal preocupação com o corpo feminino era uma máxima há 70 anos e continua criando reflexões polêmicas e controvérsias até os dias de hoje, pois a mulher ainda é estereotipada e submetida a tabus sociais e discriminações, sejam elas sexuais, políticas ou profissionais.

(...) Simone não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher, mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem. As pessoas aprendem a se conduzir como homem ou como mulher, de acordo com a socialização que receberam, não necessariamente de acordo com o seu sexo (MOTTA, SARDENGERG, GOMES, 2000, p. 23).

As contribuições de Simone de Beauvoir para a literatura de autoria feminina, para os estudos de gênero; para a crítica literária de cunho feminista e, enfim, para a educação de mulheres foram inúmeras. A escritora sempre buscava discutir as diferenças entre homens e mulheres para que fosse compreendida as lutas em prol

às igualdades de gênero, principalmente durante o século XX, em que se alçava a possibilidade de as mulheres assumirem cargos políticos e destaques sociais. Apesar de ter sido um destaque em movimentos feministas, a autora não possui tanta visibilidade em uma literatura educacional, uma vez que defende que ninguém nasce homem ou mulher, e sim se tornam homens e mulheres a partir de nossas vivências, exemplos e experiências.

Fica claro que a força e a persistência feminina frente aos estigmas de gênero, às opressões sociais, às lutas de classe e raciais ficam evidentes também na literatura produzida por elas. De personagem à escritora, a literatura de autoria feminina acaba se tornando forte e robusta. De coadjuvante social à autora de sua própria história, essa literatura traz um lugar de fala único, que redefiniu a mulher ao escrever suas histórias sem medo da opressão ou da rejeição.

2.2. A AUTORIA FEMININA NA LITERATURA LUSÓFONA

A autoria feminina busca cada vez mais destaque e reconhecimento e, dessa forma, vem rompendo um estereótipo patriarcal em que a mulher é julgada por sua independência, escrevendo assim, capítulos cada vez mais concisos sobre sua história.

Fazendo parte desse legado, a literatura de autoria feminina lusófona nos apresenta escritoras que, através de suas palavras, compartilham uma literatura em que a memória, a resistência e acontecimentos vividos por elas, se entrelaçam trazendo uma identidade literária ampla, que vai além do idioma.

Mas, para falar-se de autoria feminina na lusofonia, é necessário que entendamos o que significa lusofonia. Podemos começar falando que as grandes navegações portuguesas trouxeram consigo as primeiras ideias sobre lusofonia, a partir da inserção da língua portuguesa aos povos assim colonizados por eles. Dessa forma, em primeira instância, compreende-se por lusofonia todos os espaços que apresentam a língua portuguesa como língua oficial, ou seja, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Brito e Bastos (2006, p. 65) afirmam que há um peso semântico forte na palavra por questões etimológicas, remetendo-se ao “lusitano

português relativo a Portugal”, desta forma, gerando um certo desconforto em vários dos espaços da CPLP. Nessa toada, Brito (2013, p.10) nos esclarece que:

Na verdade, do ponto de vista dos povos colonizados, é difícil dissociar o passado histórico colonial do sentido que a palavra Lusofonia traz nos dicionários: no plano etimológico, o substantivo abstrato Lusofonia liga-se à “Lusitânia”, província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos Lusitanos: a forma *luso*, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal e a forma (de origem grega) *fon* relaciona-se a som, voz, palavra, língua. É desta via, portanto, que se retira seu conceito mais evidente e divulgado: o de abranger os países de língua portuguesa. Numa conceituação um pouco mais alargada, costuma-se, então, aplicar o termo “lusófono” aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos.

Já no plano político, o conceito de lusofonia se estrutura como sendo um sistema de comunicação linguístico-cultural, como também aborda Brito (2013, p.10).

No plano político, o plano dos “discursos oficiais”, a ideia da lusofonia se apresenta como sendo um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – que constituem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP) – e Timor-Leste.

A lusofonia também se enquadra no conceito identitário da língua portuguesa, uma vez que, antes de ser parte da comunidade lusófona, cada país de língua portuguesa, dispunha de uma identidade própria que trazia consigo diversas línguas e costumes que acabaram sendo ignorados pelo colonizador, mas que não foram esquecidos pelos seus falantes, devendo ser preservados e respeitados cada um em sua particularidade. Nesse sentido, Eduardo Lourenço ressalta que:

Nem como língua, nem como cultura, nem como ficção, o imaginário lusófono se nos define hoje nos tão celebrados e gastos termos camonianos de uma só alma pelo mundo em pedaços repartida. O

imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da pluralidade e da diferença e é através dessa evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. (LOURENÇO, 2001, p.111.)

Em suma, a lusofonia pode ser considerada como um espaço histórico de variação linguística, cultural e política, levando em consideração que a língua portuguesa se distingue nas diversas nações falantes devido a pluralidade linguística e cultural de cada comunidade de falantes, além das inter-relações linguísticas. Assim Brito (2008, s/p.) afirma:

A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono, é que a lusofonia pode vir a ser, de facto: não somos 200 milhões de luso falantes; somos a língua portuguesa que fala em cada um. (BRITO, 2008, s/p)

Acima de tudo, a lusofonia exerce um papel agregador de junção, ou seja, a lusofonia não está condicionada em apagar o que já foi construído culturalmente, pelo falante, e sim em agregar os devidos valores identitários das variações da língua portuguesa, sem tirar a importância linguística de cada variante. Dessa forma, temos o português de Portugal, o português de Moçambique, de Angola, São Tomé e Príncipe, Brasil, o português Timorense e Cabo-verdiano, todos esses seguindo uma estrutura gramatical da língua portuguesa formal comum a todos eles, porém, cada qual com sua especificidade. Contudo, a noção de lusofonia se permeia em não ser apenas a reprodução da língua e da cultura portuguesa, mas sim, um espaço de interação de todos os povos que, de certa forma, compartilham de um mesmo idioma como língua de expressão.

Uma síntese do universo lusófono – que se procura reunir numa noção (ainda que mítica) de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema

linguístico do português. Deste modo, como referimos, uma descrição possível apresenta uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas, naturalmente, divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspecto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade. (BRITO, 2013, p. 12)

Por fim, pensar em lusofonia é fazer uma reflexão a respeito da função que a língua portuguesa exerce em suas comunidades falantes, mas sem, em momento algum, retirar o respeito, o reconhecimento e a valorização pertencente às várias realidades linguísticas presentes em todos os contextos em que se fala português, entendendo que a língua, nessa perspectiva envolve, nas palavras de Martins e Brito (2004), “o entendimento da construção de uma possível identidade lusófona, desafio em um mundo que se quer globalizado, marcado pelos inter e multiculturalismos”.

É com a ideia de identidade lusófona que é construída a relação identitária da literatura de autoria feminina lusófona. Cada escritora com suas particularidades e especificidades de um português único, mas que partilham muitas semelhanças em termos de experiência no mundo, como a memória de submissão e exclusão social. Acaba tornando-se aí uma identidade das autoras lusófonas em partilhar suas conquistas e até suas memórias de luta e resistência.

A literatura produzida por mulheres no espaço lusófono demonstra semelhanças e contrapontos entre elas, apresentando por vezes temas, mesmo de modo velado ou não, que são emblemas da vida, das dificuldades, tristezas, traumas ou até o compartilhamento de violências de todos os sentidos (psicológica, física, moral ou sexual). E, mesmo que alguns entraves que as prendiam em incumbências domésticas tenham sido rompidos, parte dessa literatura continua a impor-se em importância e qualidade, mesmo estando à margem do cânone tradicional.

E o que concerne à literatura canônica, a produção é ainda mais reduzida, como apresenta Fonseca (2004).

Não é por acaso que a presença de mulheres na literatura canônica, oficializada, é sempre muito reduzida. Razões culturais e políticas explicam, por exemplo, o modesto número de textos literários de autoria feminina nos catálogos da maioria das editoras não especializadas em temas ligados ao feminino. Há poucos dias consultei o catálogo de publicações da Editora Caminho, de Portugal, e pude constatar a impressionante predominância de livros de autoria masculina tanto com relação à literatura portuguesa, quanto à africana. Mas essa disparidade entre o número de autores e autoras não é muito diferente nos catálogos das grandes editoras brasileiras. (FONSECA, 2004, p. 284)

Sem dúvida, a literatura lusófona de autoria feminina constitui uma narrativa que ultrapassou as dimensões do lazer, da leitura pela leitura. Hoje, essa literatura, possui mecanismos de interação entre leitor e obra, além de uma dialética entre o tempo vivido e o tempo narrado, configurando-se uma experiência cultural, estética e social. Ainda traz consigo a questão da autoridade feminina que se destaca e ascende através das palavras.

Além disso, faz o papel de agente de uma “memória coletiva” entre as autoras que, mesmo não propositalmente, compartilham experiências identitárias em relação às vivências do universo lusófono que narram a memória de cada nação falante do português. Dessa maneira, as marcas deixadas por essas narrativas, pelas personagens, estas em sua maioria, mulheres fortes que viveram muitas lutas, íntimas e sociais, produzindo sentidos que redimensionam os sentimentos de pertencimento e de identidade que permeiam na construção de toda uma memória social.

Nesse mundo lusófono, como nos outros, a identidade nacional literária define-se no quadro da “literatura como sistema comunicativo segundo, intrinsecamente ligado ao esquema comunicativo primeiro da linguagem”, associando a consciência da comunidade nacional, podendo alguns autores reivindicar a sua pertença a duas literaturas nacionais ou a uma nacionalidade que não é a sua de facto, mas por afetos, ou a uma nacionalidade ferida na sua autonomia e politicamente dominada por outra. (RITA, 2015, p. 135)

A literatura lusófona de autoria feminina em África nos apresenta uma característica particular em relação ao Brasil e Portugal, sua inserção tardia ao mercado literário. Esse fato se dá devido à dificuldade de acesso à escolaridade, no qual a mulher africana é delegada para funções relacionadas à maternidade, cuidados com a casa e afazeres domésticos.

Os depoimentos de escritoras africanas e latino-americanas presentes no Seminário sobre a situação da mulher escritora em África e na América Latina, realizado em Lisboa, em 1998, ressaltam as complexas formas de eleição das escritoras e de sua aceitação pelo sistema de circulação dos textos escritos por elas. As escritoras deixaram claro, no evento, que a publicação do livro pode não significar a aceitação da escritora pelos critérios de valoração adotados pela crítica ou indicar que o livro esteja ajudando a construir uma forma particular de experiência que se distancie dos valores legitimados por sociedades que ainda se regem por formas explícitas ou camufladas de separação entre o espaço das mulheres e o dos homens. (FONSECA, 2004, p. 284)

Muitas escritoras africanas, no final da década de 90, citaram dificuldade acerca de publicarem suas obras, mesmo as mulheres representando maior número em determinados espaços sociais e tendo certo destaque em algumas profissões. A demonstração ofertada pelos catálogos de editoras e coletâneas literárias mostram que os modos de seleção de textos e de autores para publicação, pode ser um indicativo importante do espaço que as autoras ocupam na sociedade africana, ou pelo menos indicar a maneira de que a produção literária feminina em África se ajusta. Mesmo que contrariadas, não têm um lugar de muito destaque na organização de volumes ou em livrarias.

2.3. A LITERATURA CABO-VERDIANA DE ANA PAULA FONTAINHAS

Não diferente de outras escritoras lusófonas, Ana Paula Fontainhas também vem contribuindo, consideravelmente, para o cenário literário de autoria feminina cabo-verdiana. Nascida em 2 de março de 1967, na cidade da Praia em Cabo Verde, ela vem trilhando seu caminho artístico – literário com intensidade. Fontainhas é escritora e atriz, além de escrever romances, escreveu também duas peças teatrais chamadas “Viva a República” (2008) e “HTC” (2009).

A escritora faz parte de uma linhagem cabo-verdiana de autoria feminina, extensa, tendo sido Antónia Gertrudes Pusich a primeira mulher a publicar uma obra literária no ano de 1841. Mas como Cabo Verde ainda era colônia de Portugal, muitos teóricos a atribuem a nacionalidade portuguesa, porém a autora era cabo-verdiana.

Antónia Gertrudes abriu caminho para outras tantas mulheres a publicarem suas obras. Nesse universo, segundo Simone Caputo Gomes (2008), tanto na prosa como na poesia, destacam-se nomes como: Alice Wahnnon Ferro, Arcília Barreto, Dina Salústio, Eleana Lima, Lara Araújo, Lídia do Rosário, Luísa Chantre, Maria Lídia do Rosário, Paula Martins, Vera Duarte, Maria Helena Spencer, Orlanda Amarílis, Ivone Aída Fernandes Ramos, Leopoldina Barreto, Maria Margarida Mascarenhas, Fátima Bettencourt, Haydeia Avelino Pires, Sara Almeida, Ondina Ferreira, Ana Paula Fontainhas e tantas outras.

A literatura de Fontainhas, em especial, não fugirá à regra em relação à literatura de outras autoras lusófonas. Ela irá retratar a figura feminina, em suas personagens, como mulheres que questionam, subvertem e criticam as convenções da sociedade patriarcal. Assim, em geral, as personagens femininas cabo-verdianas, ora se apresentam como mulheres fortes, decididas a encarar dores e sofrimentos relacionados a opressão e resistência vividas por elas, ora se apresentam confinadas em aceitar seu destino de subalternidade e submissão ao sistema patriarcal de uma época ou de uma determinada tribo. Paz e Scarton (2019) comentam sobre o assunto.

De um lado, tem-se uma mulher vencedora; de outro, uma triste, conformada com sua situação, sem forças ou vontade para lutar. Uma narradora, assistindo a tudo calada, descobrindo o que é uma mulher forte, deleita-se. Temos, então, uma mulher disposta a desafiar Deus e, conseqüentemente, o universo masculino para firmar-se não só como mulher, mas principalmente como vitoriosa, visto que o grito é a oportunidade de ser ouvida, tal como o título do conto diz. (PAZ e SCARTON 2019, p. 77 – 78)

Ainda sobre a literatura de autoria feminina em Cabo Verde, há uma problematização acerca da condição feminina. São mulheres que, de alguma forma, deixam aflorar sentimentos de angústia, medo ou, ainda, de estranheza pela sua própria essência feminina, questionando, por vezes, o que é ser mulher? Buscando a

alma feminina e seus segredos. A condição feminina cabo-verdiana é comentada, aqui, por Paz e Scarton (2018).

As mulheres cabo-verdianas, segundo Gomes (2008), estão inseridas em diferentes contextos sociais, e dominam, pela quantidade, os setores em que estão inseridas, seja a agricultura, seja nas poucas indústrias presentes ou, ainda, como donas de casa. Essas mesmas mulheres estão constantemente vulneráveis não somente em Cabo Verde, mas na maioria dos países onde a mulher é vista como objeto, ou, como sempre, inferior ao homem, que acaba por usar de sua força ou “capacidade” para estar sempre à frente da mulher. Em Cabo Verde, uma das questões que é trazida por Gomes (2008) é o grande número de mulheres que são chefes de família, que sustentam os filhos sozinhas, que trabalham fora em serviços de construção civil e em tantos outros setores, mas que, apesar de sua persistência, ainda sofrem descaso por grande parte da sociedade. (PAZ e SCARTON 2018, p. 135)

Essa realidade sobre a posição das mulheres frente à sua família reforça o poder feminino presente no arquipélago. Desta forma, deixa claro que a discriminação que as mulheres ainda sofrem e é retratado na literatura escrita por mulheres, é de cunho sexista, interferindo assim, no desenvolvimento de uma sociedade com igualdade de gênero. Em uma literatura escrita pós colonialismo, alguns dilemas passam a fazer parte do universo feminino em Cabo Verde e retratados em produções literárias atuais:

Depois de 1975 e, sobretudo, a partir dos anos noventa, a voz feminina, silenciada pela História da Literatura em Cabo Verde, tem propiciado o aparecimento de uma temática centrada na mulher, em suas ocupações, preocupações, dilemas e novas posturas (cumplicidade, curiosidade, liberdade, loucura, bruxaria, bebedeira, lesbianismo, prostituição, maternidade precoce, violência conjugal, abuso e prostituição infantil, pedofilia, machismo são linhas constantemente desenvolvidas pelas autoras) (GOMES, 2008. p. 155).

A literatura de autoria feminina cabo-verdiana ainda retrata a força da mulher ao enfrentar as dificuldades de seu cotidiano. Há, muitas vezes, um sentimento de cumplicidade entre a leitora e as personagens, uma vez que, essa leitora se reconhece

nessas personagens que de “comuns” não têm nada. Para Paz e Scarton (2018), as mulheres cabo-verdianas retratadas na literatura trazem um pouco da história do arquipélago:

As mulheres [...] são mães, são amigas, são adolescentes, mas são, acima de tudo, fortes, mesmo que ainda sejam vítimas de violência, de descaso e de incompreensão. As personagens contam uma história de Cabo Verde, falam da sociedade, dos sentimentos íntimos de mulheres, e nos fornecem um pedacinho de pertencimento frente ao pouco que podemos conhecer da sua insularidade e experiências (SALÚSTIO, 1998). Nessa multiplicidade de discursos, visto por mulheres de diferentes idades e classes sociais, há uma visão panorâmica da condição feminina em Cabo Verde. (PAZ e SCARTON 2018, p. 144)

A produção literária feminina cabo-verdiana, sobretudo a de Fontainhas, dá voz e visibilidade à historicidade das mulheres. Um resgate das memórias dessas mulheres sob o olhar de uma história vivida ou compartilhada por muitas. A repressão patriarcal e as violências praticadas contra elas dos mais diversos tipos (sexual, moral, psicológica, física, social) “Investigar a escritura literária de autoria feminina em Cabo Verde supõe, pois, compreender em que solo sociocultural as iniciativas se fundam”. (GOMES, 2012, p.02)

É importante frisar que, assim como em Timor-Leste ou em países africanos, Cabo Verde divide a língua portuguesa como outros idiomas falados no arquipélago, como é o caso do crioulo cabo-verdiano. Como Fontainhas, outras obras de autoria feminina de lá trazem marcas bem presentes nesse idioma, ou até, apresenta partes consideráveis na obra escrita em crioulo. É inegável que o crioulo acaba sendo uma referência identitária para os cabo-verdianos, pois o idioma é língua nacional e o português, acaba sendo a língua do colonizador. Simone Caputo Gomes (2012) comenta sobre o assunto dizendo:

A língua nacional, o crioulo, bem como as práticas e comportamentos são transmitidos pelas mães às crianças. Por via feminina são preservados o artesanato (rendas, bordados, cestos, artefactos de barro), a medicina tradicional (curandeirismo, parteiras, com seu cachimbo, remédios caseiros, rezas e estórias), o fabrico do sabão de

purgueira, a culinária com função identitária (confeção dos pratos tradicionais, cachupa, pirão, xerém), e ainda o pilão e a tabanca. (GOMES, 2012, p.03)

A escrita literária de autoria feminina em Cabo Verde tem proposto preservar o espaço do crioulo, já que a língua faz parte da realidade habitada pela mulher que têm por base a casa núcleo metafórico de um espaço privado e no pessoal.

Ana Paula Fontainhas, também traz em sua literatura a questão da emigração que acabou acometendo sua família nos idos dos anos 40 do século XX, quando em Cabo Verde assolou-se uma seca forçando que muitas famílias fossem embora do arquipélago rumo a São Tomé e Príncipe, uma terra deveras atrativa. A autora retrata a diáspora vivida pela personagem principal Rosária, de seu romance histórico *Caminho de São Tomé*, publicado em 2017.

Na obra, a mulher, uma santomense de origem cabo-verdiana e angolana, sai de Cabo Verde, onde vivia com o avô que faleceu. O arquipélago vive o período da grande seca que aumentou com a mortalidade de sua população. Em busca de conhecer sua história, ela emerge em sua origem, revelando segredos de família escondidos por décadas.

A partir da trajetória da protagonista, Rosária, objetiva-se analisar questões identitárias, culturais e históricas que demarcaram intersecções entre os dois países insulares africanos, destacando-se, especialmente, a problemática da mestiçagem. Assim singularizada, intenta-se reconhecer a atualidade dessa temática que se pluraliza em seus processos históricos resultantes de conflituosas e perversas heranças do colonialismo, apresentando-se, sinteticamente, as principais discussões teórico-críticas liminares sobre o tema, de modo amplo, passando-se às revisões mais contemporâneas que fundamentam, entre outros, os termos “contra” e “antimestiçagem”, detendo-se, com mais vagar, nas análises de pensadores africanos sobre as especificidades das realidades histórico-culturais cabo-verdiana e santomense. (RODRIGUES, 2019, S/P)

E é claro, que seu percurso para entender sua história e validar suas memórias, construídas através do que o avô lhe contava, se torna tortuoso, com direito a perseguição, traição, sequestro, todo tipo de obstáculo que Rosária podia encontrar.

Fontainhas dá preferência à língua portuguesa em seu romance, porém, não abandona o crioulo de modo a usá-lo em alguns trechos da obra, resgatando cantigas e versos de seu tempo de criança no arquipélago. Dessa forma, não se afastou de sua cultura, mesmo que não resida mais em Cabo Verde.

CAPÍTULO 3

A MEMÓRIA E A IDENTIDADE CABO-VERDIANA EM *CAMINHO DE SÃO TOMÉ*

Nas praias da minha infância morrem barcos desmantelados...

Dina Salústio

3.1. A OBRA *CAMINHO DE SÃO TOMÉ*

A obra *Caminho de São Tomé* da autora Ana Paula Fontainhas foi escrita em 2017 e publicada pela editora Chiado. O romance é composto por 344 páginas, divididos em cinco capítulos, que são nomeados pelos lugares em que a protagonista passou para chegar em seu destino final, São Tomé. Desta forma, temos na sequência: *Interior de Santiago, Praia Nossa Senhora da Graça, Caminho de São Tomé, Ilha de Príncipe e São Tomé*.

O romance em si é uma obra de ficção que narra os percalços de Rosária, uma santomense de origem cabo-verdiana e angolana criada pelo avô em Cabo Verde. Após a morte dele, a protagonista encara uma longa viagem fugindo da fome, devido à grande seca que assolou o arquipélago em 1947. Além disso, essa viagem também se faz pelo desejo de conhecer suas origens, até então desconhecidas por ela e enterradas junto de seu avô.

A obra vai tratar, de forma sutil, sobre a diáspora do povo cabo-verdiano em que muitos, para fugirem da fome, vão para São Tomé trabalharem nas roças da ilha como contratados⁸, que trabalhavam com a promessa de terem um pedacinho de terra para plantar e construir suas casas.

Em um primeiro olhar, a capa do livro já ganha um destaque. Fazendo várias referências sobre o limiar da história, nos apresenta uma cor alaranjada, que simula um entardecer, de fundo, em primeiro plano, temos a Baía de Ana Chaves nos anos de 1940 e, acima, o mapa de São Tomé.

⁸ Pessoa que faz parte de um contrato, sendo seus serviços combinados e regulamentados. Mas que o contrato era formalizado somente oralmente, fazendo com que, muitos contratados vivessem em situação de escravidão ou de privação parcial de liberdade.

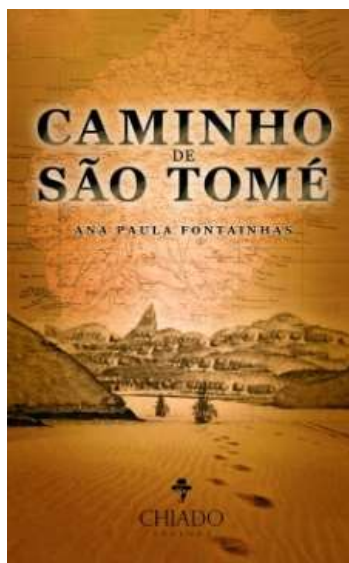


Figura 7 – Capa do livro “Caminho de São Tomé”

Fonte: Chiado Editora

A obra é pertencente à literatura contemporânea lusófona, transitando entre a literatura de viagem (que consiste geralmente em uma narrativa acerca das experiências, descobertas e reflexões de um viajante durante seu percurso) e o gênero memórias literárias (textos produzidos por escritores que dominam o ato de escrever como arte e revivem uma época por meio de suas lembranças pessoais de ouvir histórias ou vivenciá-las), pois temos o enredo do romance acerca dos acontecimentos durante a viagem da protagonista Rosária, de Cabo Verde à São Tomé e as memórias de todos à sua volta que tentam reconstruir sua história de vida.

Como toda narrativa, a obra apresenta elementos narrativos tradicionais bem distintos e perceptíveis em sua construção. Verifiquemos assim, cada ponto desses elementos de uma forma sucinta.

3.1.1. Enredo

Para GANCHO (2002) o enredo se organiza como o conjunto dos fatos de uma história. O enredo de um romance possui basicamente dois componentes: o conflito e as ações que permeiam este conflito. No caso de *Caminho de São Tomé*, o enredo gira em torno do passado de vida de Rosária, uma moça que vivia com o avô Nicolau em Cabo Verde e, após a morte dele, parte para São Tomé fugindo da seca e em busca de entender sua história.

Para o enredo ser atraente ao público que o lê, o conflito terá que trazer pontos que despertem o interesse do leitor, caso isso não aconteça, a história não chamará a atenção. No caso da obra de Fontainhas, o conflito acaba sendo existencial, pois o fato de Rosária não saber sobre a história de sua família, faz com que ela não tenha nenhuma referência de sua ancestralidade, só sabia que o avô havia fugido com ela.

Mas Vô, fugiste comigo, então? Mas por que, Vô? E o meu pai, morreu de quê? E minha mãe? O que aconteceu com ela? Por que ela não veio comigo. (FONTAINHAS, 2017, p. 24)

Em meio ao conflito central do romance, desenvolvem-se conflitos secundários que giram em torno da diáspora da sociedade cabo-verdiana para São Tomé, melhores condições de vida e trabalho dos contratados das roças santomenses e a soberania dos grandes fazendeiros da ilha. Um desses conflitos, motivados por vingança contra Tomás, quase provocou a morte do advogado Antônio, filho único de Tomás.

Antônio, apavorado, disparou correndo em direção ao pátio, tentando evitar uma desgraça. Uma ponta de lança arremessada para o Dr. Tomás, foi ele interpelar para salvar o pai, derrubado caiu estatelando o corpo sobre o gramado, num gemido gritando ao fundo d'alma espantada que até Deus pôde ouvir: "*Mataram-me*". (FONTAINHAS, 2017, P. 334).

Para Robert McKee (2015) podemos classificar um conflito narrativo de diversas formas:

- A partir de *quem se opõe ao protagonista*, no caso da obra de Fontainhas, Dr. Tomás tenta matar Rosária quando a sequestra e a espanca;
- *Personagem versus personagem*: indivíduos que disputam algo, aqui no caso, temos, mesmo que de modo implícito, Antônio disputando o amor de Rosária com William;
- *Personagem versus sociedade*: a personagem principal se lança contra uma comunidade, uma instituição, um grupo social ou uma nação, Rosária foge da fome em Cabo Verde;

- *Personagem versus ele mesmo*: protagonista enfrenta dilemas internos que o atrapalham na realização dos seus objetivos, quando Rosária entra em um conflito interno por não conhecer sua própria história;
- *Personagem versus natureza*: quando eventos naturais - furacões, terremotos, enchentes, epidemias, animais selvagens, ambientes hostis ou invasões alienígenas - atrapalham o indivíduo, que é exatamente o que aconteceu com Rosária e, os demais passageiros, do navio que estavam a “*Caminho de São Tomé*”. A embarcação naufragou devido a uma forte tempestade, ceifando a vida de várias pessoas;
- *Personagem versus inevitável* quando o opositor é uma força divina ou algo relacionado ao destino, logo no início do romance, ao sair de seu vilarejo, é salva por uma tribo e a anciã prevê seu futuro.

A verossimilhança também se faz muito presente em *Caminho de São Tomé*. A obra ficcional traz parte do sofrimento vivido pela população cabo-verdiana que sofreu com a grande seca que assolou o arquipélago, no final dos anos de 1940 do século passado. Não apenas esse fato, mas também, traz uma São Tomé ainda colônia de Portugal, ao apresentar um desfile militar com o içamento da bandeira e a apresentação do hino de Portugal, abrindo assim, as festividades que aconteceriam na Igreja da Sé.

Marcharam novamente dando passos contados até o poste para então içarem a bandeira ao som do hino de Portugal. Quando a bandeira desfraldou aos ventos, as tropas marcharam novamente a passos firmes, até a cancela do palácio, dando início ao cortejo real. (FONTAINHAS, 2017, p. 221)

Por fim, a obra constitui um enredo psicológico que conduz os pensamentos e os desejos de várias personagens, principalmente de Rosária. Gancho (2002) conclui suas considerações acerca do enredo ficcional ressaltando o seguinte sobre enredo psicológico:

Para concluir as considerações sobre o enredo, falta-nos falar sobre a narrativa psicológica, na qual os fatos nem sempre são evidentes, porque não equivalem a ações concretas do personagem, mas a movimentos interiores; seriam fatos emocionais que comporiam o enredo psicológico. Excetuando este aspecto, o enredo psicológico se

estrutura como o enredo de ação; isto equivale a dizer que tem um conflito, apresenta partes, verossimilhança e, portanto, é passível de análise. (GANCHO, 2002, p. 12-13)

Caminho de São Tomé apresenta um enredo psicológico, a obra possui muitos fluxos de consciência, e, não só de Rosária, mas também, dos familiares de Dr. Gil Vicente, seu suposto avô, dos amigos de seu avô Nicolau, esses que ainda trabalham com o velho advogado, de William, ao lembrar de sua tia Elizabeth, mãe de Rosária e Antônio.

3.1.2. Tempo

Ao falarmos sobre o tempo na narrativa de *Caminho de São Tomé*, remontamos ao final da década de 1940, aproximadamente 1947, durante a grande seca em Cabo Verde. Além disso, a obra apresenta fluxos temporais entre o tempo atual da obra e, aproximadamente, 30, 25, 20 anos antes de Rosária nascer. Além de extensões cronológicas lineares, apresentando começo, meio e fim.

Para Massaud Moisés (2014), o tempo constitui um dos aspectos mais importantes - se não o mais importante - da prosa de ficção, existindo três tipos de tempo em uma narrativa: cronológico, psicológico e metafísico. Gancho (2002) ressalta que o tempo constitui o pano de fundo para o enredo e que a época da história nem sempre coincide com o tempo real em que foi publicada ou escrita.

No caso de *Caminho de São Tomé*, o tempo oscila entre o cronológico e o psicológico. Lembramos que, o tempo cronológico, se configura na marcação objetiva da passagem do tempo. Incluindo segundos, minutos e horas, além dos dias da semana, meses, anos, décadas, séculos, em que a história acontece, o período histórico no qual o enredo é situado. Ele indica o avançar do tempo físico no qual as personagens e todos os elementos naturais do espaço estão sujeitos (GANCHO, 2014)

Todo esse processo fica bem evidente em várias passagens na obra, mas podemos ver claramente nesse trecho:

Assim, Tomás seguiu sozinho para Lisboa, sem estudar, até que Sr. Dr. Juiz o mandou para Inglaterra, onde formou-se Dr. Advogado.

Depois de nove anos, Tomás voltou, magrinho, empertigado como sempre, igualzinho, até o profundo ódio que nutria por Tomé estava intacto. (FONTAINHAS, 2017, p. 24, grifo nosso)

No trecho acima, temos relatada a volta de Tomás da Inglaterra depois de concluir os estudos e se formar advogado. Como bem se vê, é descrito “depois de nove anos” Tomás voltou..., é clara, nesse trecho, a progressão do tempo de forma linear. Outro ponto é a duração da viagem de navio de Rosária, que possui começo, meio e fim, apresentando todos os aspectos de uma sequência cronológica dos percalços passados.

A obra também apresenta o tempo psicológico em vários momentos. Vale lembrar aqui que o romance traz à tona a memória de várias personagens que tentam ajudar Rosária no seu percurso de descoberta de suas próprias memórias familiares.

O tempo psicológico em uma narrativa se caracteriza pela não obediência à linearidade do tempo cronológico. Não há uma ordem sequencial de acontecimentos, respeitando assim, as lembranças e memórias das personagens. Passado, presente e futuro podem se misturar na história narrada, a depender do desejo, da memória e do fluxo de consciência dos protagonistas (GANCHO, 2014, p.25).

No romance de Fontainhas, o tempo psicológico se faz presente em muitos trechos, principalmente, quando o avô Nicolau se lembra de sua juventude com a esposa Tujara, ou nas memórias de Putxuxa quando se lembrava de Tujura e Tunuca juntas na juventude.

O avô sorriu e uma lágrima grossa de alegria escorreu-lhe no canto do olho. Continuou: “Bons tempos! Bons tempos minha neta! A patroa gostava de passear com Tujara e menina Ana, no bosque, na cachoeira. Um dia, tomei coragem e segui as duas”. (FONTAINHAS, 2017, p. 21)

É verdade. Entre ti e Tujara não se sabia dizer quem era a mais bonita. Eras magrinha, alta, com duas tranças também. Nós medíamos o cabelo para ver quem tinha tranças mais longas, Tujura ou tu. (FONTAINHAS, 2017, p. 300)

Outra marca importante do tempo psicológico é o flashback. O *flashback* é uma das técnicas mais populares utilizadas pelos autores ficcionais para “retroceder” no

espaço temporal da narrativa. Há também o *flashforward* (avanço no tempo), porém menos popular. Dentre os *flashbacks* presentes na obra, podemos destacar William passeando pelas suas memórias ao falar de sua tia Elizabeth e das brincadeiras dos dois.

Tocava piano e dançava balé. Lembro-me dela como uma fada flutuando naquelas roupas brancas dançando em volta da mesa, toda graciosa. Eu adorava a minha tia, ela era a única que brincava comigo, corríamos pela casa toda, me colocava sobre as costas brincando de cavalinho. (FONTAINHAS, 2017, p.93)

3.1.3. Espaço

O espaço constitui outro item importante em uma narrativa. Como se sabe, uma narrativa pode acontecer em uma cidade ou campo, porém, tudo dependerá do caráter linear de maior ou menor importância assumida pelo cenário. Massaud Moisés discorre sobre espaço ao dizer que:

Na verdade, a frequência e a intensidade e densidade com que o lugar geográfico se impõe no conjunto de uma obra ficcional está em função de suas outras características. E a tarefa do analista consistirá especialmente em lhes conhecer a interação e a razão de ser. Raciocinemos por partes: se se trata de história urbana, o cenário será predominantemente o construído pelo homem, ou seja, o interior de uma casa (sala de visitas, sala de jantar, quarto de dormir, sótão, mansarda, cozinha, etc.), ou as ruas; se regional ou sertaneja, o cenário será a própria Natureza, concebida como a soma de objetos que a mão do homem não transformou. (MOISÉS, 2014, p. 107- 108)

O espaço é onde se passa a narrativa, tendo como funções principais situar as ações dos personagens e estabelecer com eles uma interação, quer influenciando suas atitudes, pensamentos ou emoções, quer sofrendo eventuais transformações provocadas pelos personagens. (Gancho, 2002, p. 23)

Os espaços podem ser classificados de duas maneiras: abertos (ações realizadas nos campos e em praças, ou seja, em locais ao ar livre) ou fechados (em igrejas, em cômodos residenciais e em salas empresariais, portanto, em locais

internos); e urbanos (quando as ações se passam nas cidades) ou rurais (enredos construídos em fazendas, pequenas cidades provincianas ou em meio à natureza). Porém, outras associações também são possíveis, dependendo das características espaciais de onde a obra se passa (MOISÉS, 2014, p. 136-139).

O espaço em “*Caminho de São Tomé*” oscila entre rural e urbano, fechado e aberto. A obra consegue transitar em todos esses ambientes de uma forma plenamente natural. A autora trata o espaço com muita atenção fazendo com que a personalidade das personagens se adapte ao lugar em que ela está inserida, fazendo com que, o espaço, seja considerado quase como uma personagem e se torne um fator essencial para o desenrolar da narrativa em si.

Na narrativa em questão, a protagonista Rosária transita em espaços rurais, urbanos, fechados e abertos, e em cada um deles, ela se encontra em situações distintas que variam de perigo à felicidade. Vejamos a seguir exemplos dessas situações.

Como espaço rural, temos Rosária conversando com o avô Nicolau na casa onde moravam na Serra Malagueta. Uma casa rústica, de pedras, com um quintal de terra batida.

Lá em cima, no último kutelu, jazia um único casebre de pedra que resistia às rajadas flamejantes de vento quente e seco que queimara todos os telhados de palha [...]. No fundo do casebre estava Rosária, sentada no chão de terra batida, prostrada ao lado do avô Sr. Nicolau Benedito Figueira Andrade, mais conhecido como Nhu Lau, que se despedia desta vida. (FONTAINHAS, 2017, p.13)

Como espaço urbano, temos Rosária sendo atendida em um hospital precário a caminho da cidade de Praia.

Depois de uma longa espera, em uma fila de lamentos, gritos e gemidos, Rosária foi atendida pelo médico que imediatamente chamou os enfermeiros. Ela ia ficar internada para uma cirurgia de emergência. [...] Foi levada para o bloco de cirurgia numa maca pelos corredores empoeirados, a céu aberto do hospital. (FONTAINHAS, 2017, p. 52)

Utilizando o espaço aberto, temos Rosária, e os demais passageiros do navio que naufragou rumo a São Tomé, desembarcando na praia de Praia Grande em Príncipe.

No desembarque, na Praia Grande, uma grande palmeira reclinada sobre a areia parecia saudá-los dando as boas-vindas. Rosária pediu que todos ficassem juntos para que ninguém se perdesse. Os baús de William chegavam juntamente com os pertences dos passageiros que conseguiram resgatar da embarcação. (FONTAINHAS, 2017, p. 124)

Por fim, como espaço fechado, podemos citar Rosária no navio, em seu minúsculo camarote, sendo surpreendida pelo cozinheiro Langon que tentara estuprá-la.

Na noite seguinte, Rosária entrara em seu minúsculo camarote para se refrescar e trocar de roupa, antes de subir ao convés, para o sarau que havia combinado com os companheiros de viagem, quando a porta abriu num estrondo e a figura gorda, feia de Langon invadiu sua cabine [...]. (FONTAINHAS, 2017, p. 86)

3.1.4. Personagem

Caminho de São Tomé é um romance ficcional que apresenta personagens fortes e determinados, como é o caso da protagonista Rosária, uma mulher que teve que enfrentar seus medos para conquistar seu objetivo de conhecer sua história.

Pertencentes à história, as personagens participam efetivamente do enredo, isto é, com atitudes e ações. A obra analisada apresenta personagens que variam entre planas, redondas, protagonistas, antagonistas e secundárias.

A personagem ocupa um lugar central na análise da prosa romanesca (MOISÉS, 2014). Ela é o ser fictício responsável pelo desenrolar dos acontecimentos da narrativa. Ou seja, é quem produz efetivamente as ações no interior das obras literárias e, por consequência, sofre os efeitos gerados pelos eventos da trama. Ao mesmo tempo, ela é uma invenção da mente do autor. Por mais reais ou verossímeis que pareçam, mesmo quando baseadas em pessoas do mundo concreto (fora da

ficção), as personagens de uma obra literária são sempre seres ficcionais (GANCHO, 2002).

As personagens podem ser categorizadas de três maneiras distintas, sendo: (1) quanto ao papel que desempenham na trama, (2) a respeito do dinamismo de suas características ao longo da narrativa e (3) em relação às suas características básicas. Dessa forma, temos a seguinte estrutura sobre personagens:

Gancho (2002) descreve que, os (as) protagonistas são as personagens principais do enredo. Para identificar a quem recai o protagonismo de um romance, é preciso avaliar antes o conflito existente na obra. As personagens principais são aquelas que possuem desejos que serão impedidos ou dificultados pelos antagonistas, gerando os conflitos centrais das tramas. Rosária se enquadra como protagonista pois, além de, praticamente, todos os conflitos terem a participação dela ou ocorrerem por causa dela, ela ainda apresenta uma força descomunal ao enfrentar todos os obstáculos e desafios em busca de seu objetivo. Todos os antagonistas, de certa forma, têm uma ligação direta ou indireta com ela. A maioria dos conflitos giram em torno dela e o principal antagonista, Dr. Tomás, a sequestrou, roubou seus documentos, a torturou, tudo isso por vingança.

Se atentarmos na jornada da heroína criada por Maureen Murdock, (inspirado em seu professor Joseph Campbell, criador do modelo da jornada do herói), iremos logo perceber que nossa protagonista segue tal modelo heroico. Assim, como na jornada do herói, na jornada da heroína, temos a mulher enfrentando obstáculos que propõe seu desenvolvimento de autoconfiança que a leva ao sucesso de suas conquistas. Mas, sempre há uma luta contra conflitos internos como dependência, amor e inferioridade.

De certa forma, mesmo que não tendo uma participação direta na trama, o avô de Rosária, Nicolau, também pode ser considerado um protagonista. O começo do romance gira em torno de sua vida como braço direito do Dr. Sr. Juiz Gil Vicente e, mais tarde, ao fugir com a neta ainda bebê para protegê-la de Tomás que havia matado seu pai e sua mãe. O avô de Rosária também é perseguido por Tomás, além disso, fez parte de alguns conflitos de forma direta e indireta.

O antagonista com mais relevância no romance, sem sombra de dúvidas é Tomás. Sua maldade, inveja e desejo de vingança, sempre prejudicaram, desde seus pais, Nicolau, Tomé, Elizabeth, Antônio e principalmente Rosária, que foi quem sofreu mais com suas maldades.

As personagens secundárias não têm tanta relevância na trama, podem ser consideradas figurantes ou ajudantes dos protagonistas ou do antagonista. Isto é, têm uma participação menor ou menos frequente no enredo (GANCHO, 2002).

Como personagens secundárias podemos citar: a tribo que acolhe e ajuda Rosária na primeira parada de sua jornada ainda em Cabo Verde, os contratados, tanto do navio como das roças de Tomás, N'toninho, amigo de Rosária, a família de Albertina, a tripulação do navio, a contratada Balanta, o administrador do conselho, Firmina e o filho, ou até mesmo, o pai de Eduardo e Manuel.

Personagens planos: Esse tipo de personagem não apresenta grandes atributos ou mudanças significativas na narrativa. São personagens que podem ser reconhecidos com uma certa facilidade por serem absolutamente iguais desde o início da trama. Assim, Gancho (2002) os define:

[...] são personagens caracterizados com um número pequeno de atributos, que os identifica facilmente perante o leitor; de um modo geral são personagens pouco complexos. [...] é um personagem reconhecido por características típicas, invariáveis, quer sejam elas morais, sociais, econômicas ou de qualquer outra ordem. Tipo o jornalista, o estudante, a dona-de-casa, a solteirona etc. (GANCHO, 2002, p. 16)

Com tais características, podemos classificar como personagens planos: Donana e Bartolomeu, pois não mudaram de funcionário de Dr. Gil Vicente, outros funcionários como Palmira, Tunuca, Putxuxa, William (mesmo depois de conhecer Rosária, não teve uma mudança significativa na trama), Langon (foi o cozinheiro do navio e morreu cozinheiro do navio), o comandante do Navio, a Feiticeira que leu o futuro de Rosária, Albertina, a noiva de Antônio, Elizabeth, Tomé, Dr. Gil Vicente e D. Zita (avós de Antônio) ou Tutuzinho.

Fazem parte da categoria de personagens redondas as que tiveram alguma mudança significativa na trama ou para a trama. Tais mudanças Gancho (2002) as classifica em:

- físicas: incluem corpo, voz, gestos, roupas;
- psicológicas: referem-se a personalidade e aos estados de espírito;
- sociais: indicam classe social, profissão, atividades sociais;
- ideológicas: referem-se ao modo de pensar do personagem, sua filosofia de vida, suas opções políticas, sua religião;
- morais: implicam em julgamento, isto é, em dizer se o personagem é bom ou mau, se é honesto ou desonesto, se é moral ou imoral, de acordo com um determinado ponto de vista. (GANCHO, 2002, p. 18)

Pensando em personagens redondas no romance, podemos destacar: Antônio (mudança psicológica), que começa a trama como um pacato advogado que vai buscar a noiva Albertina em Príncipe após o navio que ela estava naufraga e se encanta por ela. Mais tarde descobre que ela é sua irmã; Elizabeth (mudança psicológica), ela é citada por seu sobrinho William e pelos sogros (Dr. Gil Vicente e D. Zita) como uma moça alegre, brincalhona, meiga e doce, mas muda depois que vai morar em São Tomé com o marido Tomás que a hostiliza e maltrata;

3.1.5. Narrador

“*Caminho de São Tomé*” nos apresenta uma trama bem estruturada, cercada de conflitos e que constitui uma história acerca da protagonista Rosária e sua busca por sua identidade familiar.

Para narrar toda essa jornada de Rosária, Ana Paula Fontainhas se utiliza de um narrador em terceira pessoa, ou seja, um narrador que está fora dos fatos narrados, portanto seu ponto de vista tende a ser mais imparcial. O narrador em terceira pessoa também pode ser conhecido como narrador observador, que no caso mais específico de *Caminho de São Tomé*, se caracteriza como narrador observador onipresente, que segundo Gancho (2002), é aquele que está presente em todos os lugares da história.

Podemos observar tal classificação de narrador observador onipresente no trecho a seguir em que, o narrador, consegue estar em três lugares diferentes ao mesmo tempo.

NA CASA DOS AVÓS DE ANTÔNIO

A avó: “*Da mesma mãe*”.

NA ESTRADA

O avô: “*Vocês são irmãos*”.

NA SALA DE BARTOLOMEU

Bartolomeu: “*Gêmeos*”.

NA ESTRADA, NA SALA DE BARTOLOMEU, NA CASA DA AVÓ DE ANTÔNIO

Tanto Rosária, Antônio, como Albertina exclamaram chocados: “*Irmãos?! Gêmeos?!*” (FONTAINHAS, 2017, p. 311)

No trecho acima, três grupos diferentes recebem a notícia de que Rosária e Antônio são irmãos gêmeos. Na casa da avó de Antônio, D. Zita conta para Albertina, na estrada, Dr. Gil Vicente conta para o neto Antônio e, na sala da casa de Bartolomeu, o próprio conta à Rosária e William.

Já Ligia Chiappini Moraes Leite, em seu livro: “Foco Narrativo” apresenta a tipologia de Norman Friedman, no qual, podemos classificar o narrador de “*Caminho de São Tomé*” como *onisciente neutro*. Nesse caso, o narrador fala em terceira pessoa para apresentar todos os momentos de diálogos e ação, além de explicar e descrever para o leitor as caracterizações das personagens. Esse tipo de narrador não tece opiniões a respeito das personagens ou qualquer característica da história, porém, ele conhece todas as personagens, em suas ações, pensamentos e atitudes.

Abaixo, no trecho da obra em que os avós de Antônio percebem as intenções do neto para com Rosária, podemos verificar tais características desse tipo de narrador:

Os avós perceberam logo a cumplicidade de Antônio e Rosária; os olhares de Rosária para Antônio; a atenção, o cuidado e a delicadeza de Antônio para Rosária; o zelo excessivo; a alegria que emanava do neto indicava uma tremenda paixão. (FONTAINHAS, 2017, p. 260)

3.1.6. Discurso

O discurso expõe as vozes individuais das pessoas (como elas se expressam e como se comunicam entre si) em uma história (GANCHO, 2002). O romance traz como discursos característicos o discurso direto e o discurso indireto. O discurso direto é caracterizado pelo registro fiel da fala de uma personagem da narrativa, não havendo nenhuma interferência do narrador ou interpretação por parte dele. Em uma narrativa, o discurso direto normalmente é apresentado por um verbo de elocução (falar, dizer, perguntar, retrucar...) precedido de dois pontos e seguido pela fala da personagem; por meio de travessões antecedendo a fala das personagens ou entre aspas. Em outros momentos, principalmente em diálogos, as falas das personagens são registradas automaticamente após o travessão ou entre aspas, sem a necessidade do verbo e dos dois pontos. Atualmente, o discurso direto passou a ser empregado pela colocação das falas das personagens no meio do texto, sem que haja qualquer separação dessas palavras com as descrições das ações e os relatos do narrador.

No caso de *“Caminho de São Tomé”*, particularmente, o discurso direto é apresentado de três formas: 1. Apresentando a personagem pelo nome e precedendo dois pontos antes da fala; 2. Usando a fala da personagem no meio da frase, antecedendo-a com dois pontos ou não; 3. Usando um verbo de elocução antes ou depois da identificação da personagem que fala. Em todos os três casos acima, as falas são acompanhadas por aspas e fonte em itálico.

Vejamos a seguir as três formas de discurso direto em 1: Quando Antônio dá à Rosária as joias que foram de sua mãe Elisabeth; 2: Quando Antônio e William procuravam por pistas que solucionasse o desaparecimento de Rosária; 3. Quando Rosária, se recuperando dos machucados feitos por Tomás, vai à varanda de Antônio e se encanta com a vista:

1. Antônio: *“São teus. Alguma coisa me diz que devem ser seus. Aliás, tudo o que está aqui neste porta joias te pertence à partir de hoje”*. (FONTAINHAS, 2017, p. 236)
2. Antônio e William se entreolharam-se ante aquela declaração, anotando mais um suspeito. *“Mas me diga filho, aconteceu alguma coisa com o velho Norberto Agulha Neto? O Seu Florêncio vai ser*

preso? Virgem Nossa Senhora das Dores". (FONTAINHAS, 2017, p. 154)

3. Rosária exclamou: "*Que casa! Que vista! Belisca-me para eu acreditar que estou aqui, de verdade. Belisca-me, quero ter certeza de que não é um sonho!*" (FONTAINHAS, 2017, p. 237)

Além do discurso direto, a obra também se constitui de discursos indiretos. Esse tipo de discurso narrativo é caracterizado pela apresentação das falas das personagens por meio do narrador. É ele quem faz a mediação do que foi expresso originalmente e do que chega efetivamente aos olhos/ouvidos do leitor. Assim, há uma interferência do narrador, que interpreta ou julga a fala da personagem a partir do seu ponto de vista. Por isso, não é necessário o uso de aspas ou travessão. Além disso, geralmente um discurso indireto, é separado da fala dos personagens pelo uso das conjunções adverbiais, como: "**que**", "**se**", "**onde**" etc.

Gancho (2002) ainda complementa dizendo que:

É o registro indireto da fala do personagem através do narrador, isto é, o narrador é o intermediário entre o instante da fala do personagem e o leitor, de modo que a linguagem do discurso indireto é a do narrador. (GANCHO, 2002, p. 36)

Na obra de Fontainhas, podemos usar esse trecho em que Antônio conta para os avós como havia encontrado Rosária depois de seu desaparecimento como exemplo de discurso indireto:

Antônio contou para eles que não viu quase a Albertina devido ao desaparecimento de Rosária, logo na chegada. Para atender a curiosidade dos avós, contou tudo o que havia acontecido do dia em que Rosária chegara até a encontrar jogada, ensacada, perto da praça. Não contou que quem a mantinha em cárcere era o Dr. Tomás, para não matar os avós de desgosto. (FONTAINHAS, 2017, p. 260)

Curiosamente, a obra não possui discurso indireto livre. Em nenhum momento, se tem as personagens, com lembranças do passado sendo representadas pela fala do narrador, característica primordial deste tipo de recurso.

3.2. POR DENTRO DE CAMINHO DE SÃO TOMÉ

3.2.1. Interior de Santiago

Nicolau Benedito Figueira Andrade, ou apenas Nhu Lau, era o avô de Rosária era um homem alto, de quase dois metros de altura, ombros largos, pernas longas e braços fortes. Boa índole, ingênuo, honesto e muito inteligente.

Em São Tomé, ainda moço, trabalhou em uma roça de café e, mais tarde, foi contratado por um rico fazendeiro chamado Dr. Sr. Juiz e sua esposa D. Zita para cuidar das finanças da fazenda. No emprego, conheceu Tujura, uma mulata que o encantou desde a primeira vez que a viu. Com ela se casou e viveu em lua de mel por cinco anos, quando a esposa engravidou na mesma época que a patroa D. Zita.

Ao nascer seu filho Tomé, Nicolau perde sua esposa por complicações no parto. Sem a esposa e com um filho recém-nascido, recebeu ajuda de outros funcionários e também de D. Zita, que se realizava como mãe ao amamentar o pequeno Tomé, já que seu pequeno Tomás não se alimentava de seu leite.

A infância de Tomé foi feliz ao lado de Tomás, porém na adolescência, a rivalidade e a inveja de Tomás se tornam evidentes. D. Sr. Juiz vê os dois como irmãos e financia seus estudos em Lisboa, Tomás em direito e Tomé para economia. Infelizmente, Tomé não é aceito na Faculdade por ser negro e Tomás conclui seu curso em Londres, já que em Lisboa gozava de uma vida boêmia.

Ao concluir os estudos na capital inglesa, Tomás volta a São Tomé com sua esposa Elizabeth, uma mulher de pele muito alva, grandes olhos azuis e um cabelo amarelo reluzente, que logo conquistou a todos na fazenda. Cinco anos depois da volta de Tomás, sua esposa dá à luz a uma menina, justamente na mesma época em que Tomé e Elizabeth morreram.

Em plena confusão com a morte dos dois, Nicolau se vê encurralado em proteger a criança e foge com ela para Cabo Verde, uma vez que, eram fortes os rumores de Tomé ser o pai da menina. Os rumores que afirmavam que Tomé era o pai da menina eram fortes.

Nicolau criou a menina e lhe deu o nome de Rosária. A vida corria tranquila quando, em 1947, uma grande seca assolou o arquipélago de Cabo Verde, vitimando

assim, centenas de pessoas e acabando com muitos vilarejos. Rosária e seu avô foram afetados diretamente pela seca, fazendo com que Nicolau adoecesse e recomendasse, antes de falecer, que a neta fosse embora para São Tomé para conhecer suas origens e viver longe da fome.

A partir daí, Rosária começa uma jornada dolorosa e cheia de obstáculos em busca de suas memórias, identidade, ou seja, sua história.

Seu primeiro destino, ainda em Cabo Verde, é a cidade de Praia, mas para chegar até lá Rosária passa por situações de perigo e de sofrimento. Nesse percurso a protagonista cai de um penhasco e encontra uma tribo isolada que a ajuda lhe dando abrigo e comida. A anciã da tribo lê seu futuro prevendo muitas turbulências. No outro dia Rosária vai embora não acreditando nas previsões que ouviu anteriormente.

Durante sua caminhada, novamente cai em uma caverna, mas desta vez sofre várias escoriações e machuca o tornozelo. Quem a ajuda é Tutuzinho, um rapaz que, após se perder nas montanhas foi dado por morto no vilarejo onde morava Rosária e seu avô. Tutuzinho dá a ela carne de corvo, água, cuida de seus ferimentos e, quatro dias depois, acompanha a moça até a saída da caverna.

Rosária continua seu caminho e encontra Firmina, uma mulher magra, desnutrida que, junto de seu filho de cinco anos, eram os últimos sobreviventes do vilarejo de Nhagar. As duas mulheres começam a conversar e Rosária divide sua comida com a mulher e seu filho Joventino. O garoto se farta de comida e morre durante o sono. Sem ter o que a prenda mais no vilarejo, Firmina acompanha Rosário, ainda machucada, em sua jornada. Entre conversas, memórias e sonhos compartilhados, as duas mulheres são atacadas por uma matilha de cães selvagens e, para salvar Rosária, Firmina se sacrifica.

3.2.2. Praia Nossa Senhora da Graça

Ao chegar na cidade de Praia, Rosária está vencida pelo cansaço, machucada e com uma ferida aberta no tornozelo. Desacordada, é achada e levada para o hospital da cidade por Antônio ou N'toninho, Francisco ou Chiquinho e os gêmeos Eduardo ou Djidinho e Manuel ou Manelinho. Os quatro meninos ficaram com a moça até sua recuperação, que aconteceu semanas depois.

A cidade de Praia era sua última parada antes de embarcar para São Tomé, porém se via com pouco dinheiro para continuar sua jornada. Nesse meio tempo, Rosária se via na obrigação em ajudar seus quatro novos amigos. Dormindo e comendo em uma Associação para não favorecidos, os cinco lutavam para sobreviver. Neste período, Rosária descobre que Eduardo e Manuel são filhos de um rico empresário do lugar, Dr. Manuel.

Sendo assim, visando um melhor futuro para os meninos, Rosária vai atrás de Dr. Manuel para reivindicar o seu papel de pai, mas é hostilizada pela mulher do empresário, D. Maria Alba. A moça até pensa em ir à casa mais uma vez, porém, ela e todos que frequentavam a Associação são surpreendidos com uma explosão, no qual vitimou-se muitas pessoas, inclusive o pequeno Eduardo.

Rosária, em companhia dos outros garotos, leva o corpo sem vida do menino até a casa de seu pai. Lá acontecia uma festa e todos se chocaram ao ver aquela inocente criança sem vida e ensanguentada nos braços da moça. Mas Rosária não se abalou, adentrou à casa, foi até os aposentos do casal e acomodou o corpo de Eduardo ali. Dr. Manuel, o pai, e acometido por um sentimento de remorso e tristeza, contrata o melhor e mais digno enterro para o filho. Mas sem desgrudar um só momento de Manuel, gêmeo de Eduardo.

Sete dias depois da morte do menino, Rosária como gratidão, ganha de Dr. Manuel a passagem que tanto queria para São Tomé, e de primeira classe. Sua única preocupação, naquele momento, era o futuro dos outros dois meninos, Antônio e Francisco.

Para sua alegria, Nha Paulina, uma mulher bondosa e caridosa que possuía muitos filhos, adotivos e biológicos, ao ver a agonia de Rosária, se ofereceu em ficar com os dois meninos, Rosária os deixa com a promessa de que, quando resolvesse suas pendências em São Tomé, voltaria para pegá-los.

3.2.3. Caminho de São Tomé

Rosária embarca no navio rumo a São Tomé. Devido a sua aparência diferenciada, atrai olhares de todos no convés e a caminho de seu pequeno camarote. Morena, de corpo esguio e cabelos cacheados, atrai também os olhares de William,

um inglês que parte para São Tomé para desvendar o mistério sobre a morte de sua tia Elizabeth. Escondido no navio, Antônio ou N'toninho embarca e juntamente de Tutuzinho encontra Rosária deixando-a feliz em encontrar alguém que conhecia na embarcação.

Durante a viagem, ela fez amizade com o cozinheiro Langon, que curiosamente, tinha apenas um dente e informava a todos que foram suas lutas contra monstros marinhos que o fizeram perdê-los. Langon cozinhava e brincava com todos no navio, tinha os olhos esbugalhados e uma aparência desengonçada, além de muito alto e obeso.

A atração entre William e Rosária ia aumentando, chegando ao ponto de fazer com que a moça experimentasse sensações que nunca antes tivesse experimentado. Numa noite, ela se entrega ao amor de William. No outro dia, já em seu camarote, Rosária é surpreendida pelo cozinheiro Langon que tenta estuprá-la. Vendo que não teria chance contra aquele homem, ela grita, é quando William chega e desfere vários socos no cozinheiro.

No outro dia, Langon amanhece enforcado na cozinha, cometera suicídio. Todos ficaram chocados quando souberam que cada dente que lhe fora arrancado anteriormente era referente a uma mulher que havia tentado ou estuprado. Como Rosária foi sua última investida, preferiu tirar sua própria vida antes que outra pessoa o fizesse.

Passado o trauma, Rosária descobre que Tutuzinho é o novo cozinheiro do navio, e resolve relembrar a infância na companhia do amigo. É durante algumas conversas entre os dois que Tutuzinho a informa das condições do porão do navio. Lá ficava todos os contratados de São Tomé e aqueles que não tinham dinheiro. O lugar não possuía janelas, havia apenas dois barris de água, trocados uma vez por semana a comida era negligenciada e ainda, mal se tinha um lugar para que as pessoas dali dormissem.

Rosária acaba indo interceder pelas pessoas do porão com o comandante do navio, reivindicando melhores condições de higiene, alimentação e banho de sol. Para o espanto de Rosária o comandante aceitou as reivindicações, autorizando o banho de sol das 15 às 16 todos os dias. Em um primeiro momento, ela acreditou nas

palavras do comandante, porém, depois percebeu que, como navegavam pela linha do Equador, a temperatura era mais úmida e, exatamente nesse horário, chovia por onde o navio passava. Rosária foi tirar satisfações com o comandante que a expulsou.

Mas, a maioria das pessoas naquele porão já estavam condenadas. Um surto de febre tifoide toma o porão do navio, matando boa parte dos que se encontravam ali. Com esse surto, o navio foi lavado e desinfetado, inclusive o próprio porão.

A calma novamente se assola no navio, mas por pouco tempo. Próximo da ilha de Príncipe o navio em que Rosária e todos os outros estavam é surpreendido por uma tempestade. A embarcação chacoalha de um lado para o outro com violência, machucando muitas pessoas. Os passageiros, aconselhados por William e Rosária, se apoiavam nos baús que flutuavam em alto mar. Os mais idosos, por outro lado, se ocupavam dos botes salva-vidas. Durante aquela noite, o silêncio só era quebrado pelos familiares que gritavam em vão pelos desaparecidos. Todos ali estavam exaustos.

3.2.4. Ilha de Príncipe

Os primeiros raios de sol apareceram e anunciaram uma manhã de mar calmo. Rosária acorda e verifica se N'toninho está com ela. Ela o vê e também avista William, que estava na proa do navio, único lugar da embarcação ainda submersa.

Todos chegam à ilha de Príncipe, mais precisamente, na exuberante Praia Grande do Infante. Toda a tripulação e os passageiros, que sobreviveram, acamparam na praia e todas as noites eram regadas com muitas cantorias e histórias, as pessoas lutando dia a dia contra insetos e caranguejos e até cobras. Mais tarde, todos saem a caminho da próxima embarcação que os deixariam em 14 horas em São Tomé.

Ao chegar no administrador do Conselho William, Rosária e Albertina, mulher que estava indo para São Tomé se casar, comunicaram seus embarques e dos demais passageiros. E, durante a conversa, William descobriu pelo administrador que, o noivo de Albertina, Dr. Antônio, era seu primo, ou seja, sua tia Elizabeth era mãe de Antônio. William ficou feliz em saber que teria um parente por perto.

O embarque aconteceria no dia seguinte, assim sendo, o administrador do Conselho juntamente com sua equipe, anotam os dados de todos, porém, no dia seguinte, o dia do embarque, os passageiros haviam sido reduzidos, a maioria dos contratados foram encaminhados para várias roças de ali o entorno. Antônio vai ao encontro de Albertina e sua família para embarcarem juntos para São Tomé. William conhece seu primo e logo já criam certa intimidade, porém, os olhos de Antônio não conseguiam desviar de Rosária. Ambos tinham a sensação de já terem se visto, uma estranha cumplicidade. Antônio pergunta onde William e Rosária ficariam hospedados em São Tomé, o inglês responde que não têm para onde irem, sendo assim, o noivo de Albertina convida William para ficar em sua casa e Rosária e N'toninho, juntamente com a família da noiva, na casa que ele morará após seu casamento com Albertina.

3.2.5. São Tomé

A viagem transcorreu tranquila e, ao cair da noite, desembarcaram na ilha de São Tomé. Chegando na ilha, Rosária e William se depararam com uma confusão de pessoas e gritos. Começa uma briga entre dois fazendeiros, as pessoas ali presentes ficam extasiadas, até que William e Antônio os apartam. É neste momento que percebem que Rosária desaparece, fazendo com que os dois homens saiam à sua procura.

Enquanto isso, Albertina, sua família e N'toninho chegam à casa onde ficarão. É uma casa rosa que Nicolau (avô de Rosária) e seu filho Tomé construíram em um pedaço de Terra que Dr. Juiz, avô de Antônio dera a Nicolau.

Os dias foram passando e nada de William nem Antônio encontrarem Rosária. Os dois a procuravam dia e noite pelas várias terras de diferentes fazendeiros, até que William, conversando com uma funcionária do avô de Antônio, Donana, esposa de Nho Bartolomeu, recebe uma dica de para procurar Rosária nas roças de Dr. Tomás, pai de Antônio. E é isso que William faz. Depois de rodar em várias roças do homem em questão, ele se depara com Dr. Tomas indo se recolher, assim, pede para Tutuzinho ficar na fazenda de tocaia para saber se Rosária está ali.

O rapaz vai até as “senzalas” e conversa com alguns contratados, sendo informado que, de fato, Rosária passou por lá e fora mandada para outra roça que

eles desconheciam. Os mesmos contratados avisaram a Tutuzinho também que, Rosária se encontrava presa em um alçapão. Ao obter tal informação, o rapaz informa William e Antônio. Os dois homens começaram a estudar os mapas de todas as roças de Dr. Tomás e nada encontraram. Foi quando Antônio perguntou para Donana, a cozinheira que trabalha em sua casa, se ela conhecia algum alçapão construído em alguma das casas situadas em alguma das roças. Mesmo com muita desinformação, os dois homens vão até uma das roças e vêem Dr. Tomás fugindo, enquanto Antônio foi atrás do fazendeiro, William e Tutuzinho foram até a margem da praia e viram Rosária com capatazes em um bote rumo a outra margem. Os dois voltaram à estaca zero pela localização de Rosária.

Enquanto isso, na cidade, todos estavam entusiasmados com a festa que estava se aproximando. A praça enfeitada, e as barracas armadas anunciavam que, em pouco tempo, a procissão daria início à festa. Todos reunidos na Igreja da Sé para as festividades. Em meio às danças e músicas típicas, uma confusão generalizada tomou toda a praça. Antônio, prevendo a piora da situação, vai ao encontro de Albertina e sua família. Quando avistou um carro deixando um saco de lixo, que se contorcia demais, na rua. Ao chegar perto, percebeu que havia uma pessoa ali, rapidamente abriu o saco e, para sua surpresa, era Rosária que estava ali.

Ele a colocou no carro e a levou para sua casa. A moça estava muito machucada, tinha sido espancada e estava nua. Ao perceber o desespero de Rosária, Antônio lhe deu um beijo apaixonado e a acalmou encostando seu peito na cabeça de dela, que adormeceu nos braços do homem.

Rosária estava muito debilitada, e Antônio manda vir um médico, este tratou os ferimentos, porém, percebeu que a moça fora drogada e pediu que chamassem um curandeiro. Assim foi feito e Rosária vomita e solta todo o veneno que fora obrigada a beber. Ela dormiu por cinco dias, porém ao acordar, percebeu que tinha várias cicatrizes de pontas de cigarro e charutos, além de uma “T” nas costas, que significava Tomás.

Ela se recupera e vai para a casa de Antônio ficando hospedada no quarto que era de Elizabeth. Percebe as marcas deixadas em seu corpo pelas torturas sofridas e sem seus documentos, que estavam todos em uma caixinha que ela não desgrudou nem no naufrágio, e que agora, estava com Tomás. Os avós de Antônio, Dr. Juiz Gil

Vicente e D. Zita ficaram felizes ao ver Rosária, a chamando de neta. Ela não entendia nada, mas aceitava ser chamada por eles assim. Mas, Rosária ainda não sabia sobre sua história.

Após certo tempo vivendo na casa de Antônio ela encontra a carteira do homem e fica petrificada ao ver sua identidade e sai correndo até a casa de Bartolomeu. No meio do caminho encontra-se com William e o convida para acompanhá-la. E é lá que ficam sabendo de toda a história de seu passado. Ao mesmo tempo, Antônio com seu avô e Albertina com a avó de Antônio, ficam sabendo também de toda a história.

A história começa com a chegada de Tujara, avó de Rosária, para trabalhar na casa dos pais de Dr. Gil Vicente. Dali em diante, começaram um romance proibido, pelo fato de ela ser mulata. Para acabar com o romance, Dr. Gil se casa com D. Zita em um casamento arranjado, mas não abandona Tujara. Meses depois, Nicolau vai trabalhar nas terras de Dr. Gil se tornando seu braço direito e melhor amigo. Nicolau se apaixona por Tujara a pedindo em casamento. O patrão concorda, mas com uma única condição: que eles ainda possam ser amantes. Nicolau aceita e se casa com seu amor. O tempo passa e as idas de Tujara ao quarto de Dr. Gil vão ficando cada vez mais raras. Cinco anos depois do casamento e, Nicolau, querendo um filho, Tujara fica sabendo que D. Zita engravidou e pede para que o patrão faça um filho nela. E é o que acontece, as duas mulheres ficam grávidas na mesma época.

Os meses passam e D. Zita dá à luz a um menino que morre durante o parto, porém, outra mulher, uma viúva, também tem um filho na mesma hora e morre, o médico, sem pensar troca os bebês. Já em casa, D. Zita o batiza de Tomás, mas este não pega seu peito. Enquanto isso Tujara dá à luz a um menino também, que recebe o nome de Tomé, mas ela morre no parto. Assim sendo, Tomé é criado junto de Tomás como irmãos, mas Tomás nunca gostou de Tomé e sempre o invejou. O tempo passou e os dois cresceram, Tomé se tornou uma pessoa muito importante para a fazenda de Dr. Gil Vicente e Tomás foi estudar em outro país.

Quando voltou, Tomás traz consigo sua esposa, a inglesa Elizabeth (tia de William), por quem nutre um ciúme doentio. Nesse intervalo, Dr. Gil Vicente enriquece ainda mais com a ajuda de Nicolau e Tomé, dando a eles um bom terreno e barras de ouro. Tomás nutria muita inveja e raiva de Tomé, além disso, gostava de maltratar a esposa. Com essa atitude, acaba aproximando Tomé de Elizabeth, que engravida

pouco tempo depois. Quando dá à luz, Elizabeth tem um menino e uma menina, os batizando de Rosária Antônia e Rosário Antônio. A diferença é que, a menina nasce de pele parda, cor de canela, já o menino, nasce branco. Tomás se enfurece e some com a mulher e mata Tomé. Em meio à confusão, Nicolau foge com a “neta” para Cabo Verde.

Ao ouvir a história, todos ficam estarecidos, Rosária e Antônio ficam muito felizes por serem irmãos gêmeos. Depois de tudo esclarecido, William a pede em casamento e ela aceita, pois já estava à espera de seu primeiro filho com William. Tudo parecia calmo até que, os contratados de Tomás, se revoltam pelo fato de o homem ter quase matado uma contratada de sua fazenda chamada Balanta. Antônio e o avô chegam para ajudar a contornar a situação, mas Antônio é atingido por uma lança. Rosária e William chegam ao local e salvam Antônio.

O tempo passa e Antônio se casa com Albertina e saem em lua de mel. No mesmo navio estavam Rosária e William. Ela ostentando uma barriga de cinco meses de gestação. Assim, encerra-se o romance.

3.3. A memória identitária e a diáspora presentes em “Caminho de São Tomé”

Popularmente, a memória pode ser considerada como a maneira que o ser humano tem de preservar e reviver experiências e lembranças relacionadas a um passado distante ou não tão distante assim, fazendo com que, haja interações de cada sujeito com seu meio. “Grosso modo, chamamos de memória a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações”. (JÚNIOR; FARIA, 2015, p.780). Além disso, a memória também pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos a partir de ressignificações individuais.

Le Goff (2013) ressalta importantes dados para o estudo referente à memória e introduz o caráter de identidade como primordial para defini-la como algo a ser construído:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade [...], cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. [...] São as sociedades cuja memória [...] é sobretudo oral ou que estão em vias

de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição (LE GOFF, 1990, p.410)

Dessa forma, torna-se muito importante analisar os componentes que constituem a memória, uma vez que, ela está ligada ao processo de construção da identidade, reconhecendo assim, a conservação de informações relevantes para o indivíduo ou um coletivo.

Sobre o conceito de identitário, o dicionário on-line de língua portuguesa, apresenta o como um termo utilizado para se referir ao conjunto de características que define algo ou alguém, ou seja, que faz referência à identidade, ao conjunto de características próprias e intransferíveis que define e qualifica algo ou alguém, diferenciando esta pessoa ou coisa das demais: composição artística identitária. A composição identitária acaba por defini-lo como semelhante ou diferente a outros.

Ao juntarmos as duas expressões temos *memória identitária*, que pode ser considerada como lembrança de acontecimentos que ocorreram com um indivíduo definindo-o como único ou em grupo, definindo-os como semelhantes entre si constituindo que tenham a mesma interação entre eles e com o meio.

Ao lermos a obra *Caminho de São Tomé* da escritora cabo-verdiana Ana Paula Fontainhas, percebemos que, o enredo em si perpassa, somente, a noção de Rosária encontrar suas origens. Temos outras temáticas e intencionalidades acerca da obra. Nessa toada, podemos levantar aqui, dois casos que são trabalhados no texto, mas, não de uma forma explícita ou direta, mas de um modo que, se tenha a necessidade de um pequeno conhecimento da história de Cabo Verde, principalmente, no que diz respeito ao século XX. Assim, temos na obra questões sobre a memória identitária do cabo-verdiano que, muitas vezes, precisou resgatá-la devido a diáspora vivida por ele.

A obra de Ana Paula Fontainhas nos mostra a emigração de vários cabo-verdianos para a tão “encantada” São Tomé, onde “tudo se tinha em abundância”. A questão dos contratados que, eram iludidos pelo ideário do emprego certo com uma casinha para família. Mas quando chegavam na ilha eram levados para as diversas roças que ali se encontram, para trabalharem em situações desumanas, praticamente de escravidão. Uma diáspora perigosa, dolorosa, porém necessária, forçando o

emigrante a resgatar uma memória identitária em outro lugar, que agora, tens que chamar de lar.

Em relação ao resgate da memória identitária cabo-verdiano, isso se dá, principalmente, através da língua. Ou seja, a autora traz personagens que, mesmo se deslocando de sua terra natal, não abandonam o crioulo cabo-verdiano. Este por sua vez, aparece sempre em momentos em que a língua irá aproximar dois ou um grupo de nativos de Cabo Verde, funcionando na narrativa, como uma língua afetuosa capaz de aproximar e identificar uma nação.

3.3.1. A memória identitária cabo-verdiana presente em *Caminho de São Tomé*.

Ao estudarmos memórias identitárias, temos a chance de compreendermos como um grupo de pessoas expressam sua identidade e dizem respeito ao modo que se comportam, pensam e vivem diante da realidade a qual fazem parte. Se pararmos para pensar, o conceito identitário sempre está em constante evolução, fazendo com que as memórias identitárias de uma sociedade, também, se adequem à essa progressão.

A utilização da literatura ao se defender uma nacionalidade, principalmente em países que conquistaram sua independência política recentemente, é possível de ser entendido ao estudarmos a relação presente entre identidade e memória, uma vez que, o sentimento de fazer parte de uma nação está profundamente associado à nossa identificação com outras pessoas que possuem modos de agir, falar e pensar semelhantes aos nossos. (GEERTZ, 2000).

Para Alves apud Sobrinho (2015, p.328) é “através da construção de representações de diferentes objetos em disputa dentro de um campo particular do espaço social que um determinado grupo constrói traços distintos de sua identidade”. É a partir daí que a memória se desenvolve e evolui junto da identidade. Dessa forma, a memória identitária em “*Caminho de São Tomé*” pode ser construída através da imagem de si e dos outros, assim sendo, uma identidade estruturada social e individualmente. Neste sentido, a identidade é idealizada como algo não fechado em si mesmo, mas como planejada dentro de um sistema de relações sociais, construída histórica e socialmente. E é nesse aspecto que nascem as tradições de um povo.

Tal afirmação fica clara no trecho abaixo romance analisado, pois nele Rosária e os outros cabo-verdianos embarcados no navio rumo à São Tomé, se dirigem, todos, ao convés para tomarem banho de chuva:

Era uma tradição cabo-verdiana tomar banho de chuva. **Quando chovia naquelas ilhas secas**, a alegria era tanta que as pessoas se banhavam nas águas abençoadas que caíam do céu, enquanto aproveitavam para abastecer a casa e encher as cisternas para o ano todo. (FONTAINHAS, 2017, p. 102, grifo nosso)

No trecho acima, é possível perceber que o narrador recorre à uma memória do povo cabo-verdiano para mostrar uma tradição identitária. Não que nenhuma outra nação não possa tomar banho de chuva, mas aquela nação específica sofria tanto com a seca e a estiagem que, quando chovia, celebravam alegremente, considerando a água que caía do céu abençoada.

Na obra, os cabo-verdianos (re)constroem as memórias e as suas identidades a partir das representações sociais que têm de si e dos seus pares e de como acreditam que os outros os veem. Isso se dá, principalmente, pela diáspora que enfrentaram para sobreviverem.

Por outro lado, a autora do romance faz uso da memória identitária para amenizar, um pouco, a falta que aquelas pessoas sentiam de sua terra, suas tradições. Alves (2015) comenta que:

Esses encontros são essenciais para manter as redes sociais, a união e a coesão grupal, além de simbolicamente servir para encurtar a distância para com o país de origem, procurar manter vivos as tradições, os hábitos e costumes. [...] É nesses momentos de muita cumplicidade, de emoções afloradas, carregadas, sobretudo, de nostalgia, de saudade, que a memória individual e colectiva do grupo se manifesta. (ALVES, 2015, p. 330)

É importante salientar que, quando se refere à memória coletiva, deletar as memórias dolorosas de uma nação sobre guerras, lutas por território, diferenças culturais e injustiças cometidas, dá a entender que há um esforço de ocultar a diversidade que existe dentro da comunidade. Ecléa Bosi (1994) lembra que, em várias sociedades, é comum que a memória seja oprimida, sendo assim, “as

lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra história, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (BOSI, 1994, p. 19). Desta forma, a lacuna deixada pela memória vedada é substituída por uma história dos êxitos que se torna verídica e comemorada.

A memória identitária é apresentada na obra *Caminho de São Tomé* na forma da conservação do crioulo cabo-verdiano e de algumas tradições relacionadas à: dança, religiosidade, culinária, música e tradição oral de contar histórias, fazendo com que, as novas gerações tenham acesso ao conhecimento ancestral, tão importante para a cultura de Cabo Verde. Uma marca da autora da obra é que, todas as vezes em que vai ser citado alguma dessas memórias identitárias, Fontainhas usa o crioulo juntamente com a língua portuguesa. Porém, de forma particular, a autora ao se referir a alguma palavra isoladamente em crioulo, apresenta a tradução sua como nota de rodapé, por outro lado, se for um texto maior como, uma letra de música ou poema, a cada frase, sua tradução aparece logo depois.

A seguir, exemplos dessas memórias identitárias presentes na narrativa:

1. Cada um foi tomando seu lugar. Ela foi conduzida para um lugar perto da matriarca que a serviu uma sopa de **rolon** (sopa de milho). (FONTAINHAS, 2017, p. 32, grifo nosso)
2. Logo que alcançaram o povoado, ouviram, som de ferro e gaita tocando **funaná** (dança típica de Cabo Verde em que os casais dançam juntos, com frenéticos passos ritmados), mas já não era aquela música efervescente, estimulante, que excitava os corpos a rebolar num dançar sensual nas festas de São Sr. do mundo. (FONTAINHAS, 2017, p. 166, grifo nosso)
3. Nesse dia, a música mais desanimava do que encorajava o povo, mas todos embalaram no coro: **“Tromenta é dentu Praia”** (tormenta é na cidade da Praia) **Algém é dentu pinitênsia** (Tem gente em penitência) **Fomi é dentu dissistênsia** (Fome é na Assistência) **Kusé kin bem fazi-li (O que vim cá fazer)** [...] (FONTAINHAS, 2017, p. 60, grifo nosso)

Não podemos deixar de registrar que, Cabo Verde possui uma cultura de intensa miscigenação entre diversificadas etnias, fazendo emergir uma nação mestiça com uma cultura gerada por muitas outras. Europeus livres e escravos uniram-se

numa só nação, criando assim, o crioulo cabo-verdiano, língua predominantemente oral, que auxilia na preservação de uma cultura ancestral, pois é falada por toda a população.

ALVES (2015), salienta que, a identidade cabo-verdiana é mestiça e híbrida, pois, sempre consegue assimilar algo novo. Vejamos:

A identidade cabo-verdiana é mestiça, híbrida, assim como o seu povo, sendo a sua cultura diversificada de Ilha para Ilha. Essa diversidade cultural constitui-se num importante meio de aproximação, de conhecimento e de descoberta do outro e de abertura ao diferente, traduzindo-se na capacidade de assimilar o novo. É a isto provavelmente que se deve a facilidade com que os cabo-verdianos, quando fora de Cabo Verde, recriam seus hábitos e se integram à cultura do país de acolhimento. (ALVES, 2015, p. 334)

É importante ressaltar que, a nação cabo-verdiana e as identidades se tornaram mais fortes bem antes da independência do arquipélago, em 1975, quando o crioulo, amadureceu, tornando-se assim, a língua de comunicação do cabo-verdiano, ao mesmo tempo em que forma o indivíduo cabo-verdiano como um sujeito único e singular.

3.3.2. A diáspora cabo-verdiana

Ao falarmos sobre o enredo da obra analisada aqui *Caminho de São Tomé*, temos como história central a jornada de Rosária que busca saber a história de sua família e a sua história. Mas, por trás de toda luta de Rosária, outro tema se entrelaça à história da protagonista, a diáspora cabo-verdiana.

O período que abarcou boa parte do século XX, também foi um período de muito destaque para grandes fases migratórias em Cabo Verde, podendo ser divididas em três fases se deu em três estágios, como aborda a seguir a pesquisadora da UFB Pollyana dos Santos Silva Costa:

[...] o primeiro, que vai de 1900 a 1920, caracterizado pela ida de trabalhadores para os Estados Unidos a bordo das embarcações baleeiras; o segundo, compreendido entre 1921 e 1945, quando os cabo-verdianos passaram a procurar outros países da América do Sul

como o Brasil e a Argentina e o período seguinte, de 1956 a 1975, quando os emigrantes dirigiam-se principalmente para Portugal, às vezes apenas como escala intermediária para alcançar outros países da Europa. (COSTA, 2020, p. 185)

Porém, entre os anos de 1947 e 1948, uma grande estiagem assolou-se em Cabo Verde, destruindo muitas lavouras e forçando muitas famílias a migrarem para outros países próximos, como Angola, São Tomé e Príncipe para fugirem da fome.

Foi uma época de muita tristeza, pois a fome matou centenas de cabo-verdianos entre idosos, adultos, jovens e crianças. ANDRADE (2005) comenta sobre esse período:

A última crise que se registou no Arquipélago teve um carácter agravante com teve altas taxas de mortalidade em todo o país, atingindo o seu apogeu no ano de 1947. Esta crise foi avassaladora porque já não havia quaisquer reservas, e os anos antecedentes não foram promissoras, antes pelo contrário, foram anos de fraca produção que acabaram por conduzir à desastrosa crise do ano de 1947. (ANDRADE, 2005, p. 30)

A seca se alastrou por todas as ilhas do arquipélago, mesmo àquelas que não eram dependentes da agricultura, por outro lado, os alimentos também sumiram das vendas e das casas da população, “esta foi a crise mais séria e mais devastadora do século XX, com consequências graves para o país em todos os aspectos permanecendo marcados para sempre na história de Cabo Verde”. (ANDRADE, 2005)

Nesse período, com a falta de chuvas, uma crise generalizada em todo o país se fez presente. Os preços dos alimentos, transporte e outros tipos de materiais subiram consideravelmente. O gado também morre de fome.

Cabo Verde, que nessa época era colônia de Portugal, esperou um posicionamento do colonizador, que não se mostrou tão interessado em ajudá-los, dessa maneira, como o governo português precisava de mão-de-obra barata para trabalhar em plantações de cacau e café em outras colônias de Portugal, centenas de cabo-verdianos e suas famílias migraram, sobretudo, para São Tomé buscando uma nova vida e emprego, principalmente nessas plantações.

A partir daí, temos o processo de diáspora vivida pela população, no qual Stuart Hall aborda que esse processo “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2008, p. 32), ou seja, é o confronto entre o “eu” e o desconhecido que causa a indisposição presente entre os indivíduos da diáspora.

Dessa maneira, a diáspora pode ser considerada não apenas sinônimo da imigração forçada, mas também uma redefinição identitária, pois constitui a criação de novas maneiras de ser, agir e pensar no mundo.

Mas, mesmo depois de algumas décadas da abolição, muitos homens, mulheres e até crianças, ainda sofriam com violências físicas e psicológicas dentro dos navios rumo à nova pátria que mais parecia um navio negreiro com novos cativos rumo aos seus novos donos. Em “Caminhos de São Tomé”, a exploração e negligência para com essas pessoas, consideradas contratadas, mas que não passavam de verdadeiros cativos, começa ao embarcarem no navio rumo à São Tomé, pois esses sujeitos eram instalados no porão do navio, sem janelas, sem iluminação, sem alimentação digna e saneamento básico. Vejamos no trecho abaixo, a descrição da situação dessas pessoas.

O porão estava apinhado de gente respirando o ar abafado, viciado para não dizer fétido. O local era abastecido com dois barris de água por semana, um para se lavarem e outro em que havia uma concha onde todos bebiam [...]. No calor do porão, a sede era tanta, que cada um bebia um pequeno gole de água [...]. A maioria dormia ali mesmo, no chão, sem lençol, com a roupa do corpo. [...] Num dos cantos do porão, havia duas latas tampadas, de vinte litros, com a boca de madeira onde havia um buraco para se sentarem e obrarem. Era o banheiro deles. Quando as duas latas enchiam, o rapaz Canhumbai, era encarregado de lançar as fezes ao mar e lavar as latas. (FONTAINHAS, 2017, p. 83-84)

Assim sendo, a diáspora cabo-verdiana de 1947-1948, retratada na obra, não mostrou somente o sofrimento de sair de sua pátria, deixando uma “memória identitária” para trás, a população em “fuga”, no auge do desespero, se apegava a qualquer oferta de emprego, qualquer meio de transporte, arriscando até, morrerem no meio do caminho. COSTA (2020) faz uma observação a respeito da diáspora cabo-

verdiana, comentando sobre a necessidade de mobilidade da população seja uma “sina”, não restringindo apenas à diáspora. Vejamos:

Tanto os que partem quanto os que permanecem em Cabo Verde compartilham a ideia de que a mobilidade seja a sina dos cabo-verdianos. Seguindo a mesma linha de pensamento, acredita-se que o movimento se constitua na categoria fundamental para pensar essa sociedade. No entanto, tal mobilidade pode ser definida por um conjunto de fluxos que não se restringe à emigração, embora esse tipo de deslocamento possua um status diferenciado, uma vez que concorre para a construção da imagem do indivíduo como alguém interessante e experiente. (COSTA, 2020, p. 186).

Portanto, é compreensível que a literatura cabo-verdiana aborde, mesmo que indiretamente, temáticas que envolvam questões sobre a diáspora enfrentada pela população. No caso da obra de Fontainhas, “*Caminho de São Tomé*”, a diáspora vivida pelas personagens reflete o desespero de quem não pode partir e a angústia de não poder ficar sendo obrigados a partir, como é o caso de Rosária.

Rosária acaba representando centenas de cabo-verdianos que saíram de sua pátria para construir uma nova vida longe de suas raízes, fazendo com que, a distância que separa o sujeito de seu antigo grupo será tão grande que o encontro com seus membros causaria um certo estranhamento a ponto de impedir a reconstrução de vínculos. O dilema de identificação vivido pelo emigrante cabo-verdiano fora dos limites do arquipélago não faz parte do discurso do escritor, tendo em vista que ele defende a identidade crioula como sendo fixa e imutável, inerente à totalidade da população. (COSTA, 2020, p. 198)

A diáspora constitui um elemento inconsciente da cultura cabo-verdiana, adquirida através da experiência. Ponderar os métodos de resistência e sobrevivência criando novas conexões sociais nesses novos espaços, constituindo uma identidade do emigrante com sua memória do passado. Assim, terá a possibilidade de transmitir aos seus filhos uma série de intercâmbios sociais e diferentes heranças culturais.

Quando se fala da diáspora cabo-verdiana da fome, pensamos logo em homens ou famílias inteiras fugindo em busca de uma vida melhor. Porém, a

protagonista da obra, Rosária, nos mostra que a dificuldade da mulher em emigrar sozinha ou com filhos é muito maior que a do homem.

Mas, não pelo fato da fragilidade, pelo contrário, tanto Rosária como Firmina, são mulheres fortes, decididas em continuar a caminhar pela vida. Firmina, mesmo tendo perdido seu filho, decide acompanhar Rosária até São Tomé, entretanto, para proteger a nova amiga, Firmina se sacrifica ao ser atacada por uma matilha de cães. Podemos verificar no trecho abaixo tal cumplicidade entre Firmina e Rosária.

Nesse momento, os cães pularam investindo sobre Firmina, rasgando suas roupas, mordendo-a por todo o lado, dilacerando a pouca carne que recobria seu corpo encaveirado, mas ela continuava gritando: “Corra Rosária, corra antes que seja tarde”. (FONTAINHAS, 2017, p. 48)

A posição das mulheres retratadas da obra está diretamente ligada às posições de inferioridade as quais eram atribuídas a elas. Obediência aos maridos e pais, mesmo as mulheres que trabalhavam nas roças, eram submissas a alguma autoridade masculina.

É nesse universo que Rosária vem e rompe com os paradigmas da mulher submissa, ela prova que pode, muito bem, fazer toda a sua jornada migratória sozinha, enfrentando todos os mais diversos desafios para provar que é forte e que não depende de homem para romper obstáculos. Vale lembrar que, a época em que a obra se passa, 1947, não contribuía para que as mulheres fossem tão independentes como Rosária, porém a protagonista se viu sozinha após a morte do avô, dessa forma, além de sua personalidade aventureira e corajosa, no caso dela, também temos um fator instintivo de sobrevivência. Como nos mostra este trecho da obra em que Rosária enterra seu avô e, sozinha, parte em sua jornada.

O Avô morreu naquela noite. Após cavar a sepultura e o enterrar, Rosária se preparou para partir. Pegou a sua trouxinha de roupa, a lata de fotos e documentos, uma cabaça de água e o pouco de farinha de mandioca e cuscuzeiro que sobrara. [...] o pote ora cheio de água, agora vazio, como se estivesse fazendo um retrato do que sempre fora a sua vida, da qual estava sendo arrancada brutalmente para um mundo desconhecido e longínquo. Sem medo, mas com uma nesga de temor, saiu ligeira [...]. Uma torrente de lágrimas grossas escorria-

lhe dos olhos, banhava-lhe a face. [...] Jamais se sentira tão só.
(FONTAINHAS, 2017, p. 27)

No trecho acima, é possível perceber que Rosária, mesmo com medo de partir sozinha, se enche de coragem e encara a diáspora rumo à São Tomé com duas esperanças: conhecer sua história e fugir da fome e da seca que se instalou em Cabo Verde nesse período.

É importante ressaltar que, Rosária é uma santomense de origem cabo-verdiana, angolana e inglesa, é uma mulher mestiça com traços negros de sua ancestralidade. Dessa forma, Rosária se enquadra na realidade da mulher africana que foi tão violada como sua terra, pois sofre as implicações de uma violência, que a limita entre muros sociais e a estagna em estereótipos.

3.4. A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA CABO-VERDIANA, DO PORTUGUÊS AO CRIOULO - DO CRIOULO AO PORTUGUÊS

A identidade de uma nação pode ser atribuída à língua falada por seu povo. Além disso, essa identidade, quando linguisticamente é construída e um mesmo grupo partilha a mesma complexidade linguística e a língua se apresenta como parte social da linguagem e a linguagem manifestação do comportamento social. É nesse aspecto que a língua crioula se destaca como língua materna em diversas nações, inclusive em países africanos que têm como língua oficial ou português, como é o caso de São Tomé e Cabo Verde, países em que Ana Paula Fontainhas destaca bem em “*Caminho de São Tomé*”.

Etimologicamente, a palavra crioulo deriva de “criar” ou fazer crescer, um diminutivo de “cria”, utilizado para designar um afilhado, uma cria ou criança (MADEIRA, 2016, P.56 apud MACHADO, 1976). Benilde Justo Caniato (2002) explana mais sobre a origem da palavra crioulo:

O termo usado no XVI, origina-se de segundo Leite de Vasconcelos. Ou de (escravo), de verbal de com uma de explicar. (CUNHA, 1996) Em face de sua origem, o termo continua estigmatizado, geralmente associado a subdesenvolvimento, inferioridade cultural. O escritor Romano denomina o crioulo de Cabo Verde de por aceitar tal estigmatização. (CANIATO, 2002, p. 130)

A língua crioula nasce da necessidade de comunicação entre os portugueses e os povos das costas africanas. Tratava-se de uma língua que refletia a diversidade dos falantes, e que também, dispõe de um grupo de falantes nativos desempenhando funções sociais amplas, como qualquer língua natural. Para sua criação, dois polos sociais se fundem: o dominador e o dominado. Tendo assim, a língua-fonte como principal referência, com alterações que atingem todo o sistema fônico, lexical e gramatical.

O aparecimento do crioulo cabo-verdiano se valida, numa realidade em que a comunicação se faz necessária e urgente. Ao falar da origem do crioulo, é importante lembrar do fato de que esta língua surge no contexto colonial português, o que possibilitou a sua passagem por um processo sociolinguístico e deixou, conseqüentemente, marcas visíveis na sua estrutura linguística

CANIATO (2002) cita que, para Baltazar Lopes, os crioulos poderiam ter tido uma fase bilíngue, pois a estrutura gramatical do idioma se assemelha à estrutura gramatical da língua portuguesa, de um modo mais simplificado. Dessa forma, segundo a historiadora, os crioulos portugueses na África, seguiram os seguintes critérios geográficos:

1. crioulos das ilhas do Golfo da Guiné:
 - 1.1. de São Tomé;
 - 1.2. de Príncipe;
 - 1.3. de Ano Bom;
2. crioulos do Arquipélago de Cabo Verde, com duas variedades:
 - 2.1. de Barlavento;
 - 2.2. de Sotavento;
3. crioulo da Guiné-Bissau;
4. crioulo do Senegal. (CANIATO, 2002, p. 131)

Mas quando se trata do crioulo cabo-verdiano, percebemos que não foi de forma homogênea que se propagou pelo arquipélago, na verdade, a língua se dividiu em dois grandes grupos: Barlavento (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Sal) e Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). É possível distinguir no

crioulo de Santiago as variantes rural e urbana, sendo esta a que tem maior influência do português contemporâneo.

Entretanto, nas classes em que havia mais acesso à escolaridade, mais letradas, o português, mesmo como segunda língua, é tão usual como o crioulo, porém, nas camadas mais baixas, com pouco ou nenhum acesso à escolaridade, o crioulo que é utilizado para o falar do dia a dia de sua população, comunicação de modo geral. Abaixo, CANIATO (2002) expõe outras situações do bilinguismo presente em Cabo Verde.

Nas situações de diálogo, o cabo-verdiano (porteiros, contínuos, polícias, caixeiros, etc.) mantém o mesmo código do emissor. Os alunos falam português com os professores, mas com os colegas falam crioulo. Os jogos de futebol são relatados em português, o povo discute e comenta, no entanto, em crioulo. Enfim, existe em Cabo Verde o bilinguismo, duas línguas que, “a partir de um determinado momento histórico, deixaram de estar em conflito ou tensão. (CANIATO, 2002, p. 134)

Em 2006, Maria Helena Mira Matheus organizou com a Fundação Calouste Gulbenkian e com o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) o “Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa” que visava trazer uma sensibilizar a comunidade escolar em prol ao multilinguismo escolar, além de valorizar as línguas maternas dos alunos. Dessa forma, sobre a ortografia do crioulo, o projeto vai apresentar que:

Os cabo-verdianos, escolarizados em Português, têm utilizado, à sua maneira, a ortografia da língua portuguesa para escreverem em Crioulo de forma espontânea, não regulada e, por isso, muito variável. A actual grafia oficial, proposta em 1998 e consignada num decreto conhecido por ALUPEC (Alfabeto unificado para a escrita do Crioulo), é, como o próprio nome indica, essencialmente um alfabeto, não tendo havido ainda uma normalização generalizada da representação gráfica das unidades lexicais que tenha como modelo uma variedade escolhida como padrão. (MATEUS; FISCHER; PEREIRA, 2006, p. 8)

Como língua-fonte, a língua portuguesa acaba sofrendo cortes e desvios linguísticos em sua fonologia, morfologia e sintaxe, dando origem a uma variante do

crioulo cabo-verdiano que pode ser compreendida da seguinte forma, como mostra Caniato (2008), exemplificando tais desvios e cortes no crioulo de Cabo Verde:

a) na fonologia: “perdê” por perder; “rabatá” por arrebentar; “xávna” por chávena; b) na morfologia, houve muitas alterações: o artigo definido desaparece; os substantivos e adjetivos não possuem flexão de número; os verbos, via de regra, reduzem-se à forma do infinitivo com apócope do –r; as desinências pessoais são suprimidas, sendo indicadas pelos pronomes pessoais (“êl bê” = ele vem); as desinências modais e temporais são expressas por formas auxiliares (“êl ta kantába” = ele cantava); c) na sintaxe, há supressão de nexos gramaticais, subvertendo a sintaxe regular: “dá kabóle água” = dá água ao cavalo; como o artigo definido desaparece, em São Nicolau, curiosamente conserva o “s” na forma do plural, principalmente nos topônimos: “spedra” = as pedras; “skazina” = as casinhas. (CANIATO, 2008. p. 214)

O sistema fonológico do crioulo cabo-verdiano tem muitas particularidades, porém, apresenta muitas semelhanças com o sistema fonológico da língua portuguesa. A seguir temos, como exemplo, o Sistema de vogais:

No Crioulo de Cabo Verde (variedade de Santiago), existem oito vogais orais: /E/, /a/, /ç/ (vogais abertas), /e/, /â/, /o/ (vogais semi-abertas), /i/, /u/ (vogais fechadas) e oito nasais: /a)/, /â)/, /E)/, /e)/, /i)/, /ç)/, /o)/, /u)/. No Português, encontramos as mesmas vogais orais, mas apenas cinco nasais. As vogais nasais /a)/, /E)/, /ç)/ não existem no Português; encontramos-las neste Crioulo em palavras como bránku, ténpu ou ónbru. Existem, também, ditongos crescentes (semivogal-vogal) e decrescentes (vogal-semivogal), maioritariamente orais. Não encontramos nesta variedade do Crioulo de Cabo Verde ditongos decrescentes nasais, como os que existem em Português em palavras como cão ou mãe. (MATEUS; FISCHER; PEREIRA, 2006, p. 9)

O pesquisador da Universidade de Cabo Verde João Madeira, acredita ser muito difícil determinar um corte entre o português e o crioulo, pois ambas possuem uma ligação entre si. Dessa maneira, Madeira cita Manuel Ferreira ao comentar sobre a simplicidade fonética do crioulo:

Como observa Manuel Ferreira, o crioulo processa-se “a partir da nossa língua, raríssimos sendo os vocábulos de étimo africano, numa tendência constante para a simplicidade fonética, morfológica e sintáctica, mantendo permanentemente o cordão umbilical preso ao léxico português o que lhe garante, do ponto de vista etimológico e até prosódico, parentesco sempre próximo do idioma nacional.” (MADEIRA, 2015, p. 93)

O crioulo, uma das maiores especificidades da cultura nacional, reflete a identidade cabo-verdiana. Língua de comunicação informal, em oposição ao português (a língua oficial), o crioulo é considerado por alguns teóricos, a língua das relações sociais, familiares e afetivas, que caracteriza este povo.

Vários linguistas e estudiosos cabo-verdianos reconhecem que o crioulo atravessou um processo de evolução até se tornar a língua que hoje identifica a nação. A sua formação e evolução deve-se principalmente a três fases: (I) o Pidjin; (II) o Proto crioulo e (III) o Crioulo.

Quadro 1 – Evolução e afirmação da língua cabo-verdiana

Fases	Épocas	Caracterização
Pidjin	Inícios da descoberta e colonização (1462).	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação confusa: - Pouca estruturada em termos gramaticais e lexicais: - Ausência de base sintáctica.
Proto crioulo	A partir do século XVII.	<ul style="list-style-type: none"> - Algumas bases lexicais e gramaticais: - Mais bem estruturado que o pidjin, e o reforço na base sintáctica.
Crioulo	Meados do século XVII e inícios do século XVIII.	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos gramaticais e lexicais próprios: - Estabilidade estrutural assente numa base sintáctica melhorada.

Fonte: Adaptado de João Paulo Carvalho e Branco Madeira, Tese de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais, 2015, p. 94

De fato, que a adaptação da língua cabo-verdiana ocorreu de uma maneira gradual, de modo a alcançar uma estrutura específica, em nível gramatical, interpretativo e sintático. Madeira (2015) vai citar António Carreira que explicará a evolução da língua crioula da seguinte forma:

(I) O pidgin que é a forma mais rudimentar de comunicação verbal, ou seja, a linguagem veicular que surgiu como forma de resolver todo um embaraço social na comunicação nas primeiras décadas da

colonização de Cabo Verde; (II) O proto-crioulo, que corresponde ao aperfeiçoamento do pidgin pelo acrescento de vocábulos e pelo uso de um sistema gramatical mais estruturado que o do pidgin; (III) O crioulo propriamente dito, resultante de uma soma considerável de vocábulos originários de uma língua em que se apoiou, adaptado aos órgãos articulatórios do grupo de aprendiz, e de formas gramaticais correctas mais complexas do que as utilizadas no proto-crioulo. (MADEIRA, 2015, p. 94-95)

No panorama linguístico cabo-verdiano é, na atualidade, pontuado principalmente pela convivência das duas línguas de Cabo Verde: o crioulo, língua materna de comunicação informal, muito utilizada nas relações de afetividade, principalmente em família; a língua portuguesa, língua oficial de comunicação formal, usada em sociedade, escola, administração. Madeira chega até arriscar em dizer que “Será que poderemos afirmar que língua materna é o crioulo e língua paterna é o português?” (MADEIRA, 2015, p. 97)

Sobre o bilinguismo em Cabo Verde, as linguistas Dulce Almada Duarte de Cabo Verde e Mafalda Mendes de Portugal, apontam que não há bilinguismo em Cabo Verde, mas sim diglossia. “O bilinguismo tornar-se-á real no momento em que existir “uma relação existencial e comprometida entre as duas línguas”, no seio da comunidade cabo-verdiana e, assim sendo, verificar-se-á um enriquecimento cultural do povo cabo-verdiano. (DUARTE, 2003, p. 279). “[...] a diglossia existente em Cabo Verde é caracterizada pela exclusividade dos contextos da escrita para a língua portuguesa e pela predominância do uso da língua materna nos contextos de oralidade.” (MENDES, 2005, p. 123).

O crioulo é a língua que identifica os cabo-verdianos residentes e na diáspora. Podemos dizer que, há um processo de miscigenação do português, considerando o crioulo como língua, e de alguns termos específicos de origem africana. Toda essa miscigenação faz com que o crioulo seja um produto linguístico natural e original. Podemos constatar tal miscigenação no trecho abaixo de “*Caminho de São Tomé*” pois, fica claro a mistura do português com línguas tribais africanas originando o crioulo:

[...] Na **pê** di monti (No pé da montanha)

Ma **as’gua** dja djiga (As águas chegaram)

Midju ku fixon **fartu** (Milho e feijão fartos)

Na **bariga** nós mininu (Na barriga das crianças)

Porku ta grunhi na txikeru (Porco roncando no chiqueiro) [...] (FONTAINHAS, 2017, p. 103. Grifo nosso)

É perceptível que a escrita pode causar um pouco de estranheza, mas, a sonoridade das palavras em crioulo é muito parecida com a sonoridade das nossas palavras, como: *porku/porco*, *fartu/farto*, *as'gua/água*, *pê/pé*, *midju/milho*, *bariga/barriga*. Em *porku*, *midju* e *fartu*, particularmente, reparamos que nessa variante do crioulo cabo-verdiano, não existe a regra de vogal e semivogal, ou seja, no crioulo cabo-verdiano, especificamente, se a vogal final da palavra tiver som de “u” ela será escrita com “u”, assim, as vogais «l» e «u» se tornam átonas. Além disso, quase não se encontra palavras com a letra “c”, a maioria das palavras serão escritas com a letra “k”, que cumpre a mesma função.

Manuel Veiga (2004, p. 72) considera que, independentemente do estatuto que a língua cabo-verdiana tiver ou que venha ter, continuará a ser a língua da identidade, sendo esta a língua que os cabo-verdianos reconhecem e através da qual se identificam como uma nação organizada.

A literatura também se apresenta em tripla vertente: as obras em crioulo, meio propagador do lirismo popular, as obras em língua portuguesa, buscando traduzir o universo sociocultural do país e as obras mistas em que a língua predominante é o português, porém há o crioulo inserido nas falas de personagens específicas ou em cantos e poemas, refletindo as vivências e as memórias de seu povo. Como é o caso de “*Caminho de São Tomé*”. Vejamos: “As meninas tinham a preferência por brincar “*podé*”, “*txusquema*” [...]. Os meninos [...] jogavam *carambola*”. (FONTAINHAS, 2017, p. 220. Grifo nosso). Nessas duas frases temos *podé* (esconde-esconde), *txusquema* (tipo um esconde-esconde de objetos), *carambola* (bolinha de gude).

Vale notar que, ao lado do cenário físico e social, o autor procura fixar construções da língua nativa, pelas falas das personagens como no caso de “*Caminho de São Tomé*”, e pelo discurso do narrador, acentuando a identidade linguística preservada por todos. Nesse aspecto, Caniato expõe:

Em se tratando do estrato literário, há substanciais transformações não só em Cabo Verde, como nos outros países africanos de língua portuguesa. Há, assim, [...] “uma mestiçagem linguística, não só na estrutura fonética como na morfológica, incorporando inovações formais no plano da sintaxe, numa permanente e irreversível desagregação das língua-padrão. (CANIATO, 2008, p. 217)

As obras literárias cabo-verdianas, em sua maioria, continuarão a ser escritas em português, língua que se abriu a esse novo espaço africano, e em crioulo também, uma vez que a língua materna remonta a afetividade, memória e a essência do povo de Cabo Verde. Em “*Caminho de São Tomé*” o crioulo é muito presente nas falas, lembranças, cânticos e poemas que as personagens apresentam ao longo da narrativa, e também, é um recurso literário praticado pela autora que, através da inserção do crioulo cabo-verdiano no enredo, revive também suas memórias inserindo um sentimento de pertença identitária refletida em Rosária. Vejamos o trecho abaixo:

William estava aprendendo o jogo com N'toninho que, ao mesmo tempo, o ensinava a falar crioulo de Santiago. Assim que viu Rosária, aprumou-se todo vaidoso para pergunta-lhe num crioulo carregado de sotaque inglês: “nha krêtxeu djâ txiga. (meu amor chegou)”. [...] Depois da aprovação dos dois, levantou-se, foi até Rosária, sério, pegou no queixo dela e disse: “bô, ê nha krê txeu. N'gosta di bô. N'kre namorado bô, (tués meu amor. Eu gosto de ti. Eu quer namorado tu). [...] N'toninho levantou todo contente, [...] “Não é assim que diz, não ‘mi krê namorado bô’. Diz-se assim: n krê namora ku bô, bu kren”? (Eu quero namorar contigo, tu me queres? (FONTAINHAS, 2017, p. 109)

No trecho acima, William, apaixonado por Rosária, aprende frases românticas para proferi-las a ela em crioulo. Mesmo sendo corrigido pelo menino N'toninho, pois ainda não domina a língua, o inglês já percebeu que a língua crioula é muito importante para a moça e, querendo fazer parte de sua identidade linguística, cria um recurso afetivo para se tornar ainda mais próximo, como se pertencesse ao mesmo grupo identitário dela.

Ana Paula Fontainhas, autora do romance, ao usar o recurso de mesclar o crioulo cabo-verdiano, juntamente da língua portuguesa, reforça a ideia de preservação de sua própria língua materna, a língua de sua família, de sua

ancestralidade, sua língua de afetividade. Como podemos constatar no trecho abaixo, no qual Rosária, em sua caminhada rumo à São Tomé, sozinha, encontra uma casa de palha no trajeto e resolve verificar se tem alguém dentro. Sabendo que, todos no vilarejo que ela estava reconheciam o crioulo como meio de comunicação, ela não hesita em usar sua língua materna:

Andou por entre os casebres à procura de um abrigo à sombra, avistou um *funco* (casa de palha) coberto, aproximou-se e gritou: “Ei nhos kaza? Ei nhos di kaza?” (Há alguém em casa? Há alguém em casa? Ninguém respondeu, então ela entrou. (Adaptado. FONTAINHAS, 2017, p. 28)

Outro ponto pertinente a ser apresentado é que Fontainhas, em sua narrativa, traz particularidades ao usar cânticos em apenas dois momentos do enredo: em momentos de extrema alegria e momentos de extrema tristeza. Esses “exageros” extremos caracterizam a externalização de sentimentos que as personagens não hesitam em escondê-los. Podemos constatar essa afirmação nos dois trechos a seguir:

Oh! Txuba (Oh! Chuva)

Kai

Kai na txon (Cai no chão)

Repika txon (Repica no chão)

Sima Pateta (Como pipoca)

Ta rapenta na kalderon (arrebenta na panela)

Alegram nha kurason (alegra meu coração) [...] (FONTAINHAS, 2017, p. 102)

No trecho acima, todos comemoravam a chuva que caía durante a viagem rumo à São Tomé. Além disso, dançar e comemorar, banhando-se na chuva, é uma tradição da cultura Cabo-verdiana. Sendo assim, é possível verificar ser uma situação de extrema alegria.

[...] Algém dentu pinitênsia (Tem gente em penitência)

Fomi é dentu dissistênsia (Fome é na Assistência)

Ksé kin bem fazi-li (O que vim cá fazer)

Speransa ki traze-m (O que vim cá fazer)

Iluzon ki txiga-m (A ilusão me trouxe)

Koraji ki tene-m li (Coragem me tem aqui)

Sabi n'ka sta (Bem eu não estou) [...] (FONTAINHAS, 2017, p. 60)

Nesse trecho, é retratado por meio de uma morna⁹ a tristeza dos habitantes do arquipélago, que estão sofrendo com a seca e a falta de recursos alimentícios para toda a população. O trecho da música nos mostra que as pessoas, sofrendo com a fome, procuram a Assistência, uma espécie de assistência social que ajuda os necessitados dando-lhes alimento, roupas e, se tiverem sorte, uma cama para dormirem. É perceptível a assonância presente no trecho, juntamente com a rima, acaba entoando uma melodia melancólica, cheia de dor e tristeza.

As canções descritas em crioulo na obra são proferidas por cabo-verdianos. Quando outra personagem, que não esteja em diáspora, proclama um poema ou tem algum tipo de voz lírica, ela aparece em português. Como é o caso do trecho abaixo em que o inglês William, depois de contar várias histórias sobre a escravatura e o ciclo do cacau, resolve declamar um poema intitulado “Liberdade”, que faz um tributo à bravura do escravo Amador:

[...] Vai na frente Amador

Na mão leva a bandeira

A nova bandeira

De tanto sofrida é a dor da escravatura

Agarra a nova bandeira Amador

Escancara Amador

⁹ A morna é um gênero musical, poético e textual que representa um dos importantes traços da identidade cabo-verdiana. Sua história está estreitamente ligada à formação da sociedade cabo-verdiana, pois, assim como o cabo-verdiano é o resultado do entrelaçamento entre europeus e africanos, a morna é fruto do encontro de civilizações e de interinfluências entre os vários povos que passaram pelas ilhas. Ela é o resultado do cruzamento de culturas diversas, híbridas, que fizeram surgir características marcantes, a partir da descoberta e do processo de povoamento do Arquipélago. Sua origem envolve questões ligadas às raízes e às tradições culturais que identificam o cabo-verdiano dentro das ilhas ou aqueles dispersos pelo mundo. (BRITO, 2019, p.18)

Nas costas a chibata de tanto chicote marcado [...] (FONTAINHAS, 2017, p.129)

Outro ponto que importante é que, quando na obra temos as músicas em destaque, a autora traduz a frase em crioulo logo em seguida, por outro lado, quando usa o crioulo entre os parágrafos ou inserido em um, a autora acaba por traduzir o trecho e colocar a tradução como nota de rodapé.

Na imagem a seguir, temos as palavras em crioulo 1. bafa, 2. garafon e 3. ferro-e-gaita, dispostas no parágrafo. Sua tradução se apresenta na nota de rodapé: 1. Tira gosto; 2. Garrafão; 3. Música típica de Cabo Verde cujos instrumentos básicos são o ferro e a gaita.

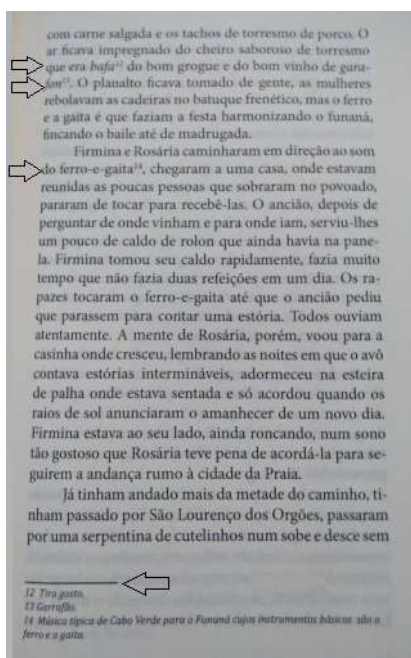


Figura 8 – Página 45 do livro “Caminho de São Tomé” de Ana Paula Fontainhas.

Fonte: Caminhos de São Tomé

A obra “Caminho de São Tomé” resgata as memórias identitárias de Rosária, a protagonista, que, em momentos de formalidades, usa a língua portuguesa para se comunicar, mas quando precisa se aproximar de outros nativos de Cabo Verde, utiliza o crioulo como método de inclusão e pertença identitária, fazendo com que, mesmo em diáspora e sem se identificar com as pessoas que estavam na primeira classe como ela, a forma que ela usa para reconhecer seu “grupo” é por meio da língua.

O narrador, em nenhum momento interfere na vida das personagens ou em suas falas, a autora dá total livre arbítrio para os participantes da narrativa. Fazendo com que, o uso do crioulo seja uma opção clara das personagens, principalmente de Rosária.

Desta forma, Rosária e outras personagens, fazem do crioulo, parte de suas histórias identitárias e, buscam por meio da convivência, das memórias, resgatar algo que lhes foi tirado, sua terra, sua pátria. É por intermédio dessa ruptura que novas raízes vão sendo criadas, mas a pertença identitária nunca será apagada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou apresentar a busca identitária condicionada à memória da diáspora vivida pela população cabo-verdiana. Para tal, foi analisado o romance de Ana Paula Fontainhas, escritora cabo-verdiana que conseguiu retratar o deslocamento populacional que se deu em Cabo Verde, durante os anos de 1947-1948, quando as pessoas fugiam da fome instaurada no arquipélago devido à grande seca.

Em seu romance *Caminho de São Tomé*, a autora nos traz Rosária, personagem forte e determinada, acabando por ser tornar referência de enfrentamento e empoderamento feminino. Característica marcante em obras literárias de autoria feminina, principalmente, lusófonas. Além disso, por meio de Rosária, Fontainhas mostra uma transgressão da obediência patriarcal em que a maioria das mulheres viviam, principalmente, naquela época.

A personagem Rosária foi “audaciosa” em romper os padrões do patriarcado em que a mulher era obrigada a obedecer quando, sozinha, parte para outro país seguindo suas intuições e agindo através de seus poucos conhecimentos da vida e suas convicções apreendidas pela convivência com o avô.

Todo esse foco no patriarcado está tão enraizado na sociedade cabo-verdiana, que as escritoras precisavam utilizar pseudônimos masculinos para poder escrever seus textos. Isso somente mudou em meados do século XX com as mulheres lutando pelos seus direitos, fazendo com que as obras de autoria feminina ganhem força e comecem a modificar o papel da mulher.

Permeando todo o aporte da pesquisa, temos a realidade da diáspora cabo-verdiana que forçou a população do arquipélago a se deslocar para vários outros países na América, Europa e na própria África, como foi o caso de São Tomé. Cabo Verde, como todas as colônias portuguesas em África, sofreu com o processo de colonização, tendo em vista que o movimento exploratório da África se desenvolveu antes mesmo de ocorrer sua divisão territorial pela Europa, uma vez que a exploração do comércio marítimo estava intensa devido às especiarias advindas da Índia. Outros problemas envolviam o arquipélago durante seu período como colônia portuguesa, entre eles o tráfico de escravos, e a má administração que Cabo Verde possuía.

No entanto, nenhum problema foi tão sofrido quanto as secas que atingiram o local e, em todas as vezes, a negligência da Portugal deixava o sofrimento ainda mais penoso. Devido às secas, a fome assolou o lugar, forçando seus habitantes a migrarem para outras localidades como Europa e América, além de outros países africanos, em especial as colônias portuguesas como Angola e São Tomé e Príncipe.

Dessa forma, o processo emigratório causado pela seca se deu em três momentos diferentes: de 1900 – 1920 e objetivava a procura de melhores condições de vida para o emigrante devido à seca, fome e desemprego, sendo exclusivamente direcionada aos Estados Unidos motivados pelos contratos de trabalho direcionados aos navios baleeiros americanos; de 1941 – 43 e 1947 – 48, matando cerca de 45.000 pessoas. As localidades mais atingidas de 1941 a 1943 foram as ilhas de São Nicolau e Fogo, onde aproximadamente 28% e 31% respectivamente da população perderam a vida. Já em 1947 a 1948, a ilha de Santiago perdeu 65% de sua população. Toda essa situação fez com que milhares de cabo-verdianos emigrassem, por exemplo, aceitando contratos de trabalho nas plantações de cacau de São Tomé e Príncipe.

Essa diáspora só fez com que a população que se deslocou, em busca de novas oportunidades, criasse uma nova necessidade de pertença identitária e que, buscassem memórias afetivas para a construção de um novo lar.

Ainda que carregasse as marcas por conta da colonização portuguesa, como a imposição da cultura e até mesmo da língua portuguesa, os cabo-verdianos não perdem suas tradições, sejam elas a religião, a culinária, e o próprio conhecimento dos antepassados, o que cria uma memória coletiva, mesmo que isso traga lembranças dos conflitos. E é assim que a personagem Rosária sai em busca de suas origens, mas sem esquecer de sua cultura e dos ensinamentos aprendidos com seu avô Nicolau.

A autora do romance faz parte de uma gama de autoras contemporâneas lusófonas que partilham, através de suas personagens, a força da mulher independente, que sofre todo tipo de adversidades, mas se mantém de pé e lutando. A literatura produzida por mulheres, e no espaço lusófono não é diferente, traz um panorama dos lugares possíveis para se traçar o papel exercido pelas mulheres cultural e socialmente ao longo dos séculos, que mesmo com todas as dificuldades e julgamentos, se mostra por meio de sua escrita.

Caminho de São Tomé é obra de autoria feminina que traz a necessidade de uma “minoría” social que ainda sofre com julgamentos estereotipados, mas que encontra na escrita uma forma de expor toda a opressão vivida, tecendo, assim, a visão de mundo sobre suas experiências culturais, emocionais, sociais sobre si mesma e de outras tão iguais na busca por reconhecimento.

A literatura de Fontainhas constrói em Rosária a figura de uma mulher questionadora, subversiva e crítica às convenções da sociedade patriarcal. As outras personagens femininas do romance, de certa forma, também fogem ao patriarcalismo tradicional, apresentando-se como mulheres fortes, decididas a encarar dores e sofrimentos relacionados à opressão e resistência vividas por elas. A produção literária de Ana Paula Fontainhas dá voz e visibilidade à historicidade das mulheres. Um resgate das memórias dessas mulheres sob o olhar de uma história vivida ou compartilhada por muitas. É importante ressaltar que a memória é fundamental na obra *Caminho de São Tomé*, representada pelo crioulo, pela busca das origens, construída pelas tradições do povo.

A língua crioula é presença fiel no romance estudado, uma vez que, por meio do crioulo a autora revive as memórias afetivas e identitárias de Rosária, de outras personagens cabo-verdianos e, podemos dizer, que da própria autora, pois ela também se encontra em outro espaço, no caso Brasil, tendo que (re)construir sua identidade, mas, preservando suas raízes e ancestralidades.

Dessa maneira, a memória identitária presente na obra *Caminho de São Tomé* se apresenta na forma da conservação do crioulo cabo-verdiano e de algumas tradições, trazendo como marca da autora o uso do crioulo juntamente com a língua portuguesa, de uma forma a se identificar similaridades entre as duas línguas.

Pelas análises efetuadas nesta pesquisa, foi possível perceber que o crioulo cabo-verdiano se originou na miscigenação entre diversas etnias, fazendo emergir uma nação mestiça com uma cultura gerada por muitas outras. Europeus livres e escravos uniram-se numa só nação, possuindo assim, muitas marcas da própria língua portuguesa, como no aspecto fonético-fonológico: algumas palavras em crioulo cabo-verdiano são escritas com a letra “k” e em português com a letra “c”, porém, preservando a mesma sonoridade, por exemplo a palavra “**porco**” que em crioulo cabo-verdiano se escreve “**porku**”. Entretanto, o panorama linguístico cabo-verdiano

é, na atualidade, pontuado principalmente pela convivência das duas línguas de Cabo Verde: o crioulo, língua materna de comunicação informal, muito utilizada nas relações de afetividade, principalmente em família; a língua portuguesa, língua oficial de comunicação formal, usada em sociedade.

Assim, Ana Paula Fontainhas em sua obra *Caminho de São Tomé*, usa como pano de fundo a temática diaspórica, mas sem perder o objetivo central da obra, ou seja, o resgate identitário que a protagonista oferece ao buscar suas memórias ancestrais, em sua jornada fugindo da seca e da fome, mas preservando a força das palavras (tanto em crioulo quanto em português) e dos elementos culturais que a constituem como voz e como sujeito.

REFERÊNCIAS

ACTO COLONIAL. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020

AJAYI, J. F. Ade. África no Início do Século XIX: Problemas e Perspectivas. In: História Geral da África, VI: África do Século XIX à Década de 1880. Editado por J. F. Ade. Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMEIDA, Carlos. Habitantes desta Negra Etiópia, Descendentes de Ham– A Maldição de Ham na Literatura Missionária sobre a Região Centro-Occidental do Continente Africano (Sécs. XVI-XVII). Estudos Ibero-Americanos, [S.L.], v. 44, n. 3, p. 409, 21 dez. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.2018.3.29579>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/1346/134658381003/html/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ALVES, Maria de Fátima C. Memórias, identidades e representações sociais dos cabo-verdianos no Rio de Janeiro. Errâncias do imaginário. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 321-336. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13433.pdf> acessado em:30/11/2021.

ANDRADE, Mario Pinto de. Antologia Temática de Poesia Africana. Lisboa: Sada Costa, 1975. p. 5.

ANDRADE, Suély Brito. As crises cíclicas (secas e fomes) em santo antão, na 1ª metade do século XX. Trabalho científico apresentado no ISE para a obtenção do grau de Licenciado em ensino de história, sob a orientação do Dr. Humberto lima. 2005.

BERTHET, Marina Annie. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. Artigos. Estud. hist. (Rio J.) 25 (50) Dez 2012. <https://www.scielo.br/j/eh/a/RGKP3N4W94qtvWWLGyPJ5cc/?lang=pt>. Acesso em: 04 dez. 2021.

BORGES, Claudino. Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal –Santiago de Cabo Verde. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Escola de Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade de Évora, Évora, 2014. Cap. 4. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62462675.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. África: Um Continente em Mutação. A Terceira Vaga de Transições Democráticas e Alguns dos Impactos Políticos da Globalização em Estados Não- Democráticos. *Millenium*, Viseu, v. 32, p. 60-66, 11 fev. 2006. Semestral. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/issue/view/515>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRITO, Geni Mendes de. A morna como expressão identitária cabo-verdiana. *REVISTA ATHENA*. Vol. 16, nº 1 (2019).

BRITO, Regina Pires de e BASTOS, Neusa Maria Barbosa. Cultura e Lusofonia: Unidade e Pluralidade. *Nhengatu - Revista Iberoamericana Para Comunicação e Cultura Contra hegemônicas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013. *Revistas PUC SP*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/nhengatu/article/view/34176>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. Sobre o Conceito de Lusofonia. In: *Seminário do Gel*, 56, 2008, São José do Rio Preto (SP): GEL. 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/?resumo=4434-08>. Acesso em 12/10/2021.

_____. Sobre Lusofonia. *Verbum*, n.5, São Paulo, PUCSP, 2013.

_____; BASTOS, Neusa Barbosa. Dimensões Semânticas e Perspectivas do Real: comentários em torno do conceito de lusofonia. IN: SOUZA Helena.; MARTINS, Moisés de Lemos. (Org.) *Comunicação de Lusófona*. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____; MARTINS, Moisés de Lemos. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, n.2, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2004.

BRITO-SEMEDO, MANUEL, Caboverdianamente ensaiando, (Vol. I), Cabo Verde, Ilhéu, 1995 (1ª ed.).

CAETANO, Marcello, História Breve das Constituições Portuguesas. Lisboa, Editorial Verbo, 3.ª ed., 1971.

CALEGARI, Lizandro Carlos. Ideologia, violência e patriarcalismo: a condição feminina em um conto de Clarice Lispector. Revista Literatura e Autoritarismo, n. 5, jan./jul. 2005.

CANALE, Jean Suret E& BOAHEN, A. Adu. A África Ocidental. In: História Geral da África, VIII: África desde 1935. Editado por Ali A Mazrui e C. Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

CANIATO, Benilde Justo. Cabo Verde: A Fome em sua Literatura. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Porto Alegre, v. 7, p. 131-144, 2006. Disponível em: https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34489/1/Veredas7_artigo11.pdf?ln=pt-pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____; Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos. Outros ensaios, via atlântica n. 5 out. Universidade de São Paulo. 2002.

CARVALHO, Neida Romi Tavares Varela de; SÁ, Alcindo José de. O Retorno de Emigrantes e o Problema de Reinserção em Cabo Verde. Revista de Geografia (Ufpe), Recife, v. 24, n. 2, p. 121-135, ago. 2007. Trimestral. Periódicos UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/228700/23122>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. Crioulização Africana e Africanização Crioula: Um Debate em Perspectiva. Observatório Quilombola, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 0-0, maio 2016. Revista Eletrônica. Disponível em: <https://koinonia.org.br/oq/2019/02/27/crioulizacao-africana-e-africanizacao-crioula-um-debate-em-perspectiva/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CIRÍACO, Maria Inês Francisca. Moçambique Multicultural e Multilinguístico: um Estudo de Niketche: Uma História de Poligamia. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Letras, CCI, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Cap. 4.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura feminina no Brasil contemporâneo. Língua e Literatura, v. 16, n. 19, p. 91-101, 1991.

COSTA, Pollyana dos Santos Silva. Vozes da diáspora cabo-verdiana. Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.04, n.04, Abril de 2020.

CRISTÓVÃO, Fernando *et al.* Dicionário Temático da Lusofonia. Lisboa: Texto Editores, 2005.

DAVID, Debora Leite. CAMINHOS POR CABO VERDE, COM BENILDE JUSTO CANIATO. VIA ATLÂNTICA Nº 10 DEZ/2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291600546>. Acesso em: 04 dez. 2021.

DAVIDSON. A. Basil. ISAACMAN. Allen F. PELISSIER. Rene. Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional, 1919- 1935. In: História Geral da África, VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935. Editado por Albert Adu Boahen Brasília: UNESCO, 2010.

DUARTE, DULCE ALMADA, Bilinguismo ou diglossia? Praia, Spleen, 2003.

ESSER, Débora Cristina. Literatura de autoria feminina -mulheres em cena, na história e na memória. Revista Línguas & Letras –Unioeste –Vol. 15 –Nº 30 –Segundo Semestre de 2014.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura africana de autoria feminina: estudo de antologias poéticas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, 2004, 2º sem, p. 283-296. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12586>. Acesso em: 13 out. 2021.

FONTAINHAS, Ana Paula. *Caminhos de São Tomé*. São Paulo: Chiado Editora, 2017.

FRAGA, Luís M Alves de. *São Tomé e Príncipe: Ilhas do Sofrimento e da Fortuna: Súmula Histórica*. Lisboa: Apenas Livros, 2006. 26 p. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/678>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GANCHO, Cândida Vilarés. *Como analisar narrativas*. São Paulo. Editora Ática, 2002.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOMES, Simone Caputo. *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

_____, *Literatura e Trajetória Social das Mulheres em Cabo Verde: A Escrita de Autoria Feminina ou um Outro Olhar Sobre o Arquipélago*. Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência. Lisboa, 2012.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guarda Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JÚNIOR, Carlos Alberto Mourão; FARIA, Nicole Costa Faria. *Memória*. *Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica*. 2015. 780-788

LAINS, Pedro. *Causas do Colonialismo Português em África, 1822-1975*. *Análise Social*. Lisboa, v., n. 146/147, p. 463-496, 1998. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=14. Acesso em: 28 jul. 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem na Lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACHADO, Alleid Ribeiro. Caminhos de transformação e ruptura em colheita, de Nélida Piñon. Revista Graphos, vol. 14, nº 2, 2012 | UFPB/PPGL

_____. Letras Femininas: Mulheres escritoras em Portugal entre os séculos XVI/XVII e XVIII. Revista Crioula nº 20 - 2º semestre/2017

MADEIRA, João Paulo Carvalho e Branco. A construção da Nação Cabo-verdiana: dimensões objetivas e subjetivas. Revista de Estudos Cabo-verdianos - III Série, nº1; dez. 2016

_____. Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais. Universidade de Lisboa. Lisboa. 2015

MALOWIST, Marian. A Luta Pelo Comércio Internacional e Suas Implicações para A África. In: História Geral da África, V: África do Século XVI ao XVIII/ editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

MATEUS, Maria Helena Mira, Glória FISCHER e Dulce PEREIRA (org.), (2006) Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, CD-Rom 2, Lisboa: ILTEC.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: História Geral da África, VIII: África desde 1935. Editado por Ali A Mazrui e C. Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

MENDES, MAFALDA, Cabo Verde: ir à escola em L2, in MATEUS, MARIA HELENA, ET. ALII., (ORGS), O Português em África, Lisboa, CIDAC, 2005, pp. 113-135.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira (org.). História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2016. Autores: Alexandre Martins de Araújo... [et al]. Disponível em: www.historiaecultura.ciar.ufg.br. Acesso em: 13 jul. 2020.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; e GOMES, Márcia (orgs). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas - Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

NASCIMENTO, Augusto. Mutações Sociais e Políticas em São Tomé E Príncipe nos Séculos XIX-XX: Uma Síntese Interpretativa: Augusto Nascimento. Lisboa: Apad,

2001. 36 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/9672>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PAZ, Demétrio Alves Paz e SCARTON, Mithiele da Silva. A Condição Feminina em Mornas Eram As Noites, de Dina Salústio. Revista Prâksis | Novo Hamburgo | a. 15 | n. 2 | jul./dez. 2018 145p

_____. Mulheres fortes ou o conto africano de língua portuguesa de autoria feminina. Nau Literária. Vol. 15 N. 01 2019. PPG-LET UFRGS

PINTO, Simone Martins Rodrigues. A Construção da África: Uma Reflexão Sobre Origem e Identidade no Continente. Revista Eletrônica: Acolhendo A Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, USP. São Paulo, Vol. II, p. 212-234, 2008. Semestral. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237041692_A_Construcao_da_Africa_uma_reflexao_sobre_origem_e_identidade_no_continente. Acesso em: 13 jul. 2020.

RITA, Annabela. Lusofonia e Literatura: Haverá Cânone(S) Lusófono(S)? p. 129 – 151. In. MARTINS, Moisés de Lemos (coordenação). Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia. Edições Húmus, 2015.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. Diálogos Entre a História e a Ficção em Caminhos de São Tomé. Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa – SIMELP. 2019, Disponível em: <http://www.simelp.com.br/autores#I> Acessado em 20/10/2021.

SECCO, Lincoln. Trinta Anos da Revolução dos Cravos. Revista Adusp, São Paulo, p. 06-12, out. 2004. Disponível em: <https://adusp.org.br/files/revistas/33/r33a01.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Divergências Históricas e Identitárias. Afro-Ásia, [S.L.], n. 49, p. 41-70, jun. 2014. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0002-05912014000100002>. Acesso em: 20/08/2020

SENA, Caroline Regina Rodrigues. Françafrique: A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios. 2012. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de

Relações Internacionais, Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Cap. 3. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71680/000879301.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jul. 2020

SEMEM, Márcio André. O feminismo de Virginia Woolf e a Literatura pós-colonial. *Anuário de Literatura* v. 13, n. 1, 2008.

SILVA, Yoso José da. O Desenvolvimento Econômico: Um Estudo Sobre a Evolução Econômica de São Tomé E Príncipe do Período Colonial ao Período Pós-Colonial. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração - Propad, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Cap. 6. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/533/1/arquivo1074_1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

SOUSA, Noémia de. *Sangue Negro*. Associação de Escritores Moçambicanos, Moçambique, 2001, p. 141-142.

TALL, Madina Ly. O Declínio do Império do Mali. In: *História Geral da África, IV: África do Século XII ao XVI*. Editado por Djibril Tamsir Niane: UNESCO, 2010.

TAVARES, Soares José. *O Campo de Concentração do Tarrafal -1936-1954– A Origem e o Quotidiano*. Edições Colibri, Lisboa: 2007.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2008

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha Europeia e Conquista da África: Apanhado Geral. In: *História Geral da África, VII: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935*. Editado por Albert Adu Boahen Brasília: UNESCO, 2010.

VEIGA, Manuel. *A Construção do Bilinguismo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

ZILHÃO, Paulo Manuel Pulido Garcia. Henrique Galvão: Prática Política e Literatura Colonial (1926-36). 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Cap. 3. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ANEXO

ENTREVISTA COM A ESCRITORA ANA PAULA FONTAINHAS



Figura 9 – Ana Paula Fontainhas.

Fonte: Google Imagens

I. INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

1. Autora

A) Nascimento (data, local, filiação)

Ana Paula Fontainhas Mendes (02/03/1967) Praia, Cabo Verde, África, Victor Gabriel Mendes e Maria Guiomar dos Santos Fontainhas Mendes.

B) Formação/Atividade

Engenheira, Mestre e Doutora em Economia.

C) Obra publicada (título, local, editora, ano de publicação).

Caminho de São Tomé, Lisboa, Portugal, Editora Chiado, 2017.

D) Qual (quais) julga ser(em) a(s) força(s)-motriz(es) de sua obra?

Deixar registos da história contada para os jovens.

E) Como se dá seu processo de criação?

Não sei. Escrevo em qualquer lugar, basta sentir vontade de escrever.

II. PERGUNTAS PERTINENTES À OBRA DO AUTOR(A)

1. O que te motivou a escrever “Caminhos de São Tomé”? E como foi esse processo de criação de escrita da obra? Ainda nesse sentido, existiu uma motivação a partir de suas memórias, de vivências particulares, para tratar de um tema que afligiu parte da sociedade cabo-verdiana?

A submissão de cabo-verdianos ao trabalho escravo em São Tomé nunca tinha sido registrada em um Romance. Além disso, muitas estórias eram contadas por mais velhos, que se foram ou estavam por ir. Escrevi para contar para os jovens num entremeado de leveza, drama e tristeza partes da nossa história que estava se perdendo...A obra tem muito da minha vivência, quando pequena em Cabo Verde, vivência dos meus pais e tios... um tio meu tinha ido para São Tomé, não suportou o trabalho duro sob o chicote e voltou...

2. A literatura cabo-verdiana, muitas vezes, é pautada na oralidade, de tal forma que algumas obras são inspiradas em histórias de tradição oral. Você considera esse traço relevante também na sua criação literária? Além disso, você recorre a elementos da linguagem cotidiana (provérbios, expressões ou palavras específicas do vocabulário cabo-verdiano etc.) em seu texto?

Sim, total. A maior parte dos factos históricos sobre Cabo Verde tem na origem estórias contadas por mais velhos, conversas dos meus familiares mais velhos que guardei na memória desde a infância. Sim muito. O texto traz muitas palavras, em crioulo inclusive.

3. A obra “Caminhos de São Tomé” é um romance que conta a história de Rosária, uma santomense de origem cabo-verdiana e angolana, criada em Cabo Verde. A protagonista, fugindo da fome, vai para ilha de São Tomé à procura de esclarecimentos sobre sua vida após o falecimento de seu avô. Para você, tratar desse tema tão sensível para a sociedade cabo-verdiana foi uma forma de promover uma espécie de “acerto de contas” com esse passado tão doloroso?

Nunca tinha pensado nisso - um acerto de contas. Mas, o problema de cabo-verdianos em São Tomé é uma chaga, uma tristeza que todos os cabo-verdianos das gerações passadas até a minha carregaram até hoje.

4. A personagem principal é Rosária. Afinal, quem é essa mulher?

Ela é uma mulher forte, guerreira, generosa é muito parecida comigo. A minha referência sou eu mesmo, pois a única pessoa que acho que realmente conheço sou eu... algumas facetas minhas não conheço porque não tive oportunidade de conhecer ainda. Só nos conhecemos quando a vida nos traz uma experiência que nos faz fazer face a alguém, nós, jamais conhecido antes. Acho que todos os personagens tem um pouco de mim, inclusive os homens.

5. Você encontra em sua obra a influência de algum autor ou autores?

Sim, do escritor Miguel de Souza Tavares. Mais especificamente a influência é da obra “Equador”. Tinha terminado o Romance quando li Equador. A minha personagem Elizabeth era francesa, mas depois de ler “Equador mudei a origem e nome da personagem.

6. Como vê a recepção de sua obra pelo público em geral?

Olha, a obra teve uma recepção muito boa em Cabo Verde, Angola e Portugal. Em Cabo Verde vendi 400 livros em 2 meses. Os jovens, adultos e idosos gostaram do livro.

7. Que entraves você vivenciou para a publicação de sua obra?

Bem, eu tinha o livro guardado desde 2009. Tentei publicar no Brasil, mas as editoras não respondiam aos meus e-mails. Um dia, andando na avenida da Liberdade, em Lisboa, vi numa parede “Editora Chiado”, entrei, conversei. Ia viajar no dia seguinte. Mande o manuscrito por e-mail, em 10 dias responderam positivamente. Consegui patrocínio de um Banco em Cabo Verde e, assim, foi publicado “Caminho de São Tomé”.